



VIII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1999-2000)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 18 DE FEVEREIRO DE 2000

Presidente Ex^{mo} Sr António de Almeida Santos

Secretários Ex^{mos} Srs. Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
José de Almeida Cesário
António João Rodeia Machado
António José Carlos Pinho

SUMÁRIO

O Sr Presidente declarou aberta a sessão as 10 horas e 35 minutos

Deu-se conta da entrada na Mesa do projecto de lei n° 102/VIII

Concluiu-se a discussão conjunta, na generalidade, das propostas de lei n° 15/VIII — Grandes Opções do Plano para 2000 e 16/VIII — Orçamento do Estado para 2000, que foram aprovadas. Intervieram, a diverso título, além dos Srs. Ministros do Planeamento (Elisa Ferreira), da Educação (Guilherme d'Oliveira Martins), do Trabalho e da Solidariedade (Ferro Rodrigues), da Ciência e da Tecnologia (Mariano Gago) e do Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (Fausto Correia), os Srs. Deputados Joel Hasse Ferreira (PS), Maria Celeste Cardona (CDS-PP), Maria Ofélia Molero (PSD), Lino de Carvalho (PCP), Machado Rodrigues (PSD), Luisa Mesquita (PCP), Natalina Moura e José Junqueiro (PS), Daniel Campelo (CDS-PP), Carvalho Martins (PSD), Honório Novo (PCP), Paulo Portas (CDS-PP), Rui Rio (PSD), Telmo Correia (CDS-PP), Vieira de Castro (PSD), Francisco Louçã (BE), Manuela Ferreira Leite (PSD), Narana Coissolo e Rosado Fernandes (CDS-PP)

Usaram da palavra no encerramento do debate, além do Sr. Ministro das Finanças e da Economia (Pina Moura), os Srs. Deputados Luís Fazenda (BE), Fernando Pesinho (Os Verdes), Basílio Horta (CDS-PP), Carlos Carvalhas (PCP), Durão Barroso (PSD) e Francisco de Assis (PS).

Entretanto, a Câmara aprovou sete pareceres da Comissão de Ética, dois não autorizando um Deputado do PSD a prestar depoimento, na qualidade de testemunha, em tribunal e cinco autorizando um Deputado PSD, dois do CDS-PP e dois do PS a prestarem depoimento, na qualidade de testemunha, em tribunal.

A Câmara aprovou também, em votação final global, a proposta de lei n° 13/VIII — Altera o artigo 69º, nº 2, da Lei n° 16/98, de 8 de Abril, que regula a estrutura e funcionamento do Centro de Estudos Judiciais e introduz um regime excepcional de afectação de magistrados judiciais jubilados.

Finalmente, foi aprovado um parecer da Comissão de Ética autorizando um Deputado do CDS-PP a depor em tribunal.

O Sr Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 10 minutos

O Sr Presidente — Srs Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão

Eram 10 horas e 35 minutos

Estavam presentes os seguintes Srs Deputados

Partido Socialista (PS)

Agostinho Moreira Gonçalves
 Aires Manuel Jacinto de Carvalho
 Alberto Bernardes Costa
 Alexandre António Alves Chaves
 Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
 António Alves Marques Júnior
 António Alves Martinho
 António Bento da Silva Galamba
 António de Almeida Santos
 António Fernandes da Silva Braga
 António Fernando Marques Ribeiro Reis
 António Fernando Menezes Rodrigues
 António Jorge Freire de Brito Calvete
 António José Gavino Paixão
 António Manuel Dias Baptista
 António Manuel do Carmo Saleiro
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
 Bruno Renato Sutil Moreira de Almeida
 Carlos Alberto
 Carlos Alberto Dias dos Santos
 Carlos José Gonçalves Vieira de Matos
 Carlos Manuel Luís
 Casimiro Francisco Ramos
 Cláudio Ramos Monteiro
 Dinis Manuel Prata Costa
 Eduarda Maria Castro de Sousa
 Eduardo Ribeiro Pereira
 Fernando Manuel de Jesus
 Fernando Pereira Serrasqueiro
 Filipe Mesquita Vital
 Francisco José Pereira de Assis Miranda
 Francisco Xavier Pablo da Silva Torres
 Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho
 Helena Maria Mesquita Ribeiro
 Isabel Maria Batalha Vigia Polaco d'Almeida
 Isabel Maria dos Santos Barata
 Jamila Bárbara Madeira e Madeira
 João Alberto Martins Sobral
 João Cardona Gomes Cravinho
 João Francisco Gomes Benavente
 João Pedro da Silva Correia
 João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira
 João Rui Gaspar de Almeida
 Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira
 Jorge Lacão Costa
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
 José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão
 José Alberto Rebelo dos Reis Lamego
 José Aurélio da Silva Barros Moura
 José Carlos Correia Mota de Andrade
 José Carlos da Cruz Lavrador
 José Carlos das Dores Zorrinho
 José Carlos Lourenço Tavares Pereira
 José Carlos Pinto Basto Mota Torres
 José da Conceição Saraiva

José de Matos Leitão
 José Eduardo Vera Cruz Jardim
 José Ernesto Figueira dos Reis
 José Manuel de Medeiros Ferreira
 José Manuel Pires Epifânio
 José Manuel Rosa do Egípto
 José Manuel Santos de Magalhães
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros
 José Rodrigues Pereira dos Penedos
 Jovita de Fátima Romano Ladeira
 Júlio Francisco Miranda Calha
 Laurentino José Monteiro Castro Dias
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
 Luís Miguel Gomes Miranda Teixeira
 Luís Pedro de Carvalho Martins
 Luísa Pinheiro Portugal
 Luiz Manuel Fagundes Duarte
 Manuel Alberto Barbosa de Oliveira
 Manuel Alegre de Melo Duarte
 Manuel António dos Santos
 Manuel Francisco dos Santos Valente
 Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
 Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira
 Maria do Carmo Pires Almeida Borges
 Maria do Céu da Cruz Vidal Lourenço
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
 Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa
 Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta
 Maria Isabel da Silva Pires de Lima
 Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino
 Maria José Vidal do Rosário Campos
 Maria Luisa Silva Vasconcelos
 Maria Teresa de Oliveira Ferreira Coimbra
 Miguel Bernardo Ginetas Machado Monteiro Albuquerque
 Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura
 Nelson Madeira Baltazar
 Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
 Paulo Alexandre de Carvalho Pisco
 Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
 Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
 Rosalina Maria Barbosa Martins
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira
 Rui Manuel Leal Marqueiro
 Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
 Teresa Maria Neto Venda
 Vítor Manuel Alves Perxoto
 Vítor Manuel Caio Roque
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

Partido Social Democrata (PSD)

Adão José Fonseca Silva
 Álvaro dos Santos Amaro
 Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto
 Ana Maria Martins Narciso
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira
 António de Carvalho Martins
 António d'Orey Capucho
 António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
 António Manuel da Cruz Silva

António Manuel Santana Abela
 António Paulo Martins Pereira Coelho
 Armando Manuel Dinis Vieira
 Arménio dos Santos
 Artur Ryder Torres Pereira
 Bruno Jorge Viegas Vitorino
 Carlos José das Neves Martins
 Carlos Manuel de Sousa Encarnação
 Carlos Manuel Marta Gonçalves
 David Jorge Mascarenhas dos Santos
 Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares
 Feliciano José Barreiras Duarte
 Fernando Jorge Loureiro de Roboredo Seara
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira
 Fernando Santos Pereira
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
 Henrique José Monteiro Chaves
 Henrique José Praia da Rocha de Freitas
 Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves
 Hugo José Teixeira Velosa
 João Bosco Soares Mota Amaral
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá
 João José da Silva Maçãs
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
 Joaquim Martins Ferreira do Amaral
 Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
 José António de Sousa e Silva
 José David Gomes Justino
 José de Almeida Cesário
 José Eduardo Rêgo Mendes Martins
 José Luís Campos Vieira de Castro
 José Luís Fazenda Arnaut Duarte
 José Manuel de Matos Correia
 José Manuel Durão Barroso
 Lucília Maria Samoreno Ferra
 Luís Cirilo Amorim de Campos Carvalho
 Luis Manuel Gonçalves Marques Mendes
 Luís Manuel Machado Rodrigues
 Luis Maria de Barros Serra Marques Guedes
 Luis Pedro Machado Sampaio de Sousa Pimentel
 Manuel Alves de Oliveira
 Manuel Castro de Almeida
 Manuel Filipe Correia de Jesus
 Manuel Joaquim Barata Freves
 Manuel Maria Moreira
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida
 Maria do Céu Baptista Ramos
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira
 Maria Manuela Dias Ferreira Leite
 Maria Natália Guterres Viegas C da Conceição Antunes
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque
 Mário Patinha Antão
 Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas
 Nuno Miguel Marta de Oliveira da Silva Freitas
 Pedro José da Vinha Rodrigues Costa
 Pedro Manuel Cruz Roseta
 Pedro Miguel de Azeredo Duarte
 Rui Fernando da Silva Rio
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva

Partido Comunista Português (PCP)
 Ana Margarida Lopes Botelho
 António Filipe Gaião Rodrigues
 Antonio João Rodeia Machado
 Bernardino José Torrão Soares
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas
 João António Gonçalves do Amaral
 Joaquim Manuel da Fonseca Matias
 Joscé Honório Faria Gonçalves Novo
 Lino António Marques de Carvalho
 Maria Luisa Raimundo Mesquita
 Maria Natália Gomes Filipe
 Maria Odete dos Santos
 Octávio Augusto Teixeira
 Vicente José Rosado Merendas

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)

António de Magalhães Pires de Lima
 António José Carlos Pinho
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
 José Daniel Rosas Campelo da Rocha
 Luis Pedro Mota Soares
 Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró
 Narana Sinai Coissoró
 Paulo Sacadura Cabral Portas
 Raúl Miguel de Oliveira Rosado Fernandes

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV)

Fernando Carlos Almeida Pésinho
 Isabel Maria de Almeida e Castro

Bloco de Esquerda (BE)

Francisco Anacleto Louçã
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

O Sr Presidente — Srs Deputados, o Sr Secretário vai dar conta do expediente

O Sr Secretário (Artur Penedos) — Sr Presidente e Srs Deputados, deu entrada na Mesa, e foi admitido, o seguinte diploma projecto de lei n.º 102/VIII — Altera a composição da Comissão Nacional de Eleições (PS, PSD, PCP, CDS-PP, Os Verdes e BE), que barrou à 1.ª Comissão

O Sr Presidente — Sr Primeiro-Ministro, Srs Membros do Governo e Srs Deputados vamos retomar a discussão conjunta, na generalidade, das propostas de lei n.º 15/VIII — Grandes Opções do Plano para 2000 e 16/VIII — Orçamento do Estado para 2000

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Joel Hasse Ferreira

O Sr Joel Hasse Ferreira (PS) — Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, Srs Membros do Governo, Sras e Srs Deputados Este quinto Orçamento do Governo de António Guterres insere-se numa linha de evolução continuada, cujos traços essenciais interessam caracterizar, assumindo, nesta nova fase do segundo Governo socialista, algumas características específicas de inovação e de adaptação à conjuntura

Como orientações dominantes, aparecem, hoje, a adopção de um novo perfil para a política económica e o peso dado ao emprego e à empregabilidade, articulados com o novo contexto da evolução para a sociedade de informação. Tudo isto, numa perspectiva de reforço e aceleração da qualificação das pessoas, na época em que passamos o limiar da economia digital e entramos na sociedade do conhecimento.

A primeira preocupação dominante tinha sido a do euro, durante grande parte da anterior legislatura Conjugada com a paixão pela educação, conseguiu-se, contra ventos e marés e desprezando a opinião dos Velhos do Restelo, participar na fundação da moeda europeia Alcançada a participação no euro, tão importante para o desenvolvimento da economia e o progresso da sociedade portuguesa, outras preocupações já existentes foram-se tornando dominantes, nomeadamente nas áreas fiscal e da saúde, da segurança social e da justiça, continuando a privilegiar a educação

O Governo manifestou, durante o período que mediou entre a apresentação do Orçamento do Estado e a sua discussão na generalidade, uma abertura para considerar eventuais alterações à proposta de lei orçamental que não a descharacterizassem A capacidade de diálogo evidenciada pelo Governo e pelo PS obteve determinadas respostas positivas e deu origem a algumas propostas de alteração Refiramo-las, bem como aspectos relevantes deste Orçamento

Aparece-nos como incontornável, falando de impostos, a questão do IRS Enquadremo-la sucintamente na sua escala, dimensão e evolução

Sublinharíamos, desde já, pela sua importância, as correcções feitas na tabela do IRS e a inclusão ou manutenção da cláusula de salvaguarda, em boa hora congeuminada nos idos de Outubro de 1998 Torna mais clara e precisa a questão do IRS, concretizando e reasssegurando que o IRS não aumenta para a grande maioria dos contribuintes Assim, cerca de 98% pagará o mesmo, ou até menos, de acordo com as estimativas de que dispomos

Mas, em sede de IRS, interessaria ainda relembrar a questão das deduções, cujo critério foi alterado no Orçamento do Estado para 1999 E se, hoje em dia, o PCP critica a falta de inovação deste Orçamento do Estado em sede de IRS, não nos podemos esquecer que se mantém a regra mais equitativa criada para o Orçamento do Estado de 1999, a da modificação do critério das deduções, socialmente justa e, quando completada com a cláusula de salvaguarda, garantindo, quase sempre, no contexto dos dois Orçamentos, a descida ou a manutenção da tributação em sede de IRS

Ainda na área dos impostos, é necessário reconhecer um significativo esforço no combate à evasão e à fraude fiscais, por meio do qual milhares de empresas e algumas centenas de milhar de cidadãos se inseriram como contribuintes Ganhou-se uma maior compreensão de que a boa inserção no sistema tributário faz parte da cidadania e se inscreve nos mecanismos de construção de uma sociedade solidária

Vozes do PS. — Muito bem!

O Orador — Fala também o PCP da questão dos benefícios fiscais, e importa reflectir sobre isso Os benefícios fiscais às empresas têm de, gradualmente, ser melhor calendarizados e reorientados para a inovação tecnológica e o desenvolvimento empresarial Um benefício fiscal para

uma empresa, uma região ou um sector não é um direito adquirido, deve ser uma medida transitória e calendarizada, como a Lei Geral Tributária, aprovada na anterior legislatura, já preconiza É uma forma de concretizar políticas e não um bónus aleatório Não pode ser um encorajamento à «beneficiodependência», mas um estímulo ao desenvolvimento económico, à inovação tecnológica e à criação e qualificação do emprego Gostaríamos que, neste debate, o clima de pré-congresso não venha a impedir, de certa forma, o PCP de participar, de modo decisivo, em alterações determinantes

Risos do PCP

Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Srs Deputados Falando de solidariedade, foquemos a questão das pensões Qual será a real importância da alteração do regime de pensões dos rurais, é o que nos interessa abordar

Alguns, mal informados ou mal-intencionados, em qualquer caso politicamente infelizes, usam o termo «migalhas» Para quem vê o País e as pessoas do campo de forma altaneira, podem parecer migalhas, mas, para os pensionistas que as vão receber, serão significativas Para nós, que as vamos apoiar, são também uma prova de boa vontade, são um testemunho do caminho que queremos seguir e que, como diz o poeta, também se faz andando Não é tudo o que gostaríamos. é o que se conseguiu acomodar dentro deste Orçamento

É claro que não se trata de uma revisão geral do regime das pensões Mas, gradualmente, sem grandes alaridos, as pensões vão aumentando, por proposta ou deliberação do Governo ou por propostas de Deputados aceites pelo Governo, e é isso que nos interessa

O Sr José Magalhães (PS) — Muito bem!

O Orador — Não nos interessa tanto de quem vêm as propostas, interessa-nos para onde vamos com as soluções e a quem servem as políticas — no caso vertente, à solidariedade que pretendemos concretizar cada vez mais! É que, para nós, socialistas, o Estado também deve funcionar como instrumento fundamental da justiça e da solidariedade social

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Sr Presidente, o que vemos do lado do PSD?

Vozes do PS — Nada!

O Orador — Criticou o Dr Miguel Beleza a estratégia orçamental de Durão Barroso — e fê-lo bem, porque a vacuidade das posições foi grave E criticou também o Governo, falando de despesismo Mas como analisaria o Dr Miguel Beleza as propostas que o Deputado Durão Barroso fez durante a campanha? Saberá o Dr Miguel Beleza que o saldo líquido de receitas a menos (cerca de 320 milhões de contos) e de despesas a mais (cerca de 380 milhões de contos) se consubstanciaria em 700 milhões de contos? Ou seja, o custo líquido das propostas de Barroso é de cerca de 700 milhões de contos Isso, sim, seria despesismo! E não se contabilizou sequer o custo com a melhoria do ensino da matemática, porque, depois dos discursos de Durão Barroso, ficámos completamente convencidos da necessidade de aprofundá-lo

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Srs Deputados Em qualquer caso, vamos ver se o PSD tem a coragem de apresentar aqui as propostas que Durão Barroso tornou públicas durante a campanha Se as apresenta, o que dirá o «monstro»? Se não as apresenta, será uma confissão póstuma, e não tão discreta, de que usou, em Setembro e Outubro, de despudorada demagogia!

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr José Magalhães (PS) — É a segunda hipótese!

O Orador — Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Srs Deputados Uma crítica recorrente e continuada, inspirada nos velhos manuais do neoliberalismo, tem a ver com as propostas neocavaquistas do corte cego das despesas correntes — cortar, sem olhar a onde Talvez cortar na educação, como gostaria a Dr^a Manuela Ferreira Leite, na saúde, como pretendeu a Dr^a Leonor Beleza, ou até na segurança social, provavelmente contra a vontade do Dr Vieira de Castro Não o faremos!

Temos a noção de que é importante, gradualmente, reduzir gastos na Administração Pública, mas fazemo-lo aumentando a sua eficiência e qualificando e tratando bem o seu pessoal, para que a Administração Pública, num Estado moderno como o nosso pretende ser, cumpra bem o seu papel

Mas não é só necessário prosseguir, de forma determinada, com a reforma da Administração Pública A adopção da orçamentação de base zero, em que iremos entrar e que foi preconizada — lembremo-lo —, já há três décadas, pelo então jovem Secretário de Estado João Salgueiro, poderia ter sido concretizada durante o longo consulado de Cavaco Silva Não foi Sê-lo-á certamente pelo segundo Governo de Guterres e, aí sim, a aprofundada análise das despesas correntes poderá ser levada a cabo, bem como as respectivas medidas de reformulação e correção, num contexto de maior eficácia e de um grande envolvimento dos trabalhadores da Administração Pública

Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Srs Deputados Tem sido muito debatida a questão da viabilização deste Orçamento, fala-se que haveria um conluio ou até um conúbio entre dois dos partidos que, paradoxalmente, mais ganhariam com eleições antecipadas

Neste contexto, é importante relembrar e sublinhar que os projectos do PS e do CDS-PP são, clara e obviamente, diferenciados E uma das essenciais distinções é que nós, socialistas, queremos um Estado eficaz, modernizador, socialmente transformador, promovendo o desenvolvimento e a solidariedade, e o CDS-PP parece querer voltar ao Estado mínimo O debate político entre quem, de um lado e do outro, tem propostas, prosseguindo nesta e certamente nas próximas legislaturas, evidenciará que o difícil não é debater com quem tem propostas diferentes mas com quem tem poucas propostas e quase nenhuma ideias

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs Deputados: Refiramos também a questão do imposto sobre as sucessões e as doações Interessa aqui relembrar a alteração introduzida na última revisão constitucional, em boa hora defendida pelo PS Também essa alteração abriu caminho à recente medida, proposta pelo CDS-PP e aceite pelo Governo, que viabilizaremos gostosamente em sede parlamentar

Na última revisão, não adivinhávamo que o problema se colocaria neste debate orçamental, mas prevíamo que, mais cedo ou mais tarde, ele viria a emergir E para que não reste a sombra de uma dúvida, vou ler os textos de

alteração do articulado constitucional Assim, onde, se lia, antes da revisão, «O imposto sobre sucessões e doações será progressivo, de forma a contribuir para a igualdade entre os cidadãos», passou a ler-se, depois, da revisão, no n^º 3 do novo artigo 104º da Constituição em vigor «A tributação do património deve contribuir para a igualdade entre os cidadãos»

Procurou, assim, agilizar-se a forma de exercer a equidade tributária no âmbito do património, a qual conhecerá certamente avanços significativos nesta legislatura

Sr Presidente, convém referir mais alguns aspectos característicos do Orçamento Herdámos, em 1995, como foi oportunamente referido pelo Sr Primeiro-Ministro, um défice estrutural em matéria de satisfação das necessidades sociais A transformação conduzida em quatro anos e quatro meses levou ao aumento da despesas sociais, no conjunto da despesa pública É esse o impacto essencial na despesa o gasto com as funções sociais, que passou de cerca de 47% para cerca de 56% do PIB

Alguns opositores dirão «aumentaram as despesas sociais, mas gastaram mal as verbas» Não é certamente assim! A prová-lo refiram-se, por exemplo, na educação, a construção de escolas modelares e na área social as novas políticas sociais centradas na família

Sublinhemos ainda que, contrariamente ao que foi dito por um dos partidos de direita, se verificou um crescimento de 11% da despesa orçamental nas escolas profissionais e que ele também subiu no ensino superior Porquê? Não foi por elitismo, foi porque o Estado passou a garantir a necessária expansão do ensino superior público, fazendo face aos desequilíbrios essenciais existentes na educação, desequilíbrios que, nalguns casos, se geraram ou se reforçaram nas áreas da educação, ciência e cultura durante a gestão do PSD

O esforço do aumento da despesa no ensino superior também corresponde à necessidade de combater a situação que herdámos, procurando alterar a percentagem de licenciados existente em Portugal, que é uma das menores percentagens não só da União Europeia como também do conjunto da OCDE Aliás, as nossas preocupações com a qualificação e a educação também radicam na necessidade que sentimos de reforçar, em termos regionais, nacionais e geracionais, a coesão social Por isso, na educação, a despesa com o pré-escolar também sobe bastante Este é um ponto indispensável num programa socialista que combata de raiz, desde a mais tenra infância, os factores de desigualdade social e de desigualdade de oportunidades

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Sr Presidente, quando há crescimento de despesas úteis e económica e socialmente produtivas não há despesismo, diga o «monstro» o que disser

Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Srs Deputados De tão habituados que estamos a ouvir as críticas, certamente injustas, da Sr^a Deputada Manuela Ferreira Leite sobre a chamada desorçamentação.

A Sr^a Manuela Ferreira Leite (PSD) — Ah, isso é uma fantasia minha?

O Orador — a nossa atenção já não se excita muito com tais referências sistemáticas No entanto, a elevada capacidade retórica da nossa ilustre colega faz com que a comunicação social, particularmente as televisões, lhe dê uma extrema atenção,

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — É merecida!

O Orador — o que pode contribuir para iludir alguns segmentos menos ilustrados do povo, mais entusiásticos de leituras tipo «monstro»

O que será preciso recordar é que durante a legislatura passada, precisamente na última sessão legislativa, o Governo apresentou a esta Assembleia um nova lei de enquadramento orçamental, tendo beneficiado, para o efeito, de um modesto contributo crítico de elementos do grupo parlamentar A lei de que dispomos está envelhecida e necessita de remodelação, nisto houve consenso, o que não houve foi abertura de outros grupos parlamentares, então com um peso decisivo e hoje ainda próximos de tal estatuto, para o agendamento da sua discussão Nenhum Grupo Parlamentar do PS nem o Governo, imbuídos sempre do mais profundo espírito de diálogo, quiseram forçar tal debate Sou testemunha disto, tal como são o Sr Ministro António Costa e alguns qualificados Deputados dos principais partidos, ontem e hoje, na oposição

O Sr José Magalhães (PS) — É verdade!

O Orador — Então, o que é que se pretende? Cumprir uma lei mental de enquadramento orçamental e não a lei que existe! Não vamos por aí!

O Sr José Magalhães (PS) — Exactamente!

O Orador — Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Srs Deputados Entretanto, o Grupo Parlamentar do PS — no seio do qual tive a honra e quase o prazer de ser reeleito, pela quinta vez, coordenador para as áreas da economia, finanças e plano — assumiu um compromisso, na última sessão da legislatura anterior, no sentido de se introduzirem determinadas precisões na Lei do Enquadramento Orçamental O Professor Fernando Pacheco, ilustre Secretário de Estado do Orçamento, não ignora os compromissos subscritos nesse sentido, quer pelo Ministro António Costa quer por mim próprio, só que a proposta de lei em debate respeita à lei existente

Os Srs Deputados que «vêm mosquitos onde era a outra banda» que avancem para esse debate do novo enquadramento orçamental e que, a exemplo do Governo, durante a última sessão legislativa, e de um grupo de Deputados capitaneados pelo Sr Deputado Rui Rio, já no final da mesma, apresentem propostas!

O Governo, com o nosso apoio, cumprirá a Lei do Enquadramento Orçamental existente, como o faz, por exemplo, com a Lei das Finanças Locais, com a Lei de Bases da Segurança Social e com a Lei das Finanças das Regiões Autónomas O que não se pode cumprir é uma proposta de «lei mental», certamente brilhante e arrojada, que algum deputado terá na sua cabeça Caros colegas, é isto que hoje vos quero dizer sobre a magna questão da chamada e suposta desorçamentação

A Sr^a Manuela Ferreira Leite (PSD) — Suposta?

O Sr José Magalhães (PS) — Sim, suposta!

O Sr Carlos Encarnação (PSD) — Esta é a anedota da manhã!

O Orador — Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Srs Deputados Mas, ainda da parte do PSD, a que é

que assistimos? Assistimos à veneração do grande ausente, o «monstro», e do artigo sobre o «monstro»

É verdade que ontem fomos confrontados com uma enorme operação de promoção de um «monstro», não foi um operação segmentada, mas, sim, uma operação globalizada num jornal de referência, um ex-Primeiro-Ministro, responsável pela subida do défice orçamental e da dívida pública entre 1992 e 1995, escreve sobre o «monstro»

O Sr José Magalhães (PS) — É um recordista!

O Orador — Em linguagem que não é bem a do universitário, mas que também não é a do cavador, perora sobre o «monstro» e explica aos seus órfãos políticos como devem combatê-lo Tal como os seus discípulos, ele esquece-se que nas despesas correntes do Estado estão as transferências para as autarquias, uma parte das quais se transforma em investimento, mas esse esquecimento é normal para quem sempre se esqueceu de cumprir a Lei das Finanças Locais

Applausos do PS

Tal como os seus herdeiros, ele esquece-se que nas despesas correntes do Estado estão as transferências para as regiões autónomas,

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Transferência para as eleições das regiões autónomas! Encargos eleitorais da Nação!

O Orador — o que não é inesperado da parte de quem sempre descurrou a necessidade de elaborar uma lei das finanças das regiões autónomas

O Sr José Magalhães (PS) — Exacto!

O Orador — Esqueceu o insigne professor que nas despesas do Estado estão as transferências para a segurança social, cuja lei de bases o Governo do Professor Aníbal Cavaco Silva nunca se lembrou de cumprir

O Professor Cavaco teve a oportunidade de reduzir as despesas do Estado, de diminuir as despesas correntes, mas, como ontem confessou a ex-Secretária de Estado do Orçamento, frontal e candidamente, quando houve folga para cortar nas despesas correntes elas foram inflacionadas Porquê? Porque dentro das teses cavaquistas da *public choice* havia que ganhar um novo ciclo político eleitoral e, então, valia tudo ou quase tudo, valia aumentar as despesas correntes para aumentar os votos nas urnas

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Era o embrião do «monstro»!

O Orador — Como certamente pensará Durão Barroso, o «monstro» saiu pior do que a encomenda A propósito, relembremos que o PSD tinha a convergência quase feita no início dos anos 90, quando folga aqui, folga ali, de folga em folga, perdeu o pé na economia, desequilibrou as finanças públicas, aumentou a dívida e deixou disparar o défice — o que nos poderá fazer sorrir de compreensão pelas «lágrimas de crocodilo» do «monstro», ou sobre o «monstro» que, periodicamente, vertem

Sr Presidente, Srs Deputados É mais do que tempo de concluir

Vozes do PSD — Apoiado!

O Orador — mas, *last but not least*, não podemos esquecer um dos mais pequenos e activos grupos parlamentares

Quanto ao Bloco de Esquerda, julgamos que, para Francisco Louçã, as grandes diferenças se prenderão com as questões dos benefícios fiscais excessivos e do sigilo bancário. Mas a questão dos benefícios fiscais ditos excessivos, já referida, articula-se, corrobora ou desenvolve críticas feitas pelo PCP e tem de ser enfrentada com uma clareza que elimine os benefícios que não interessam ao desenvolvimento económico, ao reordenamento do tecido empresarial no conjunto do território, à criação de emprego qualificado e à inovação tecnológica. Portanto, com o tempo, poderá haver ai, eventualmente, um campo de entendimento.

Quanto à magna questão do sigilo bancário, que tanta importância assume no discurso do Bloco de Esquerda, sabemos que actualmente ela já não é absoluta. Pretendem mudar as regras do sigilo bancário, o Ministro Pina Moura já disse que o assunto não era tabu e, ontem, Francisco Louçã já citou o meu amigo João Carlos da Silva admitindo que as ideias por ele aqui avançadas eram aceitáveis ou trabalháveis. Vamos a isso! Vamos discutir as ideias e aprofundar a questão.

O nosso objectivo é respeitar os direitos das pessoas e das empresas, combatendo a fraude e a evasão fiscal sem criar desnecessárias dificuldades ao investimento e ao desenvolvimento económico. Aqui, como noutras domínios, temos orientações, não temos dogmas, temos convicções, mas saberemos dialogar sobre as soluções.

Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Srs Deputados Apesar das críticas, sabemos que vamos no bom caminho, com humildade, mas com determinação, com capacidade de diálogo, mas com convicção.

Na área fiscal, prosseguindo esforços no caminho da reforma do sistema tributário, aplicando a nova Lei Geral Tributária, prosseguindo com a reformulação do IRS, adaptando o IRC e o IVA às novas condições de competitividade da actividade económica e fazendo entrar três centenas de milhar de novos contribuintes no sistema.

A concretização do pacto de justiça fiscal com os contribuintes envolverá uma reforma do património equilibrada e gradual, utilizando os instrumentos fiscais como encorajamento à poupança — é algo de importante que também se fará.

Na área da reforma do Estado, prosseguindo com os mecanismos da sua transformação, modernização, descentralização e desconcentração, qualificando mais os trabalhadores da Administração Pública e reformando de uma maneira moderna e eficiente.

No domínio da saúde, concretizando, progressivamente, a oferta de serviços de melhor qualidade aos cidadãos pacientes, reformando os serviços e as estruturas segundo regras de gestão adequadas, com controlos financeiros cada vez mais rigorosos e um planeamento sensível e flexível que envolva os diferentes graus dos trabalhadores de saúde. Dessa forma, também, e em diálogo com os parceiros do sector interno e externo, se credibilizará, cada vez mais, a gestão de um sector tão difícil.

Na educação, aperfeiçoando o ensino superior, público e privado, continuando a alargar o ensino pré-escolar, melhorando o ensino básico e o secundário e articulando o sistema educativo com o sistema ulterior de qualificação e de certificação profissional.

Na área da segurança e da solidariedade social, reformando a segurança social, aperfeiçoando e desenvolvendo

os mecanismos de apoio e a inserção social e profissional, de que o rendimento mínimo, para lá de qualquer crítica, fundamentada ou não, é exemplo.

No domínio do equipamento, acelerando o investimento que promova as acessibilidades, melhorando a qualidade de vida dos cidadãos e fortalecendo as condições de competitividade das empresas.

Em suma, no espaço da moeda europeia, abertos ao mundo, poderemos continuar a merecer a confiança do País desenvolvendo a economia nacional, promovendo o crescimento e a qualificação do emprego, equilibrando as finanças públicas, no respeito pelo pacto de estabilidade e garantindo a solidariedade entre estratos sociais, regiões e gerações. Deste modo, não é contrafeitos mas é com gosto que votamos este Orçamento e as Grandes Opções do Plano.

Aplausos do PS

O Sr Presidente — A Mesa não tem inscrições para pedidos de esclarecimento

Para intervir, tem a palavra a Sr^a Deputada Maria Celeste Cardona

A Sr^a Maria Celeste Cardona (CDS-PP) — Sr Presidente, Srs Membros de Governo, Srs e Srs Deputados. neste debate, que eu considero ser um dos debates mais importantes e mais dignos em que a nossa Casa é chamada a pronunciar-se, já alguma coisa foi dita já se falou de ciclos económicos, de percentagens, de aumentos de receita em relação ao PIB, de reforma fiscal, de pressão fiscal e de reforma da tributação. Eu também gostaria de falar deste tema e, por isso, vou pedir a todos os meus colegas, particularmente aos Srs Membros do Governo, que me acompanhem a falar destas matérias a partir da vida das pessoas concretas, do meu país concreto.

Falo-vos de um casal, mais uma vez — daqui a pouco esgoto o abecedário, mas os membros deste casal chamam-se Joaquim e Manuela —, que tem dois filhos..

O Sr Casimiro Ramos (PS) — E moram num parque de campismo da Costa da Caparica!

Risos do Sr Deputado do CDS-PP Paulo Portas

A Oradora — um em idade escolar e outro na creche, e que também tem um avô em casa

A Sr^a Maria Celeste Correia (PS) — Não tem uma avó?

A Oradora — Não, não tem, só tem o avô, porque a avó já faleceu, tendo havido uma transmissão da herança que foi devidamente tributada.

Estava eu a dizer-vos — e se não acreditam que esta é a vida concreta das pessoas gostaria que me ouvissem até ao fim — que este casal ganha, no final do mês, 600 contos

Vozes do PS — Brutos ou líquidos?

A Oradora. — Brutos! Concordarão comigo que não são ricos!

Os meus amigos só falam de abstracções, não conseguem falar daquilo que é a vida das pessoas

Aplausos do CDS-PP

A Oradora — Estava eu a dizer, Srs Membros do Governo e Srs Deputados, que este casal, que tem dois filhos e um idoso, aufera um rendimento bruto anual de 8400 contos. Como não sou demagógica e como sei fazer contas, este casal paga uma taxa média de impostos de 35%. Sabem o que é que isto significa? Significa que, mensalmente, em termos de retenção na fonte para o IRS, descontam 156 contos e descontam mais 66 contos para a segurança social, que corresponde à taxa de 11%. Significa isto também, Srs Membros do Governo e Srs Deputados, que este casal fica com um rendimento disponível, depois da retenção na fonte e do desconto da segurança social, de menos de 400 contos mensais.

Este casal pode fazer deduções à colecta, no valor de 59 900\$, e o seu idoso desconta 20 200\$ — mas é do regime geral. Sr Primeiro-Ministro, este idoso é daqueles, como a minha mãe, que trabalharam 45 anos e que ganham 32 contos por mês, pelo que, efectuado o desconto do regime geral, sobram 12 contos, que não chegam sequer para os remédios!

O casal também tem despesas de educação, que são no valor de 100 contos, e pode descontar a retenção. No fim do ano, o casal paga 1879 contos de imposto.

Mas há mais, Sr Primeiro-Ministro e Caros Colegas, este casal adquiriu uma casa no Cacém, que custou 23 000 contos. Da avó recebeu 10 000 contos de herança, tendo pago 750 contos de imposto sucessório. Dos 23 000 contos pelos quais comprou a casa, pagou 1175 contos de sisa.

Esta família paga, por mês, pelo empréstimo que contraiu, cerca de 100 contos de prestação e, de contas de supermercado, sensivelmente 100 contos, com IVA incluído, que também paga Sr Primeiro-Ministro, sabe quanto sobra a esta família depois dos pagamentos que referi? Cerca de 40 contos! Ora, é preciso comprar sapatos e vestuário, é preciso efectuar as despesas normais. É muito pouco, Sr Primeiro-Ministro!

A Sr^a Manuela Ferreira Leite (PSD) — E também paga electricidade!

A Oradora. — Também, Sr^a Deputada, mas se eu continuasse a esticar o rol das despesas concluiria que o endividamento das famílias portuguesas também deriva desse âmbito.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

A Oradora. — O que referi significa algo que, para nós, nesta bancada, é muito importante: este Orçamento vai possibilitar o não agravamento dos impostos, mas coisa diferente, completamente diferente, é não aumentar os impostos!

O Sr Primeiro-Ministro e os meus colegas sabem que nos restantes países da OCDE a pressão fiscal é um pouco superior à nossa — caros amigos, eu sei do que estou a falar —, mas há um factor que é preciso ter em conta: a tendência é para diminuir.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

A Oradora — Se consultarem os mapas fornecidos pelas instâncias internacionais, verificarão que, em Portugal, a tendência é para subir!

Srs Membros do Governo, Caros Colegas, nós estamos preocupados com os cidadãos, nós estamos preocupados

com as famílias, nós assumimos a defesa dos contribuintes, daqueles, cujo exemplo acabei de referir, que pagam todos os meses 156 contos para os cofres do Estado.

Sr Primeiro-Ministro e Sr Ministro das Finanças e da Economia, façam a reforma fiscal! Façam-na com justiça! E, também importante, não façam outra coisa que não seja baixar as taxas dos impostos!

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

A Oradora — Também a evasão se combate com a baixa das taxas dos impostos.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

A Oradora — Também a riqueza nacional se cria e se desenvolve desde que as famílias e as empresas tenham mais rendimento disponível, às vezes, meus caros senhores, até para viver!

Cuide-se, Sr Primeiro-Ministro, cunde-se. Sr Ministro das Finanças e da Economia, não vá o «governo sombra» do CDS-PP antecipar-se e apresentar uma verdadeira reforma fiscal em que os contribuintes sejam, de facto, acautelados!

Aplausos do CDS-PP

O Sr Presidente — Não havendo inscrições para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr^a Ministra do Planeamento para uma intervenção.

A Sr^a Ministra do Planeamento (Elisa Ferreira) — Sr Presidente da Assembleia da República, Sr Primeiro-Ministro, Sras e Srs Deputados. O Orçamento do ano 2000 é claramente — e vou repetir o que foi dito ontem — um Orçamento de transição entre dois ciclos.

Termina, de facto, um ciclo marcado pela participação plena de Portugal numa Europa em aprofundamento, durante o qual a sociedade e a economia portuguesas, beneficiando dos apoios da União Europeia mas não só, evoluíram e modernizaram-se, permitindo uma adesão do País a processos tão exigentes como o do mercado interno ou o da moeda única.

O crescimento mais acentuado em Portugal do que na média da União Europeia de um conjunto de variáveis, como o produto, os salários, o emprego, o consumo privado, o investimento, acompanhados da capacidade revelada de cumprir os critérios de convergência em relação ao défice e à dívida pública, bem como ao controlo da inflação, transformaram Portugal num país que se destaca pela positiva no contexto das avaliações internacionais sobre desempenho económico e capacidade revelada para convergir relativamente aos países mais dinâmicos da «área euro».

Inicia-se agora uma nova fase bem mais exigente. Não só as políticas públicas terão de continuar a enquadrar-se no cumprimento estrito dos compromissos de sanidade assumidos, como o Governo se compromete, de forma clara, ainda ontem expressamente sublinhada quer pelo Sr Primeiro-Ministro, quer pelo Sr Ministro das Finanças e da Economia, a atingir, a curto prazo, um nível de exigência superior no processo de consolidação e controle orçamental.

Simultaneamente, no entanto, requer-se que essas mesmas políticas estimulem o cumprimento de objectivos cada dia mais complexos. Entre outros desígnios, o enfoque des-

loca-se para o cumprimento de objectivos de convergência real, esperando-se que essas políticas consigam estimular, de forma sustentada, a economia e a capacidade de concorrer num mercado que cada dia se revela mais competitivo, mais global e mais dinâmico! Em síntese, espera-se que estas políticas contribuam definitivamente para, citando o Primeiro-Ministro, «recuperar o atraso de Portugal no espaço de uma geração»

Mesmo no contexto mais estrito da União Europeia, Portugal terá de capacitar-se para responder à nova fase política do projecto europeu, não só no que se refere à reorganização institucional mas, sobretudo, no que diz respeito à renovação e reorganização económica do espaço europeu

Basta uma simples projecção estatística, basta projectar para o ano 2007 as taxas de crescimento normais das regiões europeias para se tomar consciência de que, no momento em que a União Europeia se alargue de forma definitiva dos actuais 15 para 28 membros, automaticamente, o nível de disparidades internas em termos de desenvolvimento passará de 1 para 5, na situação actual, para um nível de 1 para 9, numa União Europeia constituída por 28 países

Esta projecção, que é apenas um cenário teórico, realizada para o ano 2007, significa, consequentemente, que nenhuma das regiões portuguesas que actualmente têm fortemente suportado o seu crescimento no apoio comunitário mereceria, neste cenário, qualquer apoio ao desenvolvimento estrutural. Este mero exercício ilustra cabalmente a radical transformação que se antecipa nas condições de inserção de Portugal no espaço geo-económico europeu

Neste quadro, e apesar da plena assunção das responsabilidades do Governo nesta matéria e da consciência dos riscos do desafio que está à nossa frente, continua a ser, e é, opção inquestionável do Governo que toda esta dinâmica, embora necessária, só seja definitivamente concretizada se conseguir arrastar atrás de si aquilo que é um pressuposto essencial da linha que caracteriza a postura da bancada que apoia o Governo. Este reforço da capacidade competitiva da economia do País só fará sentido se for acompanhada do cumprimento do outro grande objectivo do Programa do Governo, que é a construção de uma sociedade mais equilibrada, mais justa, mais democrática!

Vozes do PS — Muito bem!

A Oradora — É precisamente neste âmbito que se inserem os objectivos transcritos nas Grandes Opções do Plano, bem como no Orçamento que, neste momento, vos é apresentado

Naturalmente que o carácter de charneira do ano 2000, em que se inicia um novo milénio, uma nova etapa na vida da União Europeia, uma nova legislatura e uma nova fase de apoio comunitário, permitem que as GOP (Grandes Opções do Plano) e o Orçamento delas decorrente beneficiassem de todo um conjunto de trabalhos de análise e de debate público em torno dos documentos estratégicos que as precederam. Naturalmente, cito o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social, o Plano de Desenvolvimento Regional ou ainda os compromissos políticos assumidos pelo Partido Socialista perante o povo português durante a campanha eleitoral, posteriormente reafirmados no Programa, aprovado por esta Câmara, do XIV Governo Constitucional

O Sr Manuel dos Santos (PS) — Muito bem!

A Oradora. — É precisamente nesse Programa que as GOP assentam as suas linhas estratégicas

A Sr^a Maria Celeste Correia (PS) — Muito bem!

A Oradora — Em síntese, retomando o que acima ficou dito, os grandes objectivos centram-se em torno de dois eixos fundamentais garantir a competitividade sustentada da economia portuguesa num mercado em permanente mutação e cada dia mais exigente, garantir que este processo é acompanhado de um reforço claro das condições de equidade e de justiça social

A proposta de GOP e de Orçamento que o Governo apresenta ao Parlamento reflecte estes desideratos de uma forma estratégica e articulada. O primeiro objectivo permitirá que a convergência real com a União Europeia receba um forte impulso e será condição indispensável para que Portugal possa preparar-se para um futuro onde os apoios do exterior passem a ter carácter adicional, facilitando a resolução de problemas específicos e deixando de constituir, a prazo, a peça estrutural e permanente do processo de desenvolvimento português, como, reconheçamo-lo, tem sido e continua a ser ainda nos dias de hoje.

Nesse sentido, a política de investimento em infra-estruturas reflecte esta preocupação estratégica, garantindo não só condições de sustentabilidade ambiental às actividades económicas como também o fecho e a racionalização de todos os sistemas internos de circulação do País e dos seus principais eixos. Simultaneamente, essa política de infra-estruturação também garante que as ligações ao centro da Europa e a valorização das grandes infra-estruturas estratégicas portuárias contribuirão para sobrepor o papel de Portugal como fachada atlântica da Europa à sua inevitável «periferialidade» geográfica

Aplausos do PS

Naturalmente, uma adequada política de infra-estruturas é uma condição necessária de competitividade, mas está longe de ser uma condição suficiente. Uma nação competitiva que queira posicionar-se no mercado internacional tem de reconhecer, como é natural, o valor estratégico da informação, da inovação, da capacidade de desenvolver e de utilizar novas tecnologias e tem de preparar nesse sentido as suas estruturas educativas, os seus recursos humanos e a sua capacidade empresarial. São precisamente estas dimensões que estão reflectidas como eixo fundamental das GOP e das propostas orçamentais apresentadas

Como já referi, o objectivo global só se cumpre se for também cumprida a ambição e, mais do que isso, o compromisso para com o povo português de continuar o processo de melhoria da situação do País em termos de equidade e de justiça social. Neste sentido amplo, o conceito significa não só a garantia de um rendimento compatível com as condições de vida digna, como o acesso a equipamentos e serviços colectivos mínimos em termos de acessibilidades, de ambiente, de educação e de saúde, o que deverá ser feito em condições de igualdade entre homens e mulheres, como também a capacidade de utilização dos serviços dos quais directamente depende o exercício efectivo de direitos fundamentais, tais como a justiça

Estando, de facto, este conceito estreitamente associado aos direitos do cidadão numa sociedade democrática, há que garantir condições para que estes direitos estejam acessíveis a todos os portugueses, independentemente da

sua situação social mas também do local ou região do País em que nasceram ou onde vivem

Vozes do PS — Muito bem!

A Oradora — Quer os objectivos estruturantes apresentados, quer ainda a sua transcrição em termos das políticas e instrumentos disponíveis, estão patentes nesta proposta de Orçamento e, sobretudo, justificam o esforço brutal que o Governo se propõe levar a cabo, em termos de investimento, durante o ano de 2000

Naturalmente que condições específicas são geradas pelo cruzamento, durante o ano de 2000, do fecho do II Quadro Comunitário de Apoio e do arranque do III Quadro Comunitário de Apoio. Como é óbvio, potenciou-se este facto de forma a articular do modo mais eficaz o esforço nacional com o papel de «alavancagem» reservado para o apoio comunitário. É assim que o valor da despesa global de PIDDAC proposto no presente Orçamento passa, pela primeira vez, o limiar mítico dos 1000 milhões de contos, atingindo cerca de 1120 milhões de contos, o que representa um acréscimo de 13,3% face ao valor inicial de 1999.

O Sr. Manuel dos Santos (PS) — Muito bem!

A Oradora — Note-se que, apesar do papel fundamental desempenhado pelo apoio comunitário (que passa de 334 milhões de contos para 435 milhões de contos), a componente referente ao financiamento nacional, ao esforço nacional, cresce quase 50 milhões de contos. Este montante representa um crescimento nominal de 9,6% relativamente ao valor inicial de 1999, crescimento este que não é igualado em nenhum outro ano, nos últimos tempos, na economia portuguesa.

Vem este esforço, aliás, numa linha de continuidade que, sobretudo desde 1995, tem atribuído ao investimento público (e também, por arrastamento, ao investimento privado) um papel fundamental na estratégia de desenvolvimento nacional.

Basta comparar os valores entre 1995 e 1999 para se perceber que, não obstante o esforço que foi feito de consolidação orçamental que permitiu ao País integrar o processo da moeda única, o financiamento com origem no Capítulo 50 do Orçamento cresceu, entre estes anos, cerca de 147 milhões de contos, ou seja, 45%, enquanto o autofinanciamento dos serviços autónomos crescia cerca de 60 milhões de contos. Simultaneamente, a taxa de execução dos montantes orçamentados aumentava 12 pontos percentuais no que se refere ao Capítulo 50 do Orçamento.

Sublinhe-se, também, que este esforço extraordinário que Portugal tem vindo a fazer em matéria de investimento não é, de modo algum, típico da generalidade dos países europeus. Na zona euro, só Portugal e a Irlanda aumentaram o seu esforço de investimento no período 1996-1999, quando comparado com o período antecedente correspondente.

Portugal apresenta um esforço de investimento duplo da média europeia.

O Sr. José Junqueiro (PS) — Muito bem!

A Oradora — Estamos num contexto de grande rigidez orçamental e Portugal está confrontado com desafios estratégicos. Assim, neste contexto, o apoio da União Europeia torna-se fundamental e a selectividade, o cuidado, o critério na aplicação das verbas consagradas redobra, em termos estratégicos a sua importância.

Vozes do PS — Muito bem!

A Oradora — Beneficia o País de um volume global de verbas que, tendo sido negociadas de forma altamente benéfica para Portugal, ainda durante a anterior legislatura e com o envolvimento do Primeiro-Ministro, garantem a Portugal uma posição de conforto e segurança na continuidade da estratégia definida.

Está em curso a negociação do Quadro Comunitário de Apoio que dará conteúdo e permitirá materializar os montantes globais acordados. Portugal foi o primeiro país da União Europeia a abrir formalmente este processo de negociação com Bruxelas, em 10 de Dezembro último, e tem o Governo desenvolvido um esforço negocial intenso, coordenado, atravessando todos os ministérios, esperando finalizar a assinatura desta negociação, através da assinatura do contrato, no fim do mês de Março.

Vozes do PS — Muito bem!

A Oradora — Estando, por conseguinte, o Quadro Comunitário de Apoio ainda em processo de negociação, embora em fase final, convém sublinhar alguns elementos da proposta portuguesa que são particularmente merecedores de realce. Limitar-me-ia a sublinhar dois pontos:

Por um lado, foi preocupação do Governo propor uma afectação dos apoios comunitários que permitisse «alavancar» e conferir carácter estratégico aos projectos de um conjunto de sectores que, de outro modo, estariam fortemente condicionados pelas limitações globais orçamentais. São ilustrações deste facto não só o volume de investimento total que aparece associado a matérias como acessibilidades, ambiente, formação dos recursos humanos, educação e apoio selectivo aos sectores produtivos, como toda a dinâmica que foi possível imprimir a áreas estratégicas, conferindo-lhe um crescimento rápido. E gostaria aqui de sublinhar o papel da ciência e tecnologia e o papel do novo instrumento que é a sociedade da informação.

Vozes do PS — Muito bem!

A Oradora — Por outro lado, e pela primeira vez em Portugal, as propostas de investimento público (e em particular a proposta de apoio comunitário) reflectem o reconhecimento de que todos os portugueses têm direito a um nível mínimo de bem-estar e oportunidades de sucesso, quer vivam no norte ou no sul, no interior ou no litoral.

De facto, a proposta de Quadro Comunitário de Apoio, assumida pelo Governo e em negociação, pela primeira vez consagra uma intervenção comunitária financeiramente robusta ao nível regional, articulando as acções de carácter municipal com intervenções de todos os ministérios na região. Simultaneamente, a estrutura de gestão atribui capacidades de acompanhamento e de controle ao nível desconcentrado, com um papel reforçado das autarquias locais nesse processo.

Vozes do PS — Muito bem!

A Oradora — Pela primeira vez, as verbas afectas a este tipo de intervenção são significativas, sobretudo quando comparadas com o passado no II Quadro Comunitário. O apoio regional, controlado ou gerido a nível regional, não excedia os 18% do total do apoio contido no Quadro Comunitário neste momento, o montante para esse fim é da ordem dos 43%.

Vozes do PS — Muito bem!

A Oradora — Pela primeira vez, criam-se condições claras e politicamente assumidas para que a convergência de Portugal em relação às áreas mais dinâmicas da União Europeia seja acompanhada de um processo de convergência interno ao nosso país, aproximando as áreas mais pobres das condições de vida e oportunidades vigentes nas zonas mais dinâmicas.

Pela primeira vez, criam-se condições efectivas para que a coesão económica e social deixe de ser um conceito dominantemente utilizado para negociação com Bruxelas e externo às fronteiras nacionais, para passar a ser um objectivo, igualmente importante, interno ao processo de desenvolvimento nacional.

Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, Sras e Srs Deputados As GOP e o presente Orçamento do Estado dão cumprimento aos grandes objectivos políticos do Governo. Eles reflectem a continuação da linha definida de assentar a política de desenvolvimento do País no investimento, conciliando e articulando fontes internas — privadas e públicas — e apoios externos, esforço este que, tendo caracterizado a anterior legislatura, atinge o seu expoente máximo, quer em termos de volume global de fundos mobilizados quer de taxa de crescimento, no presente Orçamento.

Reflectem ainda as opções estratégicas assumidas, amplamente debatidas e politicamente ratificadas, opções estas que estruturam e integram a presente proposta: a conciliação de uma dinâmica competitiva com a garantia de que o fruto dessa estratégia será partilhado por todos, reduzindo a injustiça das discriminações sociais e espaciais, como garante do pleno exercício das funções de cidadania por parte de todos e de cada um dos portugueses.

Aplausos do PS.

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos, inscreveram-se os Srs. Deputados Maria Ofélia Moleiro, Lino de Carvalho e Machado Rodrigues.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria Ofélia Moleiro.

A Sr^a Maria Ofélia Moleiro (PSD) — Sr Presidente, Sr^a Ministra do Planeamento, o Governo apresenta-nos as GOP como uma parte da estratégia absolutamente necessária para cumprir os objectivos do Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social e o Plano de Desenvolvimento Regional, apoiados no III Quadro Comunitário. E das seis opções que nos são apresentadas é dado especial relevo à territorialização das políticas sectoriais e ao reforço da coesão nacional. É precisamente sobre este ponto que me queria centrar.

A necessidade de tornar as políticas sectoriais centradas nos diversos territórios portugueses prende-se com a já realizada transferência de competências para as autarquias locais, que, no entanto, ainda não beneficiaram da necessária transferência de meios financeiros.

Em relação ao designio nacional de prossecução da coesão nacional, permito-me discordar aqui do que a Sr^a Ministra disse quanto ao ultrapassar o limite mítico nos investimentos públicos do PIDDAC. É que, de facto, ou nós vivemos em zonas muito diferentes ou não conseguimos ultrapassar esse mito, porque não é com investimentos declarados em PIDDAC para pagar obra feita, como é o caso do distrito de Leiria, não é com investimentos que se destinam a seguros para colheitas, como é o caso do distrito de Bragança, não é com zero de investimentos no Concelho de Valpaços, distrito de Vila Real!

O Sr. António Capucho (PSD) — Muito bem!

A Oradora — O Dr Durão Barroso é, por coincidência, do concelho de Valpaços e o povo diz «Para Valpaços, para terras de Durão, zero tostão!». Não sei se é coincidência.

Vozes do PSD — Muito bem!

Risos do PS e do PCP

A Oradora — Sr^a Ministra, com este PIDDAC não estamos a reforçar a coesão nacional, estamos a reforçar as assimetrias nacionais e a afastar os distritos do norte e do interior, porque está patente no PIDDAC uma forte concentração nos distritos do Porto e de Lisboa.

Gostaria de colocar-lhe mais duas questões, ainda relacionadas com a execução deste PIDDAC.

Em relação ao III Quadro Comunitário de Apoio é sabido que não é agora aplicável o princípio da reorçamentação automática, ao fim de dois anos, por isso, pergunto que medidas pensa este Governo aplicar para minimizar o diferencial possível entre a despesa prevista e aquela que será executada.

O Sr António Capucho (PSD) — Muito bem!

A Oradora — Finalmente, a minha terceira questão, Sr^a Ministra, prende-se com uma verba prevista como antecipação de pagamentos por conta do Orçamento do Estado para investimentos relativos ao II Quadro Comunitário de Apoio, cujos pagamentos serão feitos até 2003, uma vez que não encontrei o respectivo registo em nenhuma rubrica do Orçamento do Estado.

Em parte, comprehendo que assim seja, porque está prevista em serviços autónomos, mas a verdade é que não encontrei a contabilização destes 98 milhões de contos em Orçamento do Estado. Pergunto então, Sr^a Ministra, como é que se faz a contabilização?

O Sr. Presidente — Queira terminar, Sr^a Deputada

A Oradora — Vou já terminar, Sr Presidente.

Para finalizar a minha intervenção, gostava de saber como vai ser contabilizada esta despesa pública. Será que se trata de mais um caso de desorçamentação deste Orçamento do Estado?

Aplausos do PSD

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra a Sr^a Ministra do Planeamento.

A Sr^a Ministra do Planeamento — Sr. Presidente, Sr^a Deputada Maria Ofélia Moleiro, muito obrigada pelas suas perguntas e, em particular, pelo interesse — que sei que é sentido — relativamente ao desenvolvimento equilibrado do País e pela preocupação de encontrar reflexos desse designio no Orçamento.

Penso que faz bem em fazê-lo, porque, como referi, o interior do País e o desenvolvimento equilibrado entre o norte, o sul, o interior e o litoral, pela primeira vez, são uma pedra dominante, quer do Orçamento quer, sobretudo, do III Quadro Comunitário de Apoio.

Vozes do PS — Muito bem!

A Oradora — Sublinho que herdámos um Quadro Comunitário de Apoio em que, de facto, o controlo sobre as

verbas regionalizadas era, como já referi, de 18% Neste momento, esse controlo atinge os 43%

Gostava de tocar uma outra questão, a das verbas que estão inscritas relativamente aos seguros de colheitas. Estranho que fale nessa matéria, na medida em que foi o próprio Parlamento que decidiu, através da sua capacidade de controlar e fazer recomendações ao Governo, que o SIPAC — que é, de facto, o instrumento a que se refere, uma vez que inclui seguros de colheitas, fundos de calamidades e compensação de sinistralidade — fosse transferido do registo habitual, no Capítulo 60, para passar a ser tratado no Capítulo 50 do Orçamento do Estado.

Foi o próprio Parlamento que tomou essa decisão, através da aprovação da proposta de lei nº 10/VII, de 1996. Portanto, Srª Deputada, o registo que é feito de despesas relativas a seguros de colheitas é uma decisão do Parlamento à qual o Governo, no cumprimento estrito dos seus deveres, deve sequência.

Assim, é um pouco surpreendente que o Parlamento determine algo e, a seguir, venha questionar o Governo por ter executado o que foi uma determinação parlamentar.

Vozes do PS. — Muito bem!

A Oradora — Respondendo, agora, à questão que colocou sobre Vila Real e Bragança, chamo-lhe a atenção. Srª Deputada, de que, quando tomou posse o primeiro governo do PS, em 1995, o valor inscrito no PIDDAC para Vila Real era 6 milhões de contos, no ano seguinte, 1996, aquele valor aumentou para 7 milhões de contos e, depois, subiu progressivamente. Srª Deputada, sabe qual é a verba inscrita no PIDDAC para o ano 2000? É 18,8 milhões de contos.

Srª Deputada, durante a vigência dos governos do PS, triplicámos as verbas inscritas no PIDDAC para Vila Real!

Quer saber o que se passa quanto a Bragança. Srª Deputada? Também lhe respondo!

Em 1995, os investimentos previstos em PIDDAC para Bragança eram na ordem de 6 milhões de contos. Sabe quanto é que está previsto no PIDDAC para este ano? 21,5 milhões de contos!

Peço-lhe, pois, que faça as contas e reconheça o que é justo que seja reconhecido.

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Srs Membros do Governo, Srs Deputados, temos a assistir aos nossos trabalhos um grupo de 90 alunos da Escola Secundária Quinta do Marquês, de Oeiras e aguardamos ainda, mas não sabemos quando chegarão, um grupo de 120 alunos da Escola Secundária do Lumiar, de Lisboa. Antes que os presentes tenham de retirar-se, saudemo-los carinhosamente.

Aplausos gerais, de pé

Tem a palavra o Sr Deputado Lino de Carvalho para pedir esclarecimentos

O Sr Lino de Carvalho (PCP). — Sr Presidente, Srª Ministra do Planeamento, seria suposto que as Grandes Opções do Plano constituíssem um documento definidor dos objectivos estratégicos das políticas do Governo e enquadrador do Orçamento do Estado. Mas — e espero que a Srª Ministra o reconheça — as Grandes Opções do Plano não são nada disso. Temos um mar de palavras pós-

-modernistas, muito na linha do discurso da «terceira via» do Partido Socialista, enxurradas de palavras e de frases feitas que, depois, não têm qualquer concretização.

Aliás, não somos apenas nós que dizemos isto, Srª Ministra. O parecer do Conselho Económico e Social, que ignorou se a Srª Ministra leu, diz, exactamente, que as medidas de política apresentadas nas GOP continuam a ter um carácter demasiado vago, não existindo em todo o documento nenhum planeamento quantitativo que permita compreender de forma clara os meios e as formas que serão utilizados para a prossecução dos objectivos fixados.

Poderíamos dar múltiplos exemplos, mas não temos tempo para tal nem, do ponto de vista da generalidade, é isso que está em cima da mesa.

Mas há mais. A propósito das GOP, do Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social e dos documentos preparatórios do II Quadro Comunitário de Apoio, a Srª Ministra refere muito a participação, o envolvimento, o diálogo. Ora, Srª Ministra, tenho ideia que há aí uma confusão entre diálogo e participação e simulacro de diálogo e de participação.

O Sr Honório Novo (PCP) — Exactamente!

O Orador — É que o Governo finge que dialoga, finge que envolve os parceiros, finge que ouve, mas, depois, não toma minimamente em consideração as opiniões que surgem desse alegado diálogo. Também aqui não sou apenas eu que o digo, é o parecer do Conselho Económico e Social. O referido parecer é claro quando afirma que o pedido que lhe é dirigido de emissão de parecer sobre as GOP, que, como sabe, é obrigatório nos termos da lei, mas parece um simulacro de participação. É que o Conselho Económico e Social sente que as suas opiniões não têm qualquer relevância para a definição das políticas do Governo e, mais, que nenhum dos documentos que sustentam o parecer emitido sobre as GOP é entregue a quem tem de dar esse parecer.

Por isso, Srª Ministra, a primeira questão que lhe coloco é idêntica à pergunta que lhe faz o Conselho Económico e Social. Qual é, hoje, a real utilidade das Grandes Opções do Plano, se não para encobrir, no plano do discurso, a falta de quantificação de políticas concretas ao nível do Orçamento que correspondam àquele discurso?

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador — A segunda questão tem a ver com um outro aspecto.

A Srª Ministra referiu o crescimento do PIB e as aproximações às médias europeias.

O Governo apresenta um valor de crescimento para o PIB de 3,3%, salvo erro. A União Europeia apresenta 3%. Vamos supor que estes valores são exactos e que, ao contrário do que diz o Conselho Económico e Social, não há excesso de optimismo nas projecções macro-económicas do Governo.

Ora, aqui há uns anos, com o diferencial que havia, calculava-se que seriam necessários 30 a 40 anos para nos aproximarmos do nível de desenvolvimento médio da União Europeia. Perante os actuais diferenciais de crescimento, Srª Ministra, mesmo supondo que são reais, quanto tempo tem de caminhar o País para se aproximar do nível de desenvolvimento da União Europeia? 100 anos? 80 anos? Srª Ministra? Qual é a resposta a esta questão?

Vozes do PCP — Muito bem!

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra a Sr^a Ministra do Planeamento

A Sr.^a Ministra do Planeamento — Sr. Presidente, Sr Deputado Lino de Carvalho, relativamente à sua primeira questão, começo por dizer-lhe que me parece não fazer qualquer sentido essa crítica acerca das GOP, particularmente este ano

Primeiro, porque, este ano, ao contrário do que teria sido possível em anos anteriores, as Grandes Opções do Plano são feitas a seguir a momentos em que o País teve de discutir e sancionar um conjunto de directrizes e de análises relativas à estratégia de desenvolvimento do País É o caso do PNDES (Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social), que foi amplamente debatido, do Plano de Desenvolvimento Regional, a que se seguiu a apresentação do Programa do Governo e, depois, a confirmação e ratificação públicas das linhas estratégicas ai definidas, através do processo eleitoral A coincidência de todas estas discussões permitiu que, para o ano 2000, tenha havido, de facto, um trabalho profundíssimo que só periodicamente pode ser feito com esta dimensão, precedendo a elaboração das Grandes Opções do Plano

Quanto à alegação de que as GOP não têm quantificação, respondo que têm a que está escrita no próprio texto das mesmas e que, a seguir, se desenrola na proposta de lei de Orçamento e na definição dos fundos comunitários que vão suportar essas linhas de política Sr Deputado, não queria situar as GOP num «espaço de ninguém», nem a linha das GOP deveria definir estratégia, pois, então, iria esgotar o espaço do Orçamento

Portanto, as GOP fazem precisamente a transição — e, a meu ver, fazem-no particularmente bem este ano — entre as grandes linhas estratégicas e a sua implementação prática em termos de verbas de programas, de projectos e, desta vez, chegamos ao nível do concelho, ao contrário do que é habitual

A este propósito, gostava de fazer um sublinhado É que o nível de regionalização a que estávamos habituados antes de 1995 era da ordem de 40% e, este ano, Sr Deputado, pela primeira vez, o valor de PIDAAC regionalizado ultrapassa 85% Este é um saldo importantíssimo em termos da capacidade de conferir, aferir e controlar o que é feito

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Digamos que foram distribuídas umas verbas por aí!

A Oradora — Acha pouco? É 85% do que o País tem! Lamento!

Passo à questão que colocou relativamente à taxa de crescimento da economia nacional

É evidente que quando estamos a tratar de projecções, não estamos a tratar do passado mas do futuro e do grau de falibilidade Ora, o Governo optou, e opta, por ter uma postura prudente relativamente às suas estimativas em vez de ter uma postura avançada que, depois, teria de ser revista em baixa A posição do Governo é de segurança, porque é o futuro dos portugueses que está em causa

Chamo a sua atenção de que, apesar de 3,3% ser a taxa de trabalho nos documentos que estamos a apreciar, ainda ontem o Sr Ministro das Finanças teve oportunidade de referir que, numa projecção para o período 2001-2004, estamos a prever atingir uma taxa media de crescimento de 3,5%, o que, de facto, é bastante acima de 3,3% e bastante acima da taxa de crescimento da União Europeia, que, para o mesmo período, prevê uma taxa de 2,5%

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — «Bastante acima» é um bocadinho exagerado, não é?

A Oradora. — Estas projecções permitem-nos estimar que serão necessários, não 100 anos, nem 80 anos, mas 25 anos para atingirmos o ritmo de desenvolvimento da União Europeia Será um período de trabalho intenso para que, daqui a 25 anos, o País atinja o nível médio da União Europeia que — e não o esqueçamos! — continua a crescer Portanto, não são necessários 100, nem 80, mas 25 anos e, naturalmente, contamos com os políticos portugueses para nos ajudarem a atingir este objectivo

Aplausos do PSD

O Sr Presidente — Igualmente para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Machado Rodrigues

O Sr Machado Rodrigues (PSD) — Sr Presidente, Sr^a Ministra, muito obrigado pelas suas informações

Por ocasião do debate do Orçamento na generalidade, em sede da Comissão de Economia, Finanças e Plano, tive oportunidade de colocar algumas questões à Sr^a Ministra relativamente à correcção de assimetrias e, nomeadamente, sobre o distrito de Bragança

Na altura, tive oportunidade de dizer — e julgo que ninguém contestará — que, quando há uma diferença muito grande entre níveis de desenvolvimento, o ritmo de crescimento das regiões menos desenvolvidas tem de ser muito mais rápido do que o das regiões desenvolvidas, sob pena de as assimetrias não serem atenuadas ou até de se agravarem A um ritmo de crescimento semelhante o diferencial absoluto não se atenua, agrava-se Nesse contexto, fiz-lhe algumas perguntas sobre quais as políticas do Governo

Ainda nesta medida e dado que o Sr Primeiro-Ministro menciona frequentemente o ritmo de aproximação do desenvolvimento do País em relação à Europa, que, pelos vistos, vai sendo progressivamente mais lento, por mim, estava mais interessado em saber quantos anos decorrerão para que as regiões mais desfavorecidas do País, nomeadamente a do distrito de Bragança, se aproximem da média nacional

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — Vou pedir desculpa a este Plenário porque não vou falar de temas gerais mas de alguns aspectos específicos, já que o distrito de Bragança, pelo qual fui eleito, foi aqui amplamente mencionado hoje Gostava, pois, de fazer algumas perguntas à Sr^a Ministra

As Grandes Opções do Plano mencionam de uma forma sublinhada, mas com frase única, que a correcção das assimetrias é um objectivo nacional

As Grandes Opções do Plano mencionam quais são as grandes vias em termos de comunicações e qual é o programa de construção de auto-estradas do País

Ora, vejo, com perplexidade, que o meu distrito foi eleito para ser o único excluído da rede de auto-estradas do País

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — O meu distrito é um dos que carecem de desenvolvimento rápido A correcção das acessibilidades, se só por si não provoca o desenvolvimento, é uma condição necessária a esse desenvolvimento, as condições para a tornar suficiente hão-de vir a seguir

Quanto ao PIDDAC, a Sr.^a Ministra mencionou ritmos do seu crescimento, e eu gostaria de lembrar aqui alguns números. o PIDDAC para 1998, em relação ao distrito de Bragança, era de 11 milhões de contos, para 1999, era de 20 milhões de contos, para o ano 2000, é de 21 milhões de contos — isto, em termos nominais Só que, em relação ao distrito de Bragança, o PIDDAC para 1999 tinha incluídas verbas de dois tipos Por um lado, continha verbas para investimentos por exemplo, estavam incluídas verbas para a ligação Bragança/Quintanilha, incluindo as pontes sobre o rio Sabor e a ribeira do Porto, e para a conclusão desse troço Esse troço foi matéria de propaganda eleitoral

O Sr. Presidente — Sr Deputado, agradeço-lhe que termine, pois já ultrapassou o seu tempo

O Orador. — Sr Presidente, peço a sua tolerância

O Sr Presidente — Já a teve, Sr Deputado E há uma regra sagrada que é o princípio da não discriminação, nem positiva, nem negativa

O Orador — Sr Presidente, discriminme-me positivamente neste momento Peço a sua compreensão por mais uns segundos

O Sr Presidente: — Peço-lhe desculpa, Sr Deputado, mas não pode ser

O Orador. — Esse troço foi matéria de inaugurações, só que não foi pago E a respectiva verba vem inscrita no PIDDAC do ano 2000, aparecendo agora de novo como investimento a fazer no distrito

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — E se «descondicionarmos» os 21 milhões de contos do ano 2000 do que são os seguros de colheitistas, do que são as medidas de acompanhamento e do que são os investimentos anteriores, posso provar à Sr^a Ministra que o PIDDAC de investimentos para o distrito de Bragança é, no ano 2000, de 13,4 milhões de contos, contra 15,8 milhões de contos em 1999 Se isto é crescimento, não sei o que é retrocesso!

Aplausos do PSD

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra a Sr^a Ministra do Planeamento

A Sr^a Ministra do Planeamento — Sr Deputado, agradeço as questões que me colocou

Relativamente a Bragança, e independentemente da discussão se se regista a verba *a* ou *b*, já vimos que, por exemplo, em relação à inscrição de seguros de colheitistas foi o Parlamento que quis que isso acontecesse assim No que diz respeito às técnicas de inscrição, são as técnicas normais

Sr Deputado, a verdade é que, neste momento, V Ex^a tem, no distrito de Bragança, um montante de investimento três vezes superior ao que tinha em 1996 agora estão inscritos 21,5 milhões de contos, no ano passado 20 milhões de contos e no ano anterior 12 milhões de contos!

Para além disso, gostava de sublinhar um outro aspecto o Sr Deputado não está a contabilizar o montante de verbas comunitárias que suportam o desenvolvimento

Trás-os-Montes e Alto Douro receberam do Quadro Comunitário anterior mais de 25% do montante que esteve reservado para o Norte de Portugal Se a memória não me engana, penso que foram 29%, estando previsto que neste Quadro Comunitário de Apoio o apoio global seja ainda mais reforçado

Portanto, saíram as pessoas de Trás-os-Montes aproveitar esta nova oportunidade, porque todos nós estamos interessados nisso, pois ao desenvolver-se Trás-os-Montes desenvolve-se o País

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr^a Deputada Luísa Mesquita

A Sr^a Luísa Mesquita (PCP) — Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Sr as e Srs Deputados Se alguém chegou a equacionar a possibilidade de, nas áreas sociais, o Orçamento do Estado do Partido Socialista poder camuflar os seus reais objectivos de entrega apaixonada à direita ou, ainda, se alguns teimam em balbuciar que a educação, a ciência, a cultura, a saúde têm alguns matizes de esquerda, é trágica a desilusão

No decurso da discussão em Comissão, houve, por parte do Governo e dos Deputados do Partido Socialista, um visível empenho em discutir o discurso das intenções das Grandes Opções do Plano, tanto quanto possível longe das verbas previstas, para que o Orçamento apresentado parecesse ter como objectivo o País real

Mas frustrados foram os intentos, porque, de Norte a Sul do País, estudantes, professores, reitores, investigadores, responsáveis dos institutos e dos laboratórios do Estado, sindicatos, confrontavam a exiguidade das verbas com as necessidades mais primárias do desenvolvimento das instituições

Do ensino superior vinham as denúncias de subfinanciamento do sector, enquanto o Governo tentava, em vão, minimizar as críticas, insuflando as verbas globais previstas no Orçamento, com 13,9 milhões de contos de propinas e outras receitas próprias das faculdades e dos institutos superiores politécnicos, numa atitude de total desrespeito pela legislação sobre o financiamento do ensino superior público e que determina a aplicação das verbas das propinas na elevação da qualidade do ensino superior

O Governo do PS confirma, assim, tudo aquilo que na anterior Legislatura o Partido Comunista Português sempre denunciou a lei do financiamento foi reduzida ao pagamento de propinas: as propinas são a desresponsabilização do Estado relativamente ao ensino superior público, os alunos pagam às instituições e o Estado fica a dever aos alunos, às instituições e ao País

Vozes do PCP — Muito bem!

A Oradora — E o Orçamento aí está a demonstrar o não cumprimento da fórmula de financiamento que determina o cálculo das verbas a atribuir às escolas do ensino superior

Repare-se, por exemplo, que, para o conjunto das universidades financiadas através desta fórmula, o Governo deveria assegurar uma transferência de 146 milhões de contos, mas, na realidade, a verba transferida é de 124 milhões de contos, o que significa um corte de 22 milhões de contos

O Sr. Bernardino Soares (PCP) — Muito bem!

A Oradora — E se nos voltarmos para o orçamento de investimento, a situação não melhora. São inúmeros os cortes feitos em muitas escolas, o que significa para já interrupção de obras iniciadas, não lançamento de novas obras e a continuidade dos graves problemas do equipamento existentes, quer nas mais antigas, quer nas mais recentes universidades e escolas públicas portuguesas.

Entretanto, e para desviar a atenção do confronto entre as verbas orçamentadas e as necessidades urgentes do País, o Governo anuncia, apressadamente, uma proposta de lei-quadro para «arrumar a casa do ensino superior».

Hoje, já se conhece a «mezinha». É decepcionante, tecnicamente inconsistente e desresponsabilizadora na defesa do ensino superior público. Mas se este é o figurino orçamental do ensino superior público, infelizmente não é exceção. Também durante o debate na generalidade, o Governo fez um segundo anúncio as novas escolas para o ensino básico e secundário, tendo-lhe chamado as escolas completas, como se o País partisse agora à conquista de uma grande descoberta, como se escolas sem aquecimento, sem laboratórios, sem bibliotecas, sem refeitórios, sem material didáctico, sem professores, constituíssem o quadro normal e adequado ao processo de ensino-aprendizagem das crianças e dos jovens portugueses.

Aplausos do PCP

A Oradora. — E agora passariam da regra à exceção a escola completa. Mas olhemos o PIDDAC! E nem com lupa, Sr as e Srs Deputados, é possível descortinar o início do fim do gelo nas salas de aula, a presença de mais refeitórios, equipamento escolar adaptado à nova geração de alunos, etc , etc.

Para 2000 descem, exactamente, algumas das verbas fundamentais em programas de apetrechamento das instalações para os ensinos básico e secundário. É no Alentejo, é no Centro, é em Lisboa, é no Norte.

E o pré-escolar? — a paixão das paixões! De infidelidade em infidelidade, o Programa do Governo de 1999 era já muito menos ambicioso que o Programa do Governo de 1995. E as verbas consignadas para 2000 deixam claro que, a este ritmo, nem a ambição reduzida de 1999 consegue ser alcançada.

A rede privada e cooperativa conta com cerca de 40% da verba destinada à rede pública, à qual se acrescentará ainda, obviamente, a componente de apoio à família, que é financiada através do orçamento da segurança social. Ora, este quadro é suficientemente esclarecedor da resposta perfeitamente insuficiente da rede pública do pré-escolar e ainda dos encargos que são suportados por inúmeras famílias que têm de recorrer à rede privada, particularmente nos grandes centros e periferias urbanas.

O Sr Bernardino Soares (PCP) — É verdade!

A Oradora. — E a acção social escolar, cada vez mais necessária num País onde as desigualdades e as assimetrias se agudizam quotidianamente, onde o desemprego e o falso emprego violam o direito ao trabalho, onde o abandono e o insucesso escolares, nos primeiros anos de escolaridade, envergonham o País?

Para grandes males, grandes remédios. O Governo do Partido Socialista repetiu a receita de 1999 pura e simplesmente, reduziu o Orçamento nas áreas dos investimentos

do Plano, quer para o ensino não superior, quer para o ensino superior.

O Sr Bernardino Soares (PCP) — É verdade!

A Oradora — Construção e equipamento de residências escolares e outras infra-estruturas urgentes, num País onde o número de alunos deslocados aumenta significativamente, não constituem, para já, preocupação para o Governo do Partido Socialista.

São cada vez em maior número as famílias portuguesas que têm dois ou três filhos em diferentes cidades do País, suportando acréscimos de despesa nos seus orçamentos familiares, que decorrem da total irresponsabilidade e incompetência dos diferentes governos para definir uma rede pública de estabelecimentos de educação e ensino que corresponda às necessidades do País e às legítimas expectativas das crianças e dos jovens.

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Muito bem!

A Oradora — E o ensino recorrente? O ensino de segunda oportunidade para tantos jovens excluídos do ensino regular, para tantos adultos com pouca ou nenhuma escolaridade? A verdade é que mais de 70% da população não tem seis anos de escolaridade e Portugal continua a ter a mais elevada taxa de analfabetos da União Europeia e uma das mais elevadas do mundo, lado a lado com o México e o Peru.

A resposta está no Orçamento diminuíram as verbas, diminuíram os professores em acções de alfabetização e da educação extra-escolar, desapareceram cursos nocturnos em mais de 200 escolas públicas. É assim a resposta do Governo do Partido Socialista.

E se da educação passarmos à ciência, o panorama mantém-se.

Enquanto o Governo soma números, globaliza análises, as diversas instituições públicas não universitárias de investigação, ciência e tecnologia permanecem enfermas, depois dos diagnósticos formulados, depois das medidas propostas para sobreviverem.

No decurso da discussão do Orçamento do Estado, o Grupo Parlamentar do PCP promoveu uma audição com estas instituições públicas de investigação. O resultado é deveras preocupante. Houve unanimidade em considerar insuficientes os financiamentos previstos, que têm repercussões a todos os níveis, dificultando o recrutamento e o rejuvenescimento dos quadros depauperados e envelhecidos.

Mas verifiquemos os números: as dotações em PIDDAC diminuem 27%, respondendo ao estado de degradação de inúmeras instalações, o aumento global previsto para os laboratórios do Estado, de 2,9 milhões de contos, é praticamente engolido pelo acréscimo das despesas com o pessoal permanente.

Estas são as grandes medidas para reformar instituições, que são forçadas a realizar cada vez mais receitas próprias de serviços para pagar salários, remetendo para uma outra oportunidade o seu objectivo fundamental o trabalho de investigação, ciência e desenvolvimento tecnológico.

Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Sr " e Srs Deputados. Gastar mais é insuficiente quando não se sabe ou não se quer gastar melhor.

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Muito bem!

A Oradora — Gastar mais é insuficiente quando se aposta na continuidade dos erros e não na solução dos problemas

Aplausos do PS

O Sr. Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Natalina Moura

A Sr.^a Natalina Moura (PS) — Sr.^a Deputada Luisa Mesquita, já nos habituou a este tipo de discursos de catástrofe, em que está tudo mal. A senhora, que até é professora, não viveu nas escolas, deve ter passado ao lado

O Sr. Carlos Encarnação (PSD) — Não está mal, está pior!

A Oradora. — Sr. Deputado, está muito melhor do que quando a Sr.^a Deputada Manuela Ferreira Leite, que está ao seu lado, foi ministra!

Sr.^a Deputada Luisa Mesquita, V. Ex.^a diz que as escolas estão todas muito frias, geladas... Não deve ter feito o percurso que eu fiz, enquanto inspectora, por todas as escolas do País. Se o tivesse feito, veria hoje a mudança!

Se perguntasse aos jovens que se encontram a assistir à sessão, dir-lhe-iam que a senhora precisa de fazer um rápido circuito por todo o País, a fim de verificar como as escolas funcionam hoje. Era um bom percurso, que faz bem à saúde e que saberia bem a todos vós.

A Sr.^a Deputada falou de números que desconheço. Certamente, não lemos o mesmo programa, mas deve ter recebido o mesmo exemplar de Orçamento que eu recebi. Sr.^a Deputada, então não sabe qual foi o aumento da educação pré-escolar? 7,7% não lhe chega? É claro que nós gostaríamos de ter mais, mas, Sr.^a Deputada, não tínhamos nada! Tem de recuar no tempo e recordar — sabemos que tem boa memória — que os valores que apresentou não estão correctos

No Orçamento para este ano a Sr.^a Deputada encontra valores elevadíssimos, em termos de aumento, como 16,4% para o ensino básico e secundário e 17% para o ensino superior, tendo ainda de ter em conta um valor de 13,2% para a acção social escolar do ensino superior. Aconselho-a a reler este Orçamento, porque os seus números estão aquém dos que foram apresentados

Sr.^a Deputada, não lhe serve, para o caso, a verba astronómica de 1250 milhões de contos, num crescimento de 3,5%, dos quais 75% se destinam a despesas com pessoal e 7% representando investimentos? Este número não lhe serve? Qual é o número que a senhora gostaria de ver aqui inscrito? E onde é que iria rebuscar esse número? O que é que iria prejudicar?

Se este número não lhe serve, certamente tem outras contas, até porque tem bons auxiliares para fazer esse trabalho, nomeadamente o Sr. Deputado Octávio Teixeira

Em relação ao ensino básico e secundário, está inscrita, neste Orçamento, uma verba de 835,2 milhões de contos, o que corresponde a um acréscimo de 13%. Certamente dir-me-á que é pouco. É pouco, mas é o que há! Veja lá qual é o número que pretende, para ver se encontramos aqui uma plataforma de entendimento, com a certeza, Sr.^a Deputada, de que nem a senhora, nem eu, estamos na idade da fabulação, nem da mitomania, portanto não faça nenhum percurso nessas duas áreas, porque já não são áreas que nos pertençam

Aplausos do PS

O Sr. Presidente — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Luisa Mesquita.

A Sr.^a Luisa Mesquita (PCP) — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, é suficientemente esclarecedor que ninguém da bancada do Partido Socialista que integra a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, e que aí colocou questões ao Sr. Ministro Guilherme d' Oliveira Martins, quisesse aqui usar da palavra. Isso é suficientemente esclarecedor! Ninguém tem coragem de defender este Orçamento «Agarraram» na senhora à pressa e trouxeram-na para a primeira fila, para que a senhora o defendesse, o que é suficientemente esclarecedor

A Sr.^a Natalina Moura (PS) — Não, não! Está enganada!

A Oradora — Em segundo lugar, como a Sr.^a Deputada não acompanhou a discussão que foi feita na Comissão de Educação, Ciência e Cultura, como a senhora não conhece o Orçamento, então vamos ajudá-la a verba para o ensino superior tem, em rodapé, em letras mais pequeninas, 13,9 milhões de contos de propinas. Sabe o que é isto. Sr.^a Deputada? Roubo às instituições! Roubo aos alunos! Roubo às famílias! Sabe o que é isto. Sr.^a Deputada? Falta de seriedade!

Protestos do PS

O Partido Socialista disse aqui, nesta Casa, que as propinas eram para aumentar a qualidade do ensino superior, elevar a sua qualidade! E para que é que são? Para substituir a ausência de financiamento do Governo e para substituir os «buracos» que o Governo provoca nas Faculdades!

Vozes do PCP — Ora aí está!

A Oradora — A Sr.^a Deputada não precisa só de um percurso pelo País, precisa de percursos plurais, e um deles é o de ouvir os reitores. Precisa de ouvir o Conselho de Reitores, o Conselho Coordenador dos Institutos Politécnicos, os reitores das Universidades de Coimbra, da Nova, de Lisboa, do Porto, de todas as universidades, a dizerem que não têm dinheiro para pagar salários. Portanto, Sr.^a Deputada, esclareça-se e depois venha dizer alguma coisa

Sr.^a Deputada, quanto ao pré-escolar, que vergonha! Então a senhora, que vive em Lisboa, que sabe que as crianças pequeninas continuam a viver em armazéns, em vãos de escada, considera suficiente o aumento da verba? Então, a Sr.^a Deputada não leu com atenção o Programa do Governo de 1999? Então, a Sr.^a Deputada não sabe que o Governo desceu na sua ambição, no Programa de 1999, relativamente ao Programa de 1995, porque se apercebeu que nem o de 1995 cumpria, tendo tido de se adequar ao de 1999 e que agora, com esta verba, nem o de 1999 vai cumprir?!

Ó Sr.^a Deputada, está perfeitamente distraída

A Sr.^a Natalina Moura (PS) — Não, não estou!

A Oradora — Realize uma pluralidade de discursos ou de percursos porque, se não, faz-me lembrar o Camões «Se lá no assento etéreo onde subiste/Memória desta vida se consente...». Sr.^a Deputada, não conte histórias porque o povo não acredita em si!

Aplausos do PCP

O Sr Presidente — Entretanto, o Sr Ministro da Educação pediu a palavra para defender a consideração da bancada do Governo.

Tem a palavra, Sr. Ministro.

O Sr Ministro da Educação (Guilherme d'Oliveira Martins) — Sr. Presidente, Srs. Deputados Num momento infeliz, certamente, a Sr.^a Deputada Luisa Mesquita usou aqui expressões como «roubo», «vergonha» e disse que reduzimos a ambição que anteriormente definimos relativamente ao ensino pré-escolar

Sr.^a Deputada Luisa Mesquita, antes de mais, devo dizer-lhe que, lendo com atenção este Orçamento, a opção e a prioridade pela educação fica claramente demonstrada O que acaba de nos dizer não corresponde, pois, minimamente à realidade

Afirmei e reafirmo não há subfinanciamento do ensino superior! E não há subfinanciamento do ensino superior uma vez que basta olhar para a execução do orçamento nas universidades portuguesas, nas instituições do ensino superior e verificar que a maior parte das instituições têm, felizmente, saldos que são utilizados adequadamente Se houvesse subfinanciamento ou qualquer situação de dificuldade financeira global do sistema, certamente que não haveria saldos

Por outro lado, Sr.^a Deputada, este Orçamento, designadamente em relação ao ensino superior, foi feito em estreita articulação, pela primeira vez, de uma forma sistemática, com as instituições do ensino superior De uma forma sistemática! Cumpriu-se integralmente o que está estabelecido relativamente à formula de financiamento E o que a Sr.^a Deputada nos vem dizer é que «relativamente ao orçamento-padrão» Não estamos ainda no orçamento padrão! Sabe bem que o sistema do orçamento-padrão foi definido, em 1993, como objectivo É o orçamento ideal! Naturalmente que nos estamos a aproximar dele e, por isso, a taxa de convergência que utilizámos este ano é de 0,37% Esse é o ponto Esses são os factos

Além disso, o Governo, em articulação com as instituições de ensino superior, criou um sistema permanente de acompanhamento, não só para a execução do Orçamento de 2000, mas também para a avaliação das necessidades plurianuais das instituições. Os Ministérios da Educação e das Finanças estão a trabalhar com as instituições, caso a caso, para garantir que as respostas sejam as mais adequadas

Por outro lado, Sr.^a Deputada, fui eu próprio que disse que há instituições que revelam dificuldades no cumprimento daquilo que é a fórmula de financiamento, que todos aceitaram e que o Conselho de Reitores considerou indispensável aplicar Esta é que é a realidade Estes é que são os factos

Sr.^a Deputada, considero injurioso que me diga que há roubo, porque não há roubo, considero injurioso que me fale em vergonha, porque não há vergonha, uma vez que a educação é uma prioridade, e é uma prioridade fundamental que continuará a ser assumida. Visitemos as escolas, vejamos como é que as coisas se passam nas escolas que temos, com professores competentes, com professores motivados e mobilizados, com estudantes que são, para nós, o primeiro e fundamental objectivo

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Para dar explicações, tem a palavra a Sr.^a Deputada Luisa Mesquita

A Sr.^a Luisa Mesquita (PCP) — Sr Presidente, Sr Ministro da Educação, efectivamente não tem explicação

Sr Ministro, o que se passa é o seguinte primeiro, a fórmula não foi cumprida, ..

O Sr António Filipe (PCP) — Exactamente!

A Oradora — segundo, o orçamento-padrão não foi cumprido, terceiro, é um roubo, é uma vergonha, milhões e milhões de contos, tirados dos bolsos dos pais e das mães dos jovens universitários, não servirem para elevar a qualidade de ensino, como foi dito pelo Partido Socialista, relativamente ao que votámos contra, porque consideramos que a Constituição — que o Partido Socialista já não defende — é para cumprir! Mas tendo o Partido Socialista recuado tanto no cumprimento da Constituição e tendo optado por obrigar os portugueses a pagarem o ensino superior dos seus filhos, que, ao menos, tivesse cumprido aquilo que disse nesta Casa, durante a anterior legislatura!

O Sr Bernardino Soares (PCP) — Muito bem!

A Oradora — E o que o Partido Socialista aqui disse é que o dinheiro das propinas serviria para elevar a qualidade do ensino Mas tal é falso! Dizem-no os reitores das Universidades de Coimbra, do Porto, de Lisboa, do Algarve, do Minho O dinheiro das propinas, Sr Ministro, é para pagar salários, é para pagar papel higiénico, é para limpar as universidades, é para tudo aquilo que é necessário nas universidades A partir dos meses de Julho e Agosto não há financiamento do Governo!

O Sr Ministro da Educação — Não é verdade!

Vozes do PS — Não é verdade!

Vozes do PCP — É verdade!

A Oradora — Não fiquem nervosos, toda a gente sabe!

Protestos do PS

O Sr Presidente. — Srs Deputados, agradeço que façam silêncio

A Oradora — Os reitores, os estudantes universitários, os pais e os encarregados de educação sabem que tudo aquilo que acabámos de afirmar é verdade e que tudo aquilo que foi dito pelo Partido Socialista não corresponde à verdade

Para terminar, gostaria de dizer que, quanto aos professores, eles não são só competentes, eles são milagrosos, porque são capazes de fazer «as omelias sem os ovos» e os «bolos sem a farinha»! Isto, só neste país!

Quanto aos alunos, eles são fenomenais! Jovens que acabam o ensino superior com médias de 17, 18, 19 ou 20 valores e que têm de ficar um ou dois anos à espera para entrar na faculdade, ou que então entram em engenharia civil porque queriam ser médicos,

O Sr Honório Novo (PCP) — Ou então vão para Espanha!

A Oradora. — . ou entram em gestão porque queriam ser farmacêuticos, são, de facto, fenomenais, muito

bons, muito calmos, muito tranquilos, porque, se não, já tinham dito ao Partido Socialista que isto tinha de ter um fim.

Aplausos do PCP

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado José Junqueiro

O Sr José Junqueiro (PS) — Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Sras e Srs Deputados No Programa do Governo desenvolve-se a ideia de Portugal, numa vertente geoestratégica, como país que pretende ganhar a sua integração nos processos de globalização, com um posicionamento não periférico nos fluxos de comércio e de informação da economia internacional do século XXI Define-se como plataforma atlântica, interface entre a Europa e o resto do mundo e presta particular atenção aos espaços ibérico e europeu

Neste contexto, no plano do desenvolvimento estratégico, no domínio do equipamento social, concebe uma particular importância — e cito — à «articulação entre as infraestruturas de acessibilidades estruturantes do território e da sua articulação internacional e as redes rodoviárias e sistemas de transportes locais, que viabilizem uma ocupação racional do território e um desenvolvimento regional mais equilibrado»

O Orçamento do Estado para 2000 traduz estes objectivos através de projectos, obras e verbas muitíssimo significativas, definindo prioridades e continuando a diminuir as diferenças entre o litoral e o interior, procurando ultrapassar o estigma PSD de um País a duas ou mais velocidades, com o abandono dos mais desfavorecidos e carenciados, promovendo a desertificação do Interior

Contrariamente ao passado, continua a pensar-se o País como um todo e a construir-se uma melhor qualidade de vida, como se infere, por exemplo, do peso adquirido pelo sector habitação, constituindo-se a habitação social numa das mais relevantes prioridades do Governo Igualmente importante é a atenção dedicada aos programas de realojamento, aos incentivos ao arrendamento jovem, à bonificação de juro na compra de habitação própria, ao esforço de recuperação e qualificação dos bairros de arrendamento do IGAPHE, bem como ao apoio à reabilitação do parque habitacional privado de arrendamento É a afirmação de um novo ciclo social que teve início no anterior governo do PS e se continua a erguer por cima do esquecimento a que o parque habitacional nacional e os mais desfavorecidos foram votado pelo então Partido Social Democrata

A Srª Maria Celeste Correia (PS) — Muito bem!

O Orador — É igualmente relevante o conjunto das políticas dirigidas à área das telecomunicações, ou não fosse este um sector em que Portugal lidera segmentos importantes de mercado e se insere, por iniciativa própria, na presente internacionalização, parceria e fusão dos diferentes operadores

A Srª Natalina Moura (PS) — Muito bem!

O Orador — O desenvolvimento de mercados abertos e concorrentiais, a gestão racional e pró-activa dos recursos escassos, espectro rádioeléctrico e direitos de passagem, a regulação isenta e transparente do mercado de te-

lecomunicações, a protecção dos direitos dos consumidores e dos cidadãos em geral, bem como o desenvolvimento da sociedade de informação, nomeadamente na articulação de esforços com outras áreas funcionais do Governo, designadamente na ciência e tecnologia, na modernização administrativa, na saúde ou na educação

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Os mais de 400 milhões de contos de investimento público representam mesmo cerca de 37% do PIDDAC total É um acréscimo nominal de 9% Importa referir que há investimentos significativos de empresas de capitais públicos, cerca de 142 milhões de contos, que não constam deste PIDDAC Está nesta situação parte do investimento das administrações portuárias, das empresas de transporte — CP, ML, Carris, Transtejo e Soflusa —, bem como tudo o que respeita aos investimentos dos sistemas SCUT e da Brisa

No entanto, mais importante do que os números é o conjunto dos resultados consubstanciados na integração internacional, nomeadamente o corredor Norte/Sul, que agiliza as ligações, quer entre as principais cidades e pólos industriais do país, quer entre a Andaluzia e a Galiza, e os corredores transversais que articulam o litoral e o interior e estabelecem as principais ligações à Espanha e à Europa, no reforço do sistema urbano nacional, através da melhoria da fluidez de tráfego nos principais centros urbanos, adequando as infraestruturas rodoviárias às necessidades de circulação e promovendo a qualidade de vida das populações.

A Srª Natalina Moura (PS) — Muito bem!

O Orador — no reforço da solidariedade interna no processo de desenvolvimento económico e social, através dos corredores interiores, eixos de coesão territorial que garantem a acessibilidade a áreas menos povoadas e menos dinâmicas do País, ligando-as aos corredores Norte/Sul e transversais, através da garantia de circulação entre aglomerados urbanos de pequena dimensão, reabilitação de estradas, sinalização, bem como dos planos nacionais de variantes e circulares.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — na aposta prioritária na logística, através das articulações intermodais e das placas logísticas, quer na sua articulação com infraestruturas rodoviárias, portuárias e aéreas, quer com sistemas urbanos

A Srª Rosa Maria Albernaz (PS) — Muito bem!

O Orador — Compreende-se, assim, que as Grandes Opções do Plano para 2000 apontem para o continuado alargamento da rede de auto-estradas em regime de concessão, quer pela Brisa, quer pelas novas concessionárias do Oeste, do Norte e SCUT, e prevejam igualmente novos projectos, dos quais me permito destacar os estudos conducentes à terceira travessia do Tejo, aos túneis da serra da Estrela ou ao plano nacional de variantes e circulares, neste último caso com uma parte significativa já em execução

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Importa sublinhar o estímulo dado ao mercado de construção, nomeadamente através da participação de agentes económicos privados, com a criação de novas concessionárias. Compreende-se, mal, o nervosismo de alguma oposição, nomeadamente o do maior partido, que vê, assim — e até deveria regozijar-se com o facto —, antecipar entre 15 e 20 anos os equipamentos rodoviários fundamentais ao desenvolvimento.

A Sr^a Natalina Moura (PS) — Isso é que é esforço!

O Orador — Não é fácil! Para além do já realizado, com mais 396 km contratados, mais 106 km em condições de assinatura imediata, mais 129 km que se vão lançar este ano e 525 km que estão em avaliação, num total de 1130 km e 926 milhões de contos de investimento, caiu a imagem virtual de um PSD que tinha jurado, por escrito — imagine-se! —, para 1995, o *terminus* do Plano Rodoviário Nacional.

Aplausos do PS

Exceptuando o conhecido IP5, agora em fase final de concurso para auto-estrada, feito pelo Governo do Partido Socialista, não concluiu, o PSD, um único itinerário principal.

A Sr^a Natalina Moura (PS) — Bem lembrado!

O Orador — Não esteve à altura das responsabilidades, nem, tão-pouco, tem demonstrado estar em forma para corresponder aos sucessivos convites que o Ministro do Equipamento lhe tem dirigido, permanentemente, para visitar as múltiplas frentes de obra. Afinal, agora, critica-se a obra por ser obra a mais! É igualmente importante, Srs Deputados, que fique registada a posição do PSD, que é de oposição aos sistemas SCUT.

A Sr^a Manuela Ferreira Leite (PSD) — Exactamente!

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Sem dúvida!

O Orador — que permitem as estradas sem portagem, sobretudo no interior mais desfavorecido, que o PSD — registe-se — é também contra este desenvolvimento e, neste Plenário, vai votar contra este desenvolvimento.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — No domínio ferroviário, para além dos investimentos previstos na Linha do Norte, na Linha da Beira Baixa ou da ligação Lisboa/Algarve, desenvolver-se-ão os estudos de viabilidade, entre Portugal e Espanha, conducentes à análise das opções a assumir na Linha do Minho, bem como intervenções de manutenção nas Linhas do Oeste, Douro, Alentejo e Litoral Algarvio. Particularmente relevante é o inicio dos trabalhos, entre Portugal e Espanha, para a construção do TGV, meio de transporte qualificado, ambicioso, que ajudará a intensificar a defesa dos nossos interesses dentro do País e em todo o espaço ibérico.

No domínio do transporte aéreo, infraestruturas, equipamentos, segurança e navegação aéreas, sublinham-se as intervenções nos aeroportos da Ota, Portela, Sá Carneiro, Faro, Funchal e nos aeroportos João Paulo II, Horta e São Maria, nos Açores.

As mesmas preocupações são visíveis nas infra-estruturas portuárias e nos portos, na barra do Douro, em Setúbal e em Sesimbra, nas acessibilidades ao porto de Aveiro, entre outros, salientando-se, numa visão de conjunto, a promoção do transporte multimodal e constituindo o fenómeno da multimodalidade uma prioridade essencial.

Paralelamente, há neste Orçamento do Estado um esforço financeiro dirigido à capacidade de intervenção das autarquias locais. É a afirmação permanente da confiança e importância que tributamos ao poder local. Dar-lhe mais e melhores meios, cumprir a Lei das Finanças Locais, operacionalizar a recente lei sobre as novas atribuições e competências, são objectivos principais e determinantes.

Longe estão os governos do PSD,

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — De glória!

O Orador — do Dr Durão Barroso.

O Sr Durão Barroso (PSD) — Ainda não formei governo!

O Orador — que sempre marginalizaram os autarcas e as autarquias locais, começando por não lhes atribuir estatuto de parceiro social, continuando pela afirmação de um vazio legislativo total e acabando no incumprimento da lei das Finanças Locais e na proibição, lembremos, da participação dos autarcas sociais-democratas na Associação Nacional de Municípios

Aplausos do PS

Hoje, a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Associação Nacional das Freguesias Portuguesas são parceiros sociais e conhecem um aumento nos respetivos fundos que se situa, respectivamente, no período 95/2000, nos 53% e nos 117%

O Sr Manuel dos Santos (PS) — Bem lembrado!

O Orador — São, na globalidade, 337 milhões de contos para os municípios e mais de 30 milhões de contos para as freguesias. Define ainda as taxas de crescimento mínimo para os municípios 9,25% para aqueles que têm menos de 20 000 habitantes, 7% para os que têm entre 20 000 e 40 000 habitantes, 5% para os que têm entre 40 000 e 100 000 habitantes. Bem como taxas de crescimento mínimo para as freguesias, no valor de 1750 contos para as que têm menos de 200 habitantes e 2500 contos para as outras. Relativamente às freguesias mais pequenas, pela primeira vez na história do poder local, não haverá uma única, destas mais pequenas, que detenha uma verba inferior a 1750 contos.

O Sr Manuel dos Santos (PS) — Muito bem!

O Orador — Apesar deste salto qualitativo, é intenção do Grupo Parlamentar do PS introduzir neste Orçamento do Estado, no âmbito do poder local, algumas alterações, no Capítulo III, que visam primeiro, a distribuição mais favorável dos fundos para os pequenos municípios e a garantia de um crescimento mínimo mais elevado para a generalidade das freguesias, atenta a importância destes fundos no contexto das suas receitas, a manutenção do princípio da actualização dos impostos municipais, em particular do imposto municipal sobre veículos, a adaptação dos

prazos de endividamento dos empréstimos contratados para aquisição de habitação a custos controlados, destinada a arrendamento, por último, a isenção dos limites de endividamento dos empréstimos contraídos para a execução de projectos comparticipados por fundos comunitários.

É necessário reafirmar que este movimento de progresso para as autarquias portuguesas será, mais uma vez, proposto e viabilizado pelo PS e mais uma vez contará com o voto contra, quer do PCP, que muito se estranha, quer do PSD, que retoma o passado de ataque ao poder local, chumbando o Orçamento neste hemiciclo.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Este Orçamento do Estado é de continuidade no desenvolvimento, ou seja, de ruptura plena com um passado cavaquistas, que os governos do PS interromperam. O País pode continuar a contar com um PS responsável, com um Governo empenhado, orientado pelo rigor e pela contenção, bem como pela defesa da equidade e das políticas sociais, da mesma forma que pode contar, como o debate revela, com uma oposição derrotista e com um PSD, neste momento, extremista e irresponsável.

Aplausos do PS

Protestos do PSD

O Sr Presidente — Também para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Daniel Campelo

O Sr Daniel Campelo (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, Srs Membros do Governo, Srs Deputados: «A força não pode ser uma lei eterna no mundo. Os povos têm-de ter a sua hora de afirmar-se por qualidades raras que só da própria raça dimanam». É uma citação do diário das memórias do General Norton de Matos, ilustre limiano, que todos deverão conhecer, certamente.

Sr Presidente, Srs Deputados A vida é feita de coisas simples e mais simples, ainda, é a vida dos que habitam o mundo rural. Mas esses simples dos campos ou das montanhas devem merecer o mesmo respeito e os mesmos direitos cívicos daqueles que escolheram viver nas grandes cidades ou que escolheram um estilo de vida diferente no seio das praças financeiras ou nos convívios sociais da capital. Todos são portugueses e todos devem merecer a preocupação do Governo de Portugal.

Há dias, o Sr Primeiro-Ministro, em directo na televisão, dizia que a globalização não pode representar tudo na vida e muito menos pode esmagar a identidade própria de um povo ou de uma parte desse povo. É esta a ideia que gostaria de transmitir e não posso estar mais de acordo com esse princípio, Sr Primeiro-Ministro. Pena é que o Governo nem sempre o aplique e permita que o mesmo seja esmagado pelo poder único e exclusivo dos grandes interesses económicos.

Pena é que para alguns sectores da governação as pessoas sejam pouco importantes e o valor do dinheiro fale mais alto, silenciando o direito dos cidadãos e esmagando a identidade própria de um País e de um povo, que, apesar de pobre, sente a honra na sua raiz cultural e nas coisas simples que, afinal, fazem a vida de qualquer cidadão português.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, Srs Deputados Aprendi nas lições e nos escritos do Prof Henrique de Barros a amar a terra que sustentou a sobrevivência do País, por diversas vezes, na sua história. Aprendi com as palavras simples do Prof Eugénio de Castro Caldas, recentemente falecido, e que tem um filho no Governo, que certamente poderia ajudar muito este Governo a encontrar o verdadeiro sentido do mundo rural. Ele dizia que a charrua foi mais importante do que o tractor e que a importância da entreajuda dos agricultores do Minho suplantou, largamente, todo o movimento operário na totalidade das explorações agrícolas. Foi esse o fenómeno responsável pela sobrevivência da economia agrária e pela manutenção do potencial produtivo dos nossos campos, antes e depois da II Guerra Mundial.

Apesar dos gritos de alerta para a sobrevivência do sistema rural, o que vemos hoje? Vemos uma sociedade rendida à globalização da economia. Vemos um Governo convertido e permissivo aos grandes interesses económicos.

Vozes do PS — Isso não é verdade!

O Orador — Rendido, muitas vezes, a vassalagem dos lobbies Incapaz de se motivar pela defesa dos grandes valores nacionais Incapaz de reconhecer a vantagem da defesa das pequenas e médias empresas portuguesas Incapaz de tomar a defesa das especificidades locais como estratégia de afirmação de uma mais-valia preciosa.

Vemos um Governo praticar uma política de perfeito assassinato do sistema rural, onde não há lugar à diferença e onde defender os produtos locais se pode transformar no rótulo de «anarco-populista», de demagogo ou de provinciano.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Vivemos um momento político onde ter vontade de viver fora das cidades significa uma opção de risco de marginalização e motivo de vergonha para os menos preparados culturalmente.

Vivemos num sistema político onde, em nome do lucro, é legítimo aniquilar aquilo que dá pouco lucro ou que não dá lucro nenhum. Onde não há lugar para o queijo limiano, feito pelos limianos. Onde parece não haver lugar para a broa de Avintes ou para o leitão da Bairrada.

A Sr^a Maria Celeste Correia (PS) — Não é verdade!

O Orador — Para o queijo da Serra da Estrela ou de Serpa — sim Sr.^a Deputada! Para o azeite de Vila Flor ou para as queijadas de Sintra. Onde a falsificação do vinho verde se transforma em acto corrente do dia-a-dia-sem a devida reacção das autoridades competentes. Onde o Vinho do Porto já se faz na África do Sul. Onde os ovos moles de Aveiro, provavelmente, já se podem importar da Andaluzia.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Estamos no País onde os empreiteiros espanhóis se oferecem as grandes empreitadas, sem qualquer dúvida e sem hesitações, apesar de em Espanha os empreiteiros e fornecedores portugueses serem sistematicamente preferidos e colocados à margem.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Estamos no País em que os diamantes dão prejuízo e as empresas públicas se vendem ao desbarato e ao estrangeiro, como acontece com a TAP

Enfim, Sr. Presidente e Srs. Deputados, estamos num País em que o poder da comunicação social, em especial dos seus patrões, é mais forte do que o poder deste Parlamento e do próprio Governo

No País em que os *lobbies* estão a vencer todos os dias novos políticos — alguns estão cá dentro, nestas bancadas — e o Governo em geral, não será novidade ver um município ser subjugado e vencido por outros *lobbies* empresariais e embaixadas estrangeiras

É por essas razões que sinto revolta e vergonha por aquilo que o Ministério da Economia, Sr. Ministro, está a fazer contra o distrito de Viana do Castelo, contra Ponte de Lima e contra as pequenas e médias empresas do Alto Minho

Vozes do CDS-PP — É uma vergonha!

O Orador. — É este grito de alerta que estou disposto a defender, se necessário até às últimas consequências, neste mesmo local, que me pertence por direito próprio e para o qual o povo livre e simples do Alto Minho me elegeu

A tramóia perfeita entre o Ministério da Economia e o seu Instituto Nacional da Propriedade Industrial podem servir a estratégia do Governo de serviço aos interesses estrangeiros, mas espero que também sirva para criar uma consciência nacional no povo simples e trabalhador deste país. Se essa consciência nacional não aparecer, então, daqui a algum tempo, será tarde demais para salvar o pouco que existe

Ficarei nesta bancada para servir os interesses dos que me elegeram e não para defender os interesses dos *lobbies*. Se não puder ser útil aos que me elegeram, penso que o exercício do meu mandato não terá qualquer significado ou utilidade

Ficarei aqui, 24 horas por dia, até que alguém decida fazer justiça e repor o estado de direito ou até que o meu país conheça a verdade deste processo. Até que alguém dê um sinal ao País que os interesses de Portugal estão primeiro e estão em boas mãos

Estou disposto a sofrer para que as minhas filhas cresçam livres e sintam a honra de viver em verdadeira liberdade e num Estado com respeito pela diferença e pelo direito

Alguns dirão que sou um rústico, outros, porventura, que sou quixotesco. Depois do mal que fizeram contra os meus, penso que já nada pior poderão fazer contra mim. Por isso não ficarei surpreendido. Sr. Presidente, nem mais magoado pelo que possam dizer e escrever sobre a minha atitude

Valer-me-á a honra de cair de consciência tranquila e de tentar morrer em paz com a minha própria condição de rural e de amante da terra que os meus pais e avós cultivaram

É preciso que em Portugal alguém lute por aquilo em que acredita e que combata aqueles que só acreditam no dinheiro e na felicidade do dinheiro. Sr. Presidente

Se em Portugal o Governo não defende o que é português, é preciso que os portugueses tomem nas suas próprias mãos a defesa de Portugal e dos seus valores

Aplausos do CDS-PP

É preciso não ficar à espera do próximo dia — o tal em que nos podem tirar aquilo que amamos e que representa o orgulho das nossas origens. Não tenhamos vergonha delas

Gostaria de agradecer ao Sr. Presidente da Assembleia da República e ao Sr. Presidente da República o apoio e a atenção que têm prestado a esta matéria. Agradeço a todos os que ofereceram coragem e solidariedade. Peço aos meus colegas Deputados, a todos, que compreendam as razões do meu protesto individual, porque talvez nenhum possa avaliar a verdadeira motivação para a realização do mesmo. Só o farão quando, um dia, passarem pela mesma experiência.

ACEITAREI, sem rancor, as críticas que alguns farão sobre o meu comportamento. É em nome do direito à diferença e da liberdade de expressão que cada um me criticará pela forma do meu protesto. É esse direito, afinal, que justifica a nobreza do cargo e o valor do seu exercício.

Não quero viver num sistema em que o Governo do País cede aos fortes para aniquilar os fracos. Num País em que o Estado se comporta como Estado ladrão, roubando o nome aos que têm direito a um nome, roubando a honra aos que vêm nela um valor não alienável e uma afirmação própria do seu direito à vida.

Se hoje fossem vivos, sentiriam revolta e vergonha muitos dos grandes limianos que defenderam Portugal e os valores da sua civilização com convicção e com honra. A atitude patrocinada por este Governo, ou por uma parte do Governo, ofende a memória de muitos desses limianos do Padre Francisco Pacheco, do Ministro do Reino, na época do liberalismo, Cardeal Saraiva, do poeta e diplomata António Feijó, do poeta e Deputado Teófilo Carneiro, do estadista e opositor ao Estado Novo General Norton de Matos.

Deixo aqui, Sr. Primeiro-Ministro, algumas páginas, escritas ao longo dos últimos séculos, da vida e da afirmação dos limianos — a tal cidade dos Límicos. E de entre esses limianos ilustres permita-me V. Ex.ª terminar com a citação do criador do limianismo, Manuel de Lima Bezerra, em *Os Estrangeiros no Lima*, no ano de 1785, cujo exemplar único da minha própria biblioteca tenho o prazer e a honra de oferecer a V. Ex.ª, Sr. Primeiro-Ministro. Porventura, poderá tirar algumas fotocópias, violando um pouco os direitos de autor, mas nunca será demais para providenciar a possibilidade de os seus ministros terem um bom livro e um bom conselho. Diz assim: «Um português honrado tem por obrigação o antepor as conveniências e a glória da sua Pátria em tudo aquilo que for lícito e decente». «() que em qualquer arte ou ofício, a que os homens forem destinados, tenham por primeira obrigação o mostrar que são bons portugueses ()».

Aplausos do CDS-PP. de pé

Neste momento, o Sr. Deputado Daniel Campelo dirige-se ao Sr. Primeiro-Ministro, cumprimenta-o e faz-lhe entrega do livro

O Sr. Presidente — Sr. Deputado Daniel Campelo, realçando a qualidade e a elevação do seu discurso, não me leve a mal, mas não posso deixar de lhe fazer notar que a expressão «Estado ladrão» é excessiva.

Para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Daniel Campelo, inscreveram-se o Sr. Deputado Carvalho Martins e o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares

O Sr Deputado Daniel Campelo não tem tempo para responder, mas o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dá-lhe 3 minutos Pergunto se o PSD, partido de um dos dos interpelantes, também poderá dar 3 minutos

Pausa.

O Sr Deputado Daniel Campelo tem, portanto, 6 minutos para responder aos dois pedidos de esclarecimentos
Tem a palavra o Sr Deputado Carvalho Martins

O Sr. Carvalho Martins (PSD) — Sr Presidente, Srs Deputados, Sr Deputado Daniel Campelo, como Deputado eleito pelo distrito de Viana do Castelo tenho de lhe dizer que partilho das suas preocupações com o mundo rural Revejo-me nelas e, infelizmente, ao longo de cinco anos de Governo socialista, o que aconteceu no distrito de Viana do Castelo foi a diminuição significativa do plano de investimentos da Administração Central, apesar das muitas promessas feitas, em 1996, pelo então e actual Primeiro-Ministro, Engº António Guterres

Todos sabemos os problemas que se passam neste distrito, todos sabemos que cada vez mais são menos as pessoas que aí se dedicam à agricultura, todos sabemos que, infelizmente, o rendimento disponível dos agricultores é cada vez menor, o que deve ser motivo de profunda preocupação

Ouvi, há pouco, a Srª Ministra falar em seguros de colheita No ano passado, também estavam inscritos no Orçamento cerca de 1 milhão de contos de seguros de colheita para o distrito de Viana do Castelo Ora, gostaria de perguntar à Srª Ministra qual foi a importância atribuída, de facto e objectivamente, aos agricultores do meu distrito para esses seguros Provavelmente nem 10% daquele valor, porque se inscrevem verbas no Orçamento que, depois, em termos de aplicação prática, têm resultado zero!

Mas a questão nuclear que me leva a falar tem a ver com o comportamento de um instituto público, que deve ser o espelho da nação, as suas atitudes devem ser claras E, na minha opinião, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial tomou uma atitude que é criticável, por uma razão muito simples o INPI deu um determinado parecer, fazendo três registos favoráveis à Câmara Municipal de Ponte de Lima, passando o certificado a dizer que o queijo Limiano é da Câmara Municipal No entanto, cinco dias depois de ter passado o respectivo certificado, o mesmo Instituto fez exactamente o contrário daquilo que já tinha feito

Não tenho opinião jurídica sobre qual o parecer mais correcto, se o primeiro ou o segundo, mas na minha terra costuma dizer-se que isto é um espelho da Administração Pública Além disso, tanto a Administração Pública como o Instituto têm alguém que os tutela, que é este Governo e este Primeiro-Ministro

Sr. Deputado Daniel Campelo, sei que V Exª tentou ser recebido pelo Sr Primeiro-Ministro Gostaria de saber se já foi ou, se não, quando é que vai ser recebido De facto, este comportamento de um instituto público é totalmente condenável e inaceitável

Aplausos do PSD e do CDS-PP

O Sr Presidente — Entretanto, inscreveu-se, também para pedir esclarecimentos ao Sr Deputado Daniel Campelo, o Sr Deputado Honório Novo Mais uma vez, peço aos Srs Deputados que se inscrevam no momento regimental,

sob pena de baralharem as contas, quer de quem dirige os trabalhos, quer de quem responde aos pedidos de esclarecimento

Sr Deputado Daniel Campelo, continua com os mesmos 6 minutos para responder aos três pedidos de esclarecimento Deseja responder desde já ao primeiro?

O Sr Daniel Campelo (CDS-PP) — Sim, Sr Presidente

O Sr Presidente — Tem a palavra, Sr Deputado

O Sr Daniel Campelo (CDS-PP) — Sr Presidente, antes de mais, gostaria de dizer que, ao referir-me ao «Estado ladrão», a minha intenção não foi a de ofender as estruturas do Estado, muito menos os órgãos de soberania Mas, Sr Presidente, tudo depende, muitas vezes, de quem titula esse Estado e da forma como se fazem, em nome do Estado, actuações como as foram relatadas

Vozes do PS — Ainda pior!

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Oiçam! Oiçam!

O Orador — Gostaria de dizer aos Srs Deputados do Partido Socialista que o conceito de crime e de roubo está muitas vezes associado à pistola e ao esticão, e penso que os portugueses têm sido, muitas vezes, roubados e espoliados de muitas coisas sem que tenha havido pistola nem esticão!

Aplausos do CDS-PP

É nesse sentido, Sr Presidente, que eu queria dizer que fomos roubados É que o despacho que foi aqui relatado pelo Deputado Carvalho Martins, sem que tenha havido qualquer decisão ou qualquer recurso, não pode ter outra justificação que não a que referi no contexto da minha intervenção Peço que a Câmara interprete nesse sentido o que eu disse, porque tenho pelo Estado o maior respeito, mas também tenho o dever de criticar as atitudes do Estado que são ilegais e que prejudicam os cidadãos portugueses!

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Em relação à pergunta colocada pelo Sr Deputado Carvalho Martins, a minha resposta é negativa O Sr Primeiro-Ministro não se dignou receber-me, tendo-me informado que esse assunto teria de ser encaminhado para o Sr Ministro da Economia, com quem já tinha sido tudo tratado

Sr Primeiro-Ministro, o País ainda guarda de V Exª uma imagem acima de todas as suspeitas, em termos daquela que deve ser a atitude séria do Estado, pelo que não acredito que, se V Exª tomar conhecimento desses factos, dê protecção às pessoas que os praticaram!

Aplausos do CDS-PP

Foi em nome dessa minha convicção que insisti em ser recebido pelo Sr Primeiro-Ministro e foi em nome dela que me receberam o Sr Presidente da Assembleia da República e S Exª o Sr Presidente da República

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares

O Sr Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (Fausto Correia) — Sr Presidente, Sr Deputado Daniel Campelo, como é sabido, este Governo, tal como o anterior, tem procedido a um conjunto de iniciativas na área empresarial, desde logo com a crescente localização de empresas no interior do País e com a defesa das demarcações de origem. A propósito, lembro os vidros da Marinha Grande, as tapeçarias de Arraiolos, e, no domínio dos lanifícios, tudo o que foi feito na serra da Estrela e no vale do Ave

No que toca a Ponte de Lima, permita que lhe recorde o protocolo assinado, há cerca de seis meses, entre o Sr Ministro da Economia e a associação empresarial de Ponte de Lima. No caso em concreto, e compreendendo as suas razões, enquanto cidadão de Ponte de Lima e, sobretudo, enquanto Presidente da respectiva Câmara Municipal, permita que lhe diga que a questão não é entre o Governo e a Câmara de Ponte de Lima mas, sim, entre esta e uma empresa privada, que é a Lacto Ibérica

Vozes do PSD e do CDS-PP — Não é verdade!

O Orador — A Lacto Ibérica começou a construir e a aumentar as suas instalações em Vale de Cambra três anos antes, ou seja, em 1996. Por razões a que o Governo não se podia opor, a Lacto Ibérica pretendeu e conseguiu concretizar a deslocalização da fábrica de Ponte de Lima para Vale de Cambra, pelo aumento de produção que teve, pelo trabalho de turnos, etc.

Por outro lado, acresce que, como o Sr. Deputado sabe, o queijo Limiano é um queijo industrial e, nessa medida, tanto pode ser produzido em Ponte de Lima, como em qualquer outra parte do nosso território.

Como o Sr Deputado Daniel Campelo sabe, o Governo acompanhou de perto esta questão e, por exemplo, em reunião tida no dia 2 de Julho de 1999, em que também estiveram presentes o Sr Presidente da Lacto Ibérica e o Sr Secretário de Estado Vítor Ramalho, foi tentado um conjunto de soluções

O Sr Daniel Campelo (CDS-PP) — Não é essa a questão. Sr Secretário de Estado!

O Orador — Já vamos à questão!

Nessa reunião foi tentado um conjunto de situações que passava pela instalação, em Ponte de Lima, de um centro de distribuição para o norte do País, pela questão do museu do queijo Limiano em Ponte de Lima e também pela manutenção de uma parte da produção do queijo Limiano em Ponte de Lima.

Isto foi recusado pelo Sr Deputado Daniel Campelo, que, em Agosto e Setembro de 1999, solicitou ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial o cancelamento da marca Limiano registada a favor da Lacto Ibérica e o registo consequente da mesma a favor da Câmara Municipal.

Como sabe, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial tem inteira autonomia administrativa e financeira

Vozes do CDS-PP — Tinha!

O Orador — Tem total autonomia administrativa e financeira e, nessa medida, se é verdade que um chefe de divisão, como o Sr Deputado sabe, fez o registo a favor da Câmara Municipal de Ponte de Lima,

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Constitui direitos!

O Orador — também é verdade que, no quadro da lei, o conselho de administração do Instituto Nacional da Propriedade Industrial aceitou o recurso da Lacto Ibérica e retirou à Câmara Municipal de Ponte de Lima a decisão anterior

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Revogou a decisão! Não deu razão nenhuma!

O Orador — Revogou a decisão! Foi isso que eu disse, Sr Deputado Paulo Portas!

Sobre a responsabilidade do Governo, que é a questão fundamental,

O Sr Presidente — Agradeço que termine, Sr Secretário de Estado, pois já utilizou 4 minutos

O Orador — Vou terminar já, Sr Presidente

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial é, com as devidas comparações, uma instituição em tudo semelhante a uma conservatória, por exemplo. Tal como o Sr. Ministro da Justiça não sabe quantos casamentos ocorrem em cada dia, também o membro do Governo que tutela o Instituto Nacional da Propriedade Industrial, que é o Sr Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia, não sabe nem pode saber quantas patentes, marcas, modelos, desenhos, são cancelados em cada dia

O Sr. Presidente — Agradeço que termine, Sr Secretário de Estado

O Orador — Vou já terminar, Sr Presidente

O que se passa, Sr Deputado Daniel Campelo, é que a marca Limiano não é passível de proteção originária, nos termos da lei, e que a questão está hoje, face à autonomia do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, na mão da Câmara Municipal e do recurso normal aos tribunais portugueses

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado Daniel Campelo

O Sr Daniel Campelo (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado, V Ex^a está tremenda e equivocada quando argumenta da maneira como argumentou para tentar «lavar» — é esta a expressão — o que foi feito por distintos responsáveis da Administração!

Gostaria de dizer a V Ex^a que o problema não é com a Lacto Ibérica — esse assunto está encerrado, não temos nenhum problema com a Lacto Ibérica! —, é, sim, um problema de natureza administrativa, por o Estado ter decidido intervir, alterando as regras do direito e em obediência clara (e já confessada nesta Câmara pelo Sr Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia) a uma chantagem de uma multinacional francesa

Aplausos do CDS-PP

e de cartas recebidas da Embaixada de França que o Sr Secretário de Estado Vítor Ramalho veio aqui dizer que afinal não tinha recebido e que, quando, no dia 26, disse que as recebeu, o fez por ironia e a brincar. Houve, em tempos, um Ministro que se demitiu por causa de uma anedota e penso que um Secretário de Estado que vem

usar de ironia e brincar com coisas sérias — que não foram assim, mas suponhamos que foram! — o mínimo que deveria fazer era demitir-se de imediato!

Mas gostaria de dizer a V Ex^a que o problema são os despachos — esses é que estão em apreciação e não o problema com a Lacto Ibérica!

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — E gostaria de lhe dizer só mais duas coisas

Quanto ao museu do queijo que nos foi proposto, Sr Secretário de Estado, V Ex^a quer resolver com museus o problema do desenvolvimento do vale do Lima e de um país?¹ Em museu estão a ser transformados o Alentejo, Trás-os-Montes, o Minho inteiro! Esses é que são museus vivos, mas que estão a morrer! E o Governo tem de tomar medidas para acabar com esses museus e pôr essa gente e esses territórios de Portugal a produzir e a viver com dignidade!

Isto é que VV Ex.as têm de mudar!

Aplausos do CDS-PP e do PSD

Para acabar com todas as polémicas, e porque o Sr Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia utilizou como argumentação a questão do queijo industrial, porque lhe foi «vendida» a ideia pela Lacto Ibérica, tenho aqui um postal de promoção editado por essa empresa, que produz vários queijos, entre os quais se encontrava o Limiano, que lhe vou ler (mas apenas a primeira parte, porque depois refere-se à composição, gordura, etc., e isso não interessa) «É o queijo flamengo de maiores tradições em Portugal, é líder de mercado, de origem vincadamente regional, minhota, de Ponte de Lima, é, ainda e sempre, o melhor queijo flamengo, mantém ainda hoje os segredos da produção artesanal »

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Não é industrial!

O Orador — « que lhe conferem características únicas de sabor e aroma »

Fica esclarecido!

Aplausos do CDS-PP

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Honório Novo

O Sr Honório Novo (PCP) — Sr Presidente, estávamos habituados a que empresas multinacionais efectuassem deslocalizações do País para o estrangeiro, para onde os custos da mão-de-obra fossem ainda mais baixos do que em Portugal. Agora, passamos a assistir a deslocalizações internas dessas multinacionais, levando atrás de si as marcas que tradicionalmente produziam e deixando em parte do todo nacional o panorama e o espectro do desemprego e, simultaneamente, ameaçando os poderes públicos de que, se não as deixarem fazer o que querem, abandonam, não a região, mas o País.

Sr Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, é neste quadro e sob esta ameaça que o famoso instituto independente do Governo dá o dito por não dito, revoga despachos, cede a pressões e ameaças

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Apenas e somente neste quadro!

Por isso, esta decisão é inadmissível, tanto mais que, como qualquer minhoto que se preze sabe, Limiano tem a ver com Ponte de Lima, é uma marca não apenas registada, mas é uma marca na ourela, é uma marca de séculos para a região. É inadmissível, tanto mais que a multinacional recebeu apoios comunitários e do Estado

É inadmissível que as multinacionais continuem a fazer neste país o que querem, recebendo apoios, e que o Governo invoque agora pretensas independências para «lavar as mãos como Pilatos» deste assunto

Aplausos do PCP, do PSD e do CDS-PP

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado Daniel Campelo

O Sr Daniel Campelo (CDS-PP) — Sr Presidente, nada tenho para responder a não ser que subscrevo por inteiro as afirmações do Sr Deputado Honório Novo e que registo, uma vez mais, esta vergonha que considero indigna para a Administração Pública

Aplausos do CDS-PP

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Peço a palavra, Sr Presidente

O Sr Presidente — Para que efeito, Sr Deputado?

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Para uma interpelação à Mesa, Sr Presidente

O Sr Presidente — Faça favor, Sr Deputado

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, através de V Ex^a, quero dizer à Câmara que o Grupo Parlamentar do CDS-PP está solidário com a atitude assumida pelo Sr Deputado Daniel Campelo, porque compreendemos a representação tribunícia de todos os que nos elegeram. Não podemos aceitar, independentemente da opinião que cada um de nós tenha sobre a deslocalização da fábrica e sobre o «Queijo limiano», que uma marca atribuída pelo Estado português a uma autarquia portuguesa seja, por pressão de embaixadas estrangeiras, retirada a essa mesma autarquia portuguesa

Por isso, apelo à Câmara para que viabilize o inquérito parlamentar requerido pelo CDS-PP sobre esta matéria, requerimento esse que estará em discussão no próximo dia 2 de Março

Aplausos do CDS-PP

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Ministro do Trabalho e da Solidariedade

O Sr Ministro do Trabalho e da Solidariedade (Ferro Rodrigues) — Exmo Sr Presidente da Assembleia da República, Sras e Srs Deputados O que pretendemos com este Orçamento é aumentar a coesão social, é dar continuidade ao cumprimento de uma nova geração de políticas que, de forma muito concreta, se iniciou na anterior legislatura. Uma geração de políticas que aposta simultaneamente no indispensável crescimento económico e numa progressiva distribuição mais equitativa dos rendimentos, que valoriza as pessoas e que combate os variados facto-

res de exclusão, que prossegue na diminuição das desigualdades que ainda se verificam. Em resumo, uma geração de políticas mais justas e mais rigorosas.

Apresentamos, por isso, um Orçamento que deveria ser aprovado por todos os Srs Deputados que são favoráveis ao desenvolvimento das políticas sociais e à criação de melhores condições para uma cidadania efectiva.

Sr Presidente, Srs Deputados Aquilo que pretendemos com este Orçamento é criar condições para fortalecermos a dinâmica actualmente existente, em termos de melhoria da relação do Estado com os cidadãos, em termos de desenvolvimento das parcerias entre administração central e local, instituições de solidariedade social e outras associações.

Aquilo que pretendemos é prosseguir com a acção revitalizar as estratégias que traçámos, melhorar as medidas e os instrumentos existentes, propor novas respostas que façam apelo a uma maior justiça e coesão social.

Apesar de todos estes objectivos, este Orçamento é visto e tido por alguns sectores como um Orçamento «despesista». Como se o investimento feito com o presente e com o futuro das pessoas, na educação ou na promoção do seu bem-estar, se pudesse confundir com o esbanjamento de recursos financeiros.

Sr Presidente, Srs Deputados O Orçamento que aqui apresentamos para o ano 2000 traduz, em termos muito práticos, o conjunto de opções que o Governo assume em diversas áreas sociais, da educação ao trabalho e solidariedade, passando pela saúde. São opções que conciliam um desenvolvimento social integrado e eficaz com uma intervenção séria e de rigor.

É este o caso da política de educação.

As medidas que serão adaptadas no decurso deste ano reforçam a prioridade do Governo atribuída a este sector, tanto na educação pré-escolar e básica, como no ensino secundário, com especial valorização das vias profissionais, tecnológicas e artísticas, e no superior.

Há uma preocupação centrada no aluno e na qualidade das aprendizagens, na formação ao longo da vida, na dignificação dos professores, dos educadores e de todos os agentes educativos, na autonomia das escolas e na progressiva descentralização da administração educativa.

A Srª Natalina Moura (PS) — Muito bem!

O Orador — O orçamento para 2000 destinado ao Ministério da Educação corresponde, relativamente a estimativa de 1999, à manutenção do peso relativo da despesa no Produto Interno Bruto, o que reflecte a vontade de continuar a investir num sector fundamental da sociedade.

Uma vontade que será igualmente visível no sector da saúde e à qual, como consta no Programa do Governo, será dada especial atenção nesta Legislatura. Trata-se de um sector que mais relação directa estabelece com as pessoas em geral e que mais obrigações tem com a população mais vulnerável e, por isso mesmo, é considerado prioritário. A confirmá-lo estão as diversas iniciativas a lançar ao longo deste ano e já apresentadas pela Srª Ministra da Saúde na Comissão.

No âmbito do trabalho e da solidariedade, permitem-me que vos saliente quatro áreas comprovadoras de que o Governo está a contribuir para a construção de um país mais justo e solidário. Não é por acaso que dos 2,561 milhões de contos — total de receitas do orçamento da segurança social para o ano 2000 — cerca de 2.050 milhões de contos são transferidos para as famílias.

Falo-vos, muito resumidamente, da política de pensões, do rendimento mínimo garantido, do apoio às famílias, da formação e qualificação profissional e do combate ao desemprego em Portugal.

Só para as pensões o montante global ascende a cerca de 1,4 milhões de contos, um valor que exprime uma política baseada nos princípios da sustentabilidade financeira, da diferenciação positiva e da relação entre esforço contributivo e prestação, e que representa, em relação ao ano passado, um crescimento superior a 7,5%.

Um crescimento que permite financiar os aumentos que foram fixados para 2000 e que oscilaram entre os 2,5%, para as pensões superiores a 300 contos, e os 5,9%, para a pensão social, e permite, ainda, integrar o crescimento de novos pensionistas cujos valores de pensão felizmente se vão situando acima dos valores médios existentes previamente.

Lembro que, em meados de 1999, concluiu-se o processo que, no regime geral, possibilitou que a uma carreira contributiva de 15 anos correspondesse uma pensão mínima de 65% do salário mínimo nacional líquido e que a uma carreira contributiva completa se associasse uma pensão mínima igual àquele salário. Também em Dezembro do ano passado, as pensões mais baixas viriam a ser aumentadas, nomeadamente as relativas ao regime não contributivo e as pensões do regime geral inferiores a 15 anos de carreira contributiva.

Portanto, os passos que temos dado nesta matéria permitem, ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade e ao Ministério das Finanças, preparar a introdução, nesta Legislatura, de um processo conducente a uma significativa melhoria das pensões do Regime Especial de Segurança Social das Actividades Agrícolas, através de um financiamento do Orçamento de Estado e do orçamento da segurança social, em 80% e 20%, respectivamente. Estas pensões terão já em Julho deste ano um aumento extraordinário, passando para 28 050\$ e, depois do normal aumento de Dezembro, terão um aumento extraordinário em Julho de 2001, atingindo, deste modo, um valor entre os 32 000\$ e os 32 500\$.

Cremos que se trata de um importante aumento de pensões, o que implica, para este ano 2000, um reforço de 7,5 milhões de contos da verba prevista para pensões, dos quais apenas foram aplicados 1,5 milhões de contos do orçamento da segurança social.

Trata-se de uma antecipação em alguns meses de uma medida coerente com a política de pensões, de uma medida justa e absolutamente sustentável a médio prazo.

O Sr José Penedos (PS) — Muito bem!

O Orador — Reafirmo-vos o meu compromisso de continuar a trabalhar sobre as diversas propostas de aumento de pensões de forma a que, ambiciosa mas também realisticamente, seja possível melhorar a diferenciação positiva a favor das pensões mais baixas, sem prejuízo do reforço de ligação entre o valor das pensões e a duração das carreiras contributivas, bem como da sustentabilidade financeira do sistema de segurança social.

A despesa prevista no Orçamento para as políticas sociais — educação, saúde e trabalho e solidariedade — é necessária e deseável. Não dissociamo-nos o investimento nas pessoas do investimento no rigor. É com ambos que construiremos uma sociedade mais justa.

Realçarei agora o papel essencial que tem desempenhado na sociedade portuguesa o rendimento mínimo garantido.

do, enquanto promotor do combate à exclusão e do desenvolvimento de importantes parcerias em todo o País. Esta medida, cujas virtualidades são hoje reconhecidas por muitos que no passado estavam contra, pode e deve ser melhorada num ou outro procedimento, na sua aplicação, no controlo e na fiscalização, como é natural após os primeiros anos da sua efectividade à escala nacional.

Quero reafirmar-vos que estou de consciência tranquila e convicções reforçadas, disposto a continuar o nosso investimento neste instrumento de coesão social Fá-lo-ei com transparência e seriedade Esta minha confiança saiu reformada após o debate na Comissão de Trabalho, Solidariedade e Segurança Social no qual participei há dois dias Foi um debate de elevado nível e rigor técnico e político por parte de Deputados de todos os partidos representados nesta Assembleia

Também aqui a ambição e o rigor se combinam A dotação do orçamento da segurança social para esta medida encontra-se dentro dos limites que foram calculados aquando do lançamento da medida, em 1996

O ano 2000 será o ano do aprofundamento da inserção social e profissional, estando previsto o envolvimento de mais de 40 000 beneficiários em novos programas dirigidos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional

O rendimento mínimo garantido permitirá igualmente continuar a garantir a milhares de pessoas, cerca de 430 000, prestações que reduzem significativamente o efeito da pobreza em que se encontravam, permitirá apostar, sobretudo, na continuação do envolvimento de mais de 123 000 beneficiários num leque variadíssimo de acções de inserção social, ao nível da educação, da formação profissional, do emprego, da saúde, da acção social ou, ainda, da habitação. É este um desempenho notável, superior ao de qualquer outro país da Europa e que aposta numa inserção social integrada. Permitirá, por fim, encontrar respostas reais e concretas e a prova disso são as 115 524 pessoas que já não recebem este montante, na sua maioria por através dele terem alcançado uma inserção que torna o rendimento mínimo garantido dispensável

Quanto à terceira vertente, a do apoio às famílias, não podemos esquecer que é neste domínio que se regista o mais importante esforço financeiro do orçamento da segurança social É um apoio que abrange, sobretudo, a infância, a juventude e os idosos, um apoio que, vocacionado particularmente para a inserção dos segmentos mais desfavorecidos, não esquece os graves problemas relativos à deficiência e à reabilitação A família, em todo o seu universo, continua a ser, por isso mesmo, uma das opções fundamentais da política de solidariedade

É esta uma política que, na área da acção social, atinge os 180 milhões de contos, ou seja, um acréscimo, face a 1999, de cerca de 21,5%, que nos permitirá apoiar cerca de mais 30 000 pessoas do que no ano anterior

Devemos incluir, ainda, nesta vertente, o aumento percentual significativo que, durante o ano 2000, se fará nos apoios ao desemprego, imposto pela aplicação do Decreto-Lei n.º 119/99, que alarga a cobertura deste subsídio, apesar de se estimar um decréscimo da população abrangida, e o forte aumento percentual nos subsídios de maternidade, em virtude do novo regime de enquadramento da licença parental

Sr Presidente, Srs Deputados A quarta área, a que farei uma breve referência, prende-se com a especial atenção que dedicaremos às políticas activas de emprego e formação, porque este é hoje um pilar fundamental da Europa que queremos e devemos construir

É certo que temos uma taxa de desemprego comparativamente baixa e que de há cerca de três anos a esta parte o número de desempregados inscritos nos centros de emprego vem constantemente baixando em termos homólogos, o que faz com que tenhamos uma taxa de desemprego de 4,1% medida pelo INE No entanto, não queremos ignorar que mantemos um problema complexo de empregabilidade, resultante, em grande parte, da ainda baixa qualificação da população activa

Compreende-se, portanto, que as verbas globais afectas às políticas de emprego e formação cresçam cerca de 11,3% e que, consequentemente, haja também, para este ano, um reforço de meios afectos ao apoio à inserção sócio-profissional

Este Orçamento que o Governo agora apresenta, como já tive ocasião de dizer, é de caráter social, fomentador de coesão, pelo que deveria necessariamente ser aprovado por todos aqueles que partilham os valores da justiça, de cidadania e da igualdade de direitos e oportunidades

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Para concluir a minha intervenção, penso que fará todo o sentido relembrar que foram apresentadas nesta Assembleia pelo Governo e por alguns grupos parlamentares, no início desta Legislatura, propostas de lei de bases da solidariedade e segurança social

Aprovado o Orçamento do Estado, como estou certo, outro desafio muito importante se coloca a esta Assembleia Será a altura de formalizarmos um consenso — que, aliás, existe na sociedade portuguesa — sobre a melhoria sustentada da nossa protecção social Um consenso que não seja construído em torno de manobras tácticas, eleitoralistas ou de efeito imediato, mas feito em torno dos grandes objectivos de uma reforma que queremos continuar É que não podemos nem nos devemos eximir das nossas responsabilidades perante as gerações actuais e vindouras

O Sr José Junqueiro (PS) — Muito bem!

O Orador — Estou convicto de que esta Assembleia, ao aprovar brevemente uma lei de bases da solidariedade e segurança social, dará um importante contributo para um sistema de segurança social mais forte, mais justo e financeiramente mais sustentável, permitindo construir uma segurança social para todos e para o século XXI

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Sr Presidente, Srs Deputados Tenho a certeza de que, aprovando agora a lei do Orçamento do Estado e num futuro, que espero seja próximo, a lei de bases da solidariedade e segurança social, a Assembleia da República estará dando um passo crucial na construção de um Portugal não só mais justo e mais solidário mas também com mais despesa social Não devemos esquecer que 56% da despesa do Estado está este ano atribuída a funções sociais, mas sobretudo, e isto é que fundamental, com cada vez maior qualidade na despesa social

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos ao Sr Ministro do Trabalho e da Solidariedade, os Srs Deputados Lino de Carvalho, Rui Rio e Vieira

de Castro e, para uma intervenção, o Sr Deputado Francisco Louçã

Com o vosso assentimento, vamos fazer uma tentativa de acabar o debate até ao fim da manhã, deixando para a parte da tarde apenas o período de encerramento

Tem, então, a palavra o Sr Deputado Lino de Carvalho, a quem peço que seja o mais conciso possível

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Sr Presidente, vou mesmo ser rápido, até porque ainda temos perguntas a fazer ao Sr Ministro da Ciência e da Tecnologia

Sr Ministro, duas questões, uma delas referente às dívidas à segurança social e outra às pensões de reforma

O Sr Primeiro-Ministro, no discurso de apresentação do Orçamento do Estado para o ano 2000, vangloriou-se do esforço que o Governo tem feito para recuperar dívidas fiscais e dívidas do sistema de segurança social. A questão é que parece que o Sr Primeiro-Ministro deve estar mal informado, porque, como a equipa do Ministério do Trabalho e da Solidariedade revelou no debate na Comissão de Economia, Finanças e Plano, as dívidas à segurança social voltaram a crescer e situam-se, hoje, outra vez, na ordem dos 430 milhões de contos, o que em termos nominais significa um dos maiores valores de sempre de dívidas à segurança social. Sei que em termos reais não será tanto, mas é um valor significativo que, no fundo, vai ao encontro da crítica que, quando o Sr Ministro tomou posse, proferiu ao fazer o balanço do governo do PSD, tendo referido, na altura, que a segurança social estava em derrapagem devido às elevadas dívidas com que o governo do PSD tinha deixado o sistema

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — É a tal «pesada herança»!

O Orador — No entanto, Sr Ministro, estamos hoje com valores nominais superiores a 1995, o que é incompreensível quando o Governo apregoa a saúde da economia e a saúde das empresas. Esta é a primeira questão que coloco.

Esta questão está intimamente ligada à segunda, a qual se prende com o esforço que deve ser feito a nível do Orçamento para o incremento das pensões de reforma.

O Governo afirma não ter meios financeiros para avançar mais, e mais generalizadamente, no aumento das degradadas pensões de reforma. Ora, recuperar dívidas é um elemento fundamental para abrirmos a base de sustentação financeira do sistema. É que, Sr Ministro, é incompreensível que o Sr Primeiro-Ministro e o Sr Ministro assumam como critérios para o justo aumento agora anunciado para os trabalhadores e produtores do regime agrícola de segurança social que eles não descontaram durante muitos anos não porque não quisessem mas porque não puderam descontar, na medida em que o sistema não lhes permitia. Isto é verdade! Finalmente, aderiram ao argumento que há muito o PCP esgrime, mas esse argumento é directamente aplicável aos pensionistas do regime geral com menos de 15 anos de carreira contributiva e aos pensionistas da pensão social.

Pergunto, então, Sr Ministro, por que é que não se faz, aplicando o mesmo critério, a valorização das pensões mais degradadas do regime geral e da pensão social, que obedecem exactamente ao mesmo raciocínio que foi agora feito para as pensões do regime agrícola.

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Muito bem!

O Orador — Por que é que se discriminam as centenas de milhar de pensionistas desses sistemas?

O nosso desafio, Sr Ministro, é o de que o Governo e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista acompanhem as propostas que vamos apresentar em sede de especialidade para actualizar essas pensões para valores dignos

Aplausos do PCP

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Ministro do Trabalho e da Solidariedade

O Sr Ministro do Trabalho e da Solidariedade — Sr Presidente, também vou ser telegráfico

O Sr Deputado Lino de Carvalho sabe que nunca, como nos últimos anos, cresceram tanto as contribuições cobradas pelo sistema de segurança social e, mais ainda do que estas, as contribuições declaradas. Obviamente, isto leva a que haja um aumento da dívida à segurança social em termos nominais. No entanto, é preferível ter esta situação do que ter uma em que a dívida pudesse, eventualmente, estar a baixar mas em que as contribuições estivessem a subir a um ritmo muito menor do que aquele que existe neste momento. Esta é que a questão fundamental para a sustentabilidade, visto que a relação entre dívidas e contribuições é, hoje, muitíssimo mais baixa do que a que existia há cinco anos, como o Sr Deputado sabe.

Quanto à questão do incremento das pensões, não é altura de fazermos aqui um debate de fundo sobre a situação específica que têm os trabalhadores agrícolas, que não pode ser confundida com os trabalhadores das pensões sociais e com os trabalhadores do regime geral com menos de 15 anos de carreira contributiva.

Mas o que eu lhe digo, também, é que há uma abertura para, ao longo da Legislatura, irmos melhorando a lógica de diferenciação positiva que, como sabe, foi introduzida há cinco anos e que levou a que, ao longo dos últimos cinco anos, tenha havido, pela primeira vez, uma política de pensões e uma política justa, correcta e sustentável de pensões.

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Tem a palavra o Sr Deputado Rui Rio

O Sr Rui Rio (PSD) — Muito obrigado, Sr Presidente. Sr Ministro Ferro Rodrigues, V Ex.^a, pelo facto de se suceder a si próprio, constitui um sossego para o Sr Primeiro-Ministro.

A Sr^a Maria Celeste Correia (PS) — E não só!

O Orador — E digo que constitui um sossego, porque não veio aqui queixar-se da «pesada herança».

Quem não ouviu o que o Sr Ministro das Finanças ou a Sr^a Ministra da Saúde, na Comissão de Economia, Finanças e Plano e no Plenário, disseram da «pesada herança»?²¹ Eles disseram aquilo que Maoiné não diz do toucinho!

V Ex.^a constitui um sossego para o Sr Primeiro-Ministro não se queixou da «pesada herança»!

Tenho, no entanto, duas questões para colocar uma, sobre o rendimento mínimo garantido, outra, sobre as pensões de reforma.

O Tribunal de Contas fez uma crítica exaustiva à forma como tem sido aplicado e gerido o rendimento mínimo garantido. Há declarações de beneficiários falseadas, um sistema de controlo deficiente, pouca inserção social, serviços que funcionam mal e está a receber quem não deve receber, o que quer dizer que quem trabalha está a pagar para quem não quer trabalhar.

Bom, Sr Ministro Ferro Rodrigues, tempos houve neste país em que tivemos um presidente do Tribunal de Contas que utilizava o cargo para fazer oposição ao governo. Esse presidente, mal a oposição ganhou as eleições, teve o justo reconhecimento, ao ser nomeado Ministro das Finanças de um governo do Partido Socialista!

Sr Ministro Ferro Rodrigues, entende V Ex^a que há motivações políticas também no actual Tribunal de Contas contra o Governo e o seu Ministério ou entende que aquilo que motiva o Tribunal de Contas é apenas um sentido de justiça e de implementação da lei, digamos assim, sobre o rendimento mínimo garantido?

Segunda questão o Partido Socialista anunciou, por diversas vezes, e ainda hoje vai anunciando, que «para nós [Partido Socialista] as pessoas estão primeiro», «nós [Partido Socialista] temos coração».

A Sr^a Maria Celeste Correia (PS) — E não só!

O Orador — É o coração que vemos muitas vezes na propaganda!

A Sr^a Maria Celeste Correia (PS) — É verdade!

O Orador — Por isso, quando o Sr Primeiro-Ministro e o Sr. Ministro Ferro Rodrigues dizem que não podem dar mais aumentos de pensões porque o País é o que é e não há meios, nós acreditamos — ou temos de acreditar — que é verdade, porque «as pessoas estão primeiro» e «o PS tem coração»!

A Sr.^a Maria Celeste Correia (PS). — Exactamente!

O Orador — Só que bastou o Partido Social Democrata dizer que ia votar contra o Orçamento, e, portanto, ele poderia não ser aprovado, para, de imediato, aparecer o dinheiro que era necessário para as pensões de reforma. E aquilo que era «a demagogia da oposição» passou a ser «uma melhoria da proposta do Governo», ou seja, uma melhoria daquilo que o próprio Governo tinha apresentado! A pressão sobre o «chumbo» do Orçamento do Estado despertou mais o «coração socialista» do que as necessidades concretas das pessoas no dia-a-dia!

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — Por isso, Sr Ministro Ferro Rodrigues, antes da pergunta, tenho um conselho: corrijam a propaganda, porque as pessoas não estão primeiro, as pessoas estão em segundo, as pessoas estão logo a seguir ao interesse político do Governo.

O Sr Presidente — Agradeço que termine, Sr Deputado

O Orador — Pergunto Sr Ministro, se havia dinheiro, por que é que não foi incluído o aumento de pensões logo na proposta inicial?

Aplausos do PSD

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade

O Sr Ministro do Trabalho e da Solidariedade — Sr. Presidente, Sr Deputado Rui Rio, tenho pena que o Sr Deputado não tivesse estado presente, apesar de não fazer parte dessa Comissão, mas havia Deputados de várias comissões que estiveram presentes, numa exaustiva e muito importante reunião da Comissão de Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, a qual demorou quatro ou cinco horas, em que, entre outras matérias, o balanço que o Tribunal de Contas fez foi discutido até ao pormenor.

Não penso que haja qualquer intenção política, penso é que o relatório, para além de aspectos técnicos, tem considerações de ordem política que são claramente desequilibradas.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Diga que está errado!

O Orador — Foi nesse sentido que me manifestei, porque penso que, a partir do momento em que entra nesse terreno, o Tribunal de Contas fica também sujeito ao escrutínio e ao debate político.

Vozes do PS — Muito bem!

A Sr^a Manuela Ferreira Leite (PSD) — É uma força de bloqueio!

O Orador — Em matéria de pensões, aquilo que se passou já foi suficientemente clarificado. Eu próprio, no discurso que fiz, expliquei que houve uma antecipação em alguns meses de uma medida que estava a ser estudada.

Em todo o caso, como o Sr Deputado sabe tão bem como eu, este é um Orçamento muito difícil de apresentar. Não me cabia a mim fazer pressão para ter mais 6 milhões de contos do Ministério das Finanças. Sei perfeitamente quais são os problemas que existem a esse nível e, a esse nível, funciono também em solidariedade com todos os membros do Governo e em todos os momentos.

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Inscreveu-se, entretanto, o Sr Deputado Telmo Correia Peço, mais uma vez, aos Srs Deputados que não deixem de se inscrever na altura própria, porque, se assim não fizerem, isso cria dificuldades. O Sr Deputado Telmo Correia tem a palavra para gastar os seus copiosos 20 segundos.

O Sr Telmo Correia (CDS-PP) — Sr Presidente, vou tentar

O Sr Vieira de Castro (PSD) — Sr Presidente

O Sr Presidente — Sr Deputado Vieira de Castro, não levante o braço, porque está há tanto tempo como eu no Parlamento e sabe que existe a chamada regra da alternância. Não me leve a mal.

Faça favor, Sr Deputado Telmo Correia

O Sr Telmo Correia (CDS-PP) — Sr Presidente, Srs Deputados, Sr Ministro, neste pouco tempo que me resta, e estando essencialmente em debate a questão das pensões e a do rendimento mínimo garantido, gostava de,

em relação às pensões, apenas lembrar que o aumento dos rurais — e estou de acordo com o Sr Deputado Lino de Carvalho quando disse que o aumento deve ser estendido aos outros trabalhadores que estão na mesma situação — foi possível graças à exigência do CDS-Partido, exigência, essa, que não foi cumprida ao longo dos tempos. O aumento cifrou-se numa média de 1000\$ano e, agora, pela primeira vez, temos o maior aumento, o que de resto, à partida, o Sr Ministro parecia não acolher com grande entusiasmo nas suas primeiras declarações.

Em relação ao rendimento mínimo garantido, tive oportunidade de estar presente nessa reunião da Comissão, pedida, de resto, pelo CDS-PP, e, na altura, tive ocasião de dizer ao Sr Ministro — e, como essa reunião foi a nível da Comissão e não no Plenário, aproveitei agora para o dizer — que o que o relatório do Tribunal de Contas nos diz é que há uma espécie de «sistema dos três efes». Temos a «lei dos três efes» e também temos aqui um «sistema dos três efes», que é um sistema cheio de «falhas», é um sistema cheio de «faltas» e é um sistema em que há muito por «fazer».

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Portanto, é um relatório que caracteriza esse sistema com a possibilidade de existência de incorrecções, de pagamentos indevidos, etc., etc. O Sr Ministro, na Comissão, efectivamente respondeu, discutimos detalhadamente, mas menorizou o relatório. Acabou por dizer que o Tribunal de Contas estaria a levantar suspeções, que não havia psicólogos, que a amostragem era pequena, enfim, toda a iniciativa do Governo nessa matéria consistiu em menorizar.

O Sr Presidente — Agradeço que termine. O Sr Deputado sabia que não tinha tempo.

O Orador — Vou terminar, Sr Presidente.

Pergunto, porque não ficou claro, para mim, na Comissão, o que é que o Sr Ministro tenciona fazer para evitar esses erros no sistema do rendimento mínimo garantido a fim de o tornar credível e, assim, salvar aquilo que, para nós, é uma boa ideia e não deixá-lo morrer por falta de credibilidade.

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Muito bem!

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Ministro do Trabalho e da Solidariedade.

O Sr Ministro do Trabalho e da Solidariedade — Sr Presidente, Sr Deputado Telmo Correia, em relação às pensões, não quero discutir com o CDS-PP nada que tenha que ver com o processo.

Quero apenas chamar a atenção para a moderação da proposta que o PP apresentou em matéria de pensões, que é uma proposta muito diferente daquelas que tradicionalmente tem apresentado nesta matéria.

Quanto à questão do rendimento mínimo garantido, quero dizer-lhe que este é o mais importante sistema social de combate à exclusão e à pobreza que alguma vez se teve em Portugal, é um sistema que tem de ser defendido e não pode, com «três efes», em 10 segundos, ser destruído por qualquer Deputado nesta Câmara.

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Tem a palavra o Sr Deputado Vieira de Castro

O Sr Vieira de Castro (PSD) — Sr Presidente, começo justamente por me dirigir a V Ex^a e agradecer o esclarecimento que me deu. Eu sabia que a regra da alternância funcionava em relação aos pedidos de palavra feitos em tempo. Fiquei, agora, a saber que, afinal, a regra da alternância funciona para todos os pedidos de palavra.

O Sr Presidente — Sr Deputado, também tem funcionado assim em relação a Deputados do seu partido.

O Orador — Sr Presidente, só volto é a reiterar os meus agradecimentos a V Ex^a. Estamos sempre a aprender.

O Sr Presidente — Não tem que agradecer, quando me limito a cumprir o princípio da igualdade de tratamento.

O Orador — Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, Srs Membros de Governo, vou começar por me dirigir ao Sr Primeiro-Ministro, fazendo, embora, um pedido de esclarecimento ao Sr Ministro Ferro Rodrigues.

Com muito respeito e consideração, Sr Primeiro-Ministro, tenho de, com sinceridade, dizer a V Ex^a que ontem fiquei verdadeiramente indignado com uma afirmação que fez. Faço-lhe a justiça de pensar que V Ex^a não o fez com intenção e que aquela afirmação foi feita no calor da resposta a um pedido de esclarecimento que lhe foi feito.

Disse o Sr Primeiro-Ministro que, se o governo fosse do PSD, a segurança social estava falida.

O Sr José Junqueiro (PS) — Claro!

O Orador — Não é verdade, Sr Primeiro-Ministro! Eu julgo que V Ex^a sabe isso e tenho a certeza de que o Sr Ministro Ferro Rodrigues sabe isso.

A segurança social e o seu equilíbrio financeiro de hoje, Sr Primeiro-Ministro, existe essencialmente por três razões: primeira, o crescimento económico e as consequências que tem sobre a arrecadação de receitas.

O Sr José Junqueiro (PS) — Está sempre a falar do passado!

O Orador — depois, em igualdade com esta razão, os efeitos das medidas de reforma que, em 1993, foram tomadas por um governo do PSD. A crédito de V Ex^a e dos seus governos, deixo, de facto, o cumprimento da Lei de Bases da Segurança Social.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — Não serei capaz de calcular qual o peso, qual a influência, de cada uma destas razões no equilíbrio financeiro do sistema.

O Sr José Penedos (PS) — Isto merece palmas!

O Orador — mas digo ao Sr Primeiro-Ministro que as consequências das medidas que foram tomadas em 1993, para usar uma expressão que usa com frequência a Sr^a Ministra Elisa Ferreira, são uma grande alavanca para o equilíbrio financeiro do sistema.

Risos do PS

E como penso que fica bem a um Primeiro-Ministro não só criticar o que os seus antecessores fizeram mal mas também dizer aquilo que fizeram bem e como o Sr Primeiro-Ministro, António Guterres, ontem, não procedeu assim, fiquei, de facto, indignado, e estou certo de que V Ex^a compreende a minha indignação

Eu pedia ao Sr Ministro Ferro Rodrigues que nos dissesse aqui, com verdade, se não tiveram nenhuma importância

O Sr Presidente — Sr Deputado, faça favor de terminar

O Orador — as medidas de reforma do sistema, as profundas medidas de reforma do sistema, e V Ex^a sabe bem quais foram as consequências que elas tiveram para o equilíbrio financeiro do sistema

Aplausos do PSD

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro o Sr Ministro do Trabalho e da Solidariedade

O Sr Ministro do Trabalho e da Solidariedade — Sr Presidente, Sr Deputado Vieira de Castro, os números falam por si: basta vermos como é que as coisas estavam, depois dessas medidas, em 1994 e em 1995 e como é que estão agora

O Sr José Junqueiro (PS) — Exactamente!

Penso que não vale a pena perdermos muito tempo, porque aquilo que aconteceu foi que, ao não cumprirem a Lei de Bases da Segurança Social, como o Sr Deputado resolveu agora confirmar publicamente, «desalavancou» todo o sistema. Isto porque, como é óbvio, ao não cumprir, o sistema estava a cumprir obrigações que não devia e aparecia, inclusivamente, como se tivesse défices e como se tivesse de recorrer a empréstimos do Orçamento do Estado, quando a situação era exactamente a contrária, como o Sr Deputado sabe. E, na altura, até admito que se tenha batido contra este estado de coisas.

Agora, não sobreestimemos aquilo que foi feito em 1993, porque a existência do IVA-social é importante, mas correspondeu a uma diminuição da taxa social única, como o Sr Deputado sabe, e, portanto, houve receitas que se ganharam, por um lado, mas perderam-se, por outro.

Em relação à idade da reforma das mulheres, que foi introduzida, é bom que o Sr Deputado relembre isso para se lembrar que, então na oposição e contra uma maioria absoluta, nunca, no Grupo Parlamentar do PS, houve a demagogia populista que hoje as oposições fazem em relação à segurança social.

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Srs Deputados, quando há pouco disse que íamos fazer um esforço para terminar o período de debate antes do almoço, só estava inscrito o Sr. Deputado Francisco Louçã, que tem 10 minutos, mas, entretanto, inscreveram-se a Sr^a Deputada Manuela Ferreira Leite, que anunciou que faria uma pequena intervenção, e o Sr. Ministro da Ciência e da Tecnologia.

Ora, como o Governo tem pouco tempo e o PSD tem bastante, mas prometeu que iria fazer uma intervenção curta, vamos permanecer nesta intenção até ver se, entretanto, não surgem novas pretensões e pedidos de palavra.

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Sr Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa

O Sr Presidente — Tem a palavra, Sr Deputado

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Sr Presidente, continuarmos «até ver» não serve! Pelos vistos, temos três intervenções. Sejamos, portanto, realistas! Estas três intervenções suscitarão, decerto, pedidos de esclarecimento, o que, na melhor das hipóteses, nunca durará menos de 30 minutos, ou talvez 45 minutos!

Vozes do PSD — Não!

O Orador — Portanto, talvez fosse preferível guardarmos este final do debate para o início da tarde. Também não há assim uma urgência absoluta de acabar a sessão às 15 horas e 30 minutos!

O Sr Presidente — É evidente! Eu até não sou nada insofrido quanto à hora do almoço!

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Muito menos eu, Sr Presidente!

O Sr Presidente — Sim! Com certeza! Embora precise de comer mais do que eu!

Risos

Mas a verdade é que eu quis respeitar a vontade expressa por alguns grupos parlamentares, que mostraram desejo de que se acabasse o debate antes do almoço. Se acham que, de facto, não há condições para isso, vamos interromper a sessão, desde já.

O Sr Manuel dos Santos (PS) — Sr Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa

O Sr Presidente — Tem a palavra, Sr Deputado

O Sr Manuel dos Santos (PS) — Sr Presidente, é para dizer que, provavelmente, serei hoje o mais interessado em que o debate acabe rapidamente por razões pessoais, mas acho que deve continuar da parte da tarde.

O Sr Presidente — Respeito essas razões pessoais, porque também já sou avô!

Risos

Srs Deputados, vamos, então, interromper os trabalhos e darei a palavra aos oradores inscritos a seguir ao almoço, ou seja, a partir das 15 horas.

Está interrompida a sessão

Eram 13 horas e 40 minutos

Srs Deputados, está reaberta a sessão

Eram 15 horas e 30 minutos

Antes de retomarmos a discussão conjunta, na generalidade, das propostas de lei n^o 15 e 16/VIII, o Sr Secretário vai dar conta de vários pareceres da Comissão de Ética.

O Sr Secretário (Artur Penedos) — Sr Presidente e Srs Deputados, de acordo com o solicitado pelo 1º Juízo do Tribunal Judicial da Comarca de Ourém, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de não autorizar o Sr Deputado Mário Albuquerque (PSD) a prestar depoimento, na qualidade de testemunha, em audiência marcada para o próximo dia 22 de Fevereiro corrente, pelas 10 horas, no âmbito do processo nº 9/98

O Sr Presidente — Srs Deputados, está em apreciação
Não havendo pedidos de palavra, vamos votar

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade

O Sr Secretário (Artur Penedos) — Sr Presidente e Srs Deputados, de acordo com o solicitado pelo 1º Juízo do Tribunal Judicial da Comarca de Ourém, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de não autorizar o Sr Deputado Mário Albuquerque (PSD) a prestar depoimento, na qualidade de testemunha, em audiência marcada para o próximo dia 17 de Maio corrente, pelas 10 horas, no âmbito do processo nº 215/98

O Sr Presidente — Srs Deputados, está em apreciação.

Não havendo pedidos de palavra, vamos votar

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade

O Sr Secretário (Artur Penedos) — Sr Presidente e Srs Deputados, de acordo com o solicitado pela 3.ª Secção do 1º Juízo Cível do Porto, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr Deputado Pedro da Vinha Costa (PSD) a prestar depoimento, por escrito, como testemunha, no âmbito do processo nº 1124/95

O Sr Presidente — Srs Deputados, está em apreciação.

Não havendo pedidos de palavra, vamos votar

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade

O Sr Secretário (Artur Penedos) — Sr Presidente e Srs Deputados, de acordo com o solicitado pelo 2º Juízo Criminal do Tribunal Judicial de Paredes, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr Deputado Sílvio Rui Cervan (CDS-PP) a prestar depoimento, na qualidade de testemunha, em audiência marcada para o próximo dia 2 de Março de 2000, pelas 9 horas e 30 minutos, no âmbito do processo nº 368/97 4TAPRD

O Sr Presidente — Srs Deputados, está em apreciação.

Não havendo pedidos de palavra, vamos votar

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade

O Sr Secretário (Artur Penedos) — Sr Presidente e Srs Deputados, de acordo com o solicitado pelo 3º Juízo do Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar a Srª Deputada Maria do Carmo Sequeira (PS) a prestar depoimento, na qualidade de testemunha, em audiência marcada para o próximo dia 03 de Março de 2000, pelas 10 horas, no âmbito do processo nº 57/99

O Sr Presidente — Srs Deputados, está em apreciação.

Não havendo pedidos de palavra, vamos votar

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade

O Sr Secretário (Artur Penedos) — Sr Presidente e Srs Deputados, de acordo com o solicitado pelo 2º Juízo Criminal do Tribunal Judicial de Paredes, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr Deputado Manuel Queiró (CDS-PP) a prestar depoimento, por escrito, na qualidade de testemunha, no âmbito do processo nº 368/97 4TAPRD/99

O Sr Presidente — Srs Deputados, está em apreciação.

Não havendo pedidos de palavra, vamos votar

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade

O Sr Secretário (Artur Penedos) — Sr Presidente e Srs Deputados, de acordo com o solicitado pela 1º Secção da 8.ª Vara Cível da Comarca de Lisboa, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar a Srª Deputada Helena Roseta (PS) a prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do processo nº 1006-B/97

O Sr Presidente — Srs Deputados, está em apreciação.

Não havendo pedidos de palavra, vamos votar

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Os Srs Deputados acham mesmo que se justifica que o Plenário, no alto da sua dignidade, tenha de aprovar pareceres para confirmar autorizações no sentido de os Srs. Deputados poderem depor como testemunhas?

Vozes do PS — Não!

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Não!

O Sr Presidente — Também me parece que não!

Como estamos com a «mão na massa», vamos ver se, na revisão do Regimento, eliminamos este tormento de estarmos aqui a autorizar cada Deputado a depor como testemunha. Quando muito, isso deve ser feito pela Comissão. Não vejo necessidade de o Plenário o fazer, sobretudo se o fizer com a concordância do próprio Deputado.

Srs Deputados, vamos retomar a discussão, na generalidade, das propostas de lei n.º 15 e 16/VIII

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Francisco Louçã

O Sr Francisco Louçã (BE) — Sr Presidente, Srº e Srs Deputados, Srs Membros do Governo. Este debate orçamental teve a má sina de ter o seu resultado anunciado antes de começar. Mas, sobretudo, foi condicionado mais pela circunstância e pelas escolhas a não ser um debate do Orçamento do Estado

E é por isso, justamente, que o conjunto das intervenções ministeriais e «primoministeriais» que aqui ouvimos escolheram não discutir a essência deste Orçamento. O Primeiro-Ministro dirigiu-se-nos falando sobre o

passado, o Ministro das Finanças e da Economia interveio anunciando a calendarização de medidas fundamentais para o futuro, a Ministra do Planeamento falou de linhas gerais de alteração na economia do País, e ficámos, depois, finalmente, com uma intervenção do Ministro do Trabalho e da Solidariedade sobre linhas de força daquilo que vem na nova lei de bases da segurança social.

Compreende-se que não se tenha discutido e não se tenha querido discutir o Orçamento, porque, em grande medida, este Orçamento se tornava indiscutível pelo facto de ter a sua aprovação estabelecida — crítica que não lhe pode ser imputada —, mas tornava-se menos discutível pelo facto de ser uma manta de retalhos ocasionada em circunstâncias políticas que sabemos determinar e que levou, com a candura destas discussões, vários Deputados e vários Srs. Ministros a defini-lo como um Orçamento de transição

Foi por isso mesmo que os dois porta-vozes da bancada socialista acharam que era seu dever esclarecer que não era por dever que votavam estes documentos mas, sim, por gosto, nas palavras do Deputado Joel Hasse Ferreira, ou por convicção, nas palavras do Deputado Manuel dos Santos E, em última análise, veio o recurso, sempre apreciável, da Deputada Maria Celeste Cardona, que nos contou a história do casal Manuel e Joaquina com o avô Leopoldo e com os filhos João e Diana, como se a passagem da imaginação exemplificativa, através de uma etiqueta nos nomes de personagens imaginários, permitisse essa transição tão desejável e apreciável do abstrato para o concreto. Mas realmente não é assim!

Disse-nos, no entanto, o Primeiro-Ministro que nos propunha um debate ideológico fundamental. Esse debate não ocorreu, no entanto. E talvez seja tempo agora, no que resta para o fazer, de contribuir para algum esclarecimento desse ponto de vista, para o qual não podemos aportar mais do que o ponto de vista desta bancada e a nossa apreciação para um debate que está em aberto com todas as Srs. Deputadas e com todos os Srs. Deputados

Parece-nos, no entanto, que há uma razão para aceitar este repto e uma razão para tratar um debate ideológico fundamental, porque justamente hoje, para todos, se nos coloca uma alteração que afecta os pontos de referência da ideologia que hoje determina alguma coisa no curso das coisas do mundo

Dizia um vice-presidente do Banco Mundial, o economista famoso Joseph Stiglitz, há poucos meses atrás, há menos de um ano, que aquilo a que ele chamava o «consenso de Washington» está em perigo e está em colapso. Boa notícia seria essa e talvez também uma razão suplementar para reflectirmos acerca deste problema ideológico. Porque o «consenso de Washington» representava a necessidade de privatizar a segurança social e de assentar o sistema de previdência nos fundos de pensões privados. Assentava na curva de Laffer, na ideia de que, com menos taxa de imposto, se consegue recolher mais impostos, e essa opinião foi aqui defendida durante este debate, assentava na ideia da privatização do sector público, da redução do *deficit* como política de disciplina orçamental e na internacionalização mercantil, sem estratégia reguladora, acrescido a tudo isto a ideologia da globalização

Está, portanto, este consenso posto em causa. Mas este consenso determinou grande parte das medidas de política económica e de política orçamental ao longo dos muitos anos, muito para além daqueles que têm que ver com a gestão do anterior governo do Engº António

Guterres Foi em nome deste consenso que se praticou — se me permitem a expressão — um liberalismo realmente existente que, ao longo dos últimos anos, determinou grandes opções e que, combinado com uma sociedade-providência e o *deficit* do Estado-providência, permitiu um Estado paternalista, assistencialista e muitas vezes autoritário

Em alguma medida, este problema se reflete nas opções e nas discussões que aqui temos, e vou dar dois exemplos

Primeiro disse-nos o Ministro Pina Moura que o problema do endividamento era um problema micro. Tem razão e não tem razão! É um problema micro, mas é muito mais do que um problema micro, não só porque a diferença entre o micro e o macro deixa de existir quando chegamos a metade do Produto, que está comprometido com o endividamento efectivo e pagável em relação a instituições estrangeiras mas, sobretudo, porque uma grande parte do crescimento do Produto do País tem que estar comprometido com o pagamento dessa dívida, do qual não há nenhuma protecção possível nem sequer com o euro

E, deste ponto de vista, quero, aliás, chamar a atenção do Governo para que há um efeito diferente deste pequeno aumento das taxas de juro ao longo dos últimos meses e das últimas semanas e, provavelmente, ao longo do próximo ano, porque ele não afecta a dívida pública, na medida em que o stock da dívida é substituído, atendendo a que a dívida anterior estava denominada em juro superior àquele que hoje é praticado mesmo com o aumento, mas afecta, sim, este endividamento

Portanto, é um problema para o Governo e para a economia nacional e, naturalmente, para o Parlamento em debate orçamental, porque é um problema que tem a ver com todo o lado da oferta, tem a ver com toda a política de competitividade, tem a ver com a política de concorrência e tem a ver com a capacidade de haver instrumentos orçamentais e outros de política económica que possam actuar neste contexto

Mas quero dar um segundo exemplo de como este debate ideológico tem importância, questionando uma afirmação da Deputada Manuela Ferreira Leite, que ouvi, naturalmente, com a atenção que merece. Disse-nos ela que, no saldo das operações em relação às empresas que são propostas por este Orçamento, estas poderiam ficar a perder. Contabilizada a diminuição do IRC e o aumento da tributação por despesas de representação, as empresas poderiam ficar prejudicadas

Mais uma vez, tem razão! Mas tem razão atendendo a que está a fazer uma reflexão sobre o saldo — e eu comprehendo, aliás, que os interesses eleitorais que o PSD representa obriguem a este tipo de reflexão —, que é um saldo entre «alhos e bugalhos», porque, na realidade, Srª Deputada, como sabe tão bem como eu, as despesas de representação ou são tributadas por terem de o ser e por o merecerem ser, ou seja, por serem uma das formas de evasão fiscal de rendimentos directos privados, ou não o são. E se é justificável que assim aconteça (e a minha opinião é a de que é), então, fazer o saldo com a diminuição do IRC é irrelevante porque o benefício fiscal determinado pela diminuição do IRC é efectivamente apropriado pelas empresas que dele beneficiem mas elas terão de pagar umas despesas de representação que têm de ser sempre avaliadas pelo seu mérito próprio

Mas aqui entra o problema do debate ideológico fundamental que o Primeiro-Ministro propôs, porque, ao propor a diminuição do IRC com custos de 40 a 50 milhões

de contos, o Primeiro Ministro diz-nos – e é uma afirmação ideológica e, portanto, uma afirmação política – que há recursos para fazer esta intervenção no âmbito do IRC mas que escolhe não o fazer no âmbito do IRS, nomeadamente em relação à tabela mais baixa dos 14%, passando para 13%, por exemplo. E isso é uma opção fundamental do ponto de vista político e do ponto de vista desta opção ideológica que aqui nos está a ser submetida.

Terminaria, apresentando ao Parlamento as linhas de força de algumas emendas que, na especialidade, faremos a respeito deste Orçamento com a convicção de que o debate agora iniciado não está esgotado e de que é necessário e importante esclarecer pontos particulares e de incidência geral deste Orçamento.

Assim, além de propostas sobre o sígulo bancário, que já aqui apresentámos, faremos propostas sobre as regras de aumento na função pública, faremos propostas sobre critérios de englobamento dos rendimentos em IRS e sobre a anulação de algumas das taxas liberatórias e das taxas especiais que configuram privilégios fiscais, a nosso ver, inadmissíveis.

Proporemos, ainda, uma política de coeficiente familiar na determinação das taxas do IRS, seguindo sugestões que já foram feitas, a seu tempo, pela Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, proporemos um sistema diferente de progressividade no IRS, introduziremos a proposta de alteração no IVA a respeito da taxação a 5% dos preservativos e da contracepção de emergência; proporemos a alteração no Estatuto dos Benefícios Fiscais para que os dividendos obtidos na Bolsa desapareçam como benefício no nosso sistema, proporemos uma alteração ao artigo 57º-A do Código do IRC para que as operações para regiões favorecidas do ponto de vista fiscal sejam taxadas, à cabeça, a 25%, proporemos, também, uma alteração às regras de contabilidade, ao rigor e à verdade da contabilidade, no que diz respeito aos benefícios que a Diocese do Porto obtém, no âmbito do Jubileu 2000.

Mas, sobretudo, queríamos dizer ao Governo que, na sequência deste debate, estamos disponíveis para discutir a reforma tributária e, em particular, a reforma dos impostos sobre o património imobiliário, bem como a reforma necessária – tão necessária ou mais do que esta – sobre os impostos acerca do património mobiliário, ou seja, sobre as grandes fortunas e as grandes acumulações.

Por isso mesmo e nessa sequência, porque é, mais uma vez, uma questão ideológica fundamental, trata-se de renovar, modernizar e transformar o sistema fiscal, garantindo que haja uma capacidade de responder a necessidades sociais fundamentais.

Por isso, apresentaremos também um projecto de lei de bases da segurança social nos próximos dias.

O Sr Luís Fazenda (BE) — Muito bem!

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra a Srª Deputada Manuela Ferreira Leite

A Srª Manuela Ferreira Leite (PSD) — Sr Presidente, vou fazer uma intervenção breve que me foi suscitada pela intervenção da Srª Deputada Maria Celeste Cardona

A Srª Deputada colocou um tema muito pertinente – e muito bem colocado, de resto – sobre o problema dos impostos e tentou transferir e traduzir no problema individual de uma família tudo aquilo que poderia ser a penalização decorrente de um sistema fiscal.

Mas aquilo que me suscitou a atenção na sua intervenção foi o facto de ela se ter centrado numa consequência de uma acção do Estado e não na causa que lhe está subjacente. Não há nenhum governo (demos-lhe esse benefício!), nem sequer um governo socialista, que lance impostos por gosto! Os impostos são lançados sempre por necessidade!

A Srª Maria Celeste Cardona (CDS-PP). — Gastem menos!

O Sr António Capucho (PSD) — Exactamente!

A Oradora — E a necessidade decorre da existência da despesa

O Sr António Capucho (PSD) — Ora aí está!

A Oradora — Por isso, penso que, quando todos nós estamos sintonizados e agregados no tema levantado pela Srª Deputada, o mesmo fica amputado se não lhe ligarmos aquilo que é a causa desse tema, ou seja, apenas a despesa! Ficamos com um debate razoavelmente limitado se apenas estivermos aqui a falar dos malefícios dos impostos. O malefício do imposto decorre da necessidade de pagar despesas, e é por causa disso que temos, direi mesmo, tanta obsessão quanto ao nível da despesa. E a despesa agrava-se com o problema da desorçamentação. Quando nós falamos – não direi todos os dias, mas com muita frequência – na desorçamentação, espero que as pessoas percebam que não é propriamente uma ideia obsessiva mas, sim, algo que tem consequências nefastas no futuro do País e que terá consequências arrasadoras no tema que a Srª Deputada há pouco abordou, que são os impostos. A desorçamentação só se mantém e só se aguenta (peço desculpa pela expressão) quando é possível arranjar receitas «à socapa», e isso acontece quando vamos buscar receitas das privatizações ou de vendas de património. Isso é arranjar receitas «à socapa» para, de alguma forma, se conseguir colmatar e encobrir o malefício da despesa. Mas, no dia em que esse malefício não seja susceptível de encobrir e, pior, se esta desorçamentação corresponde a adiar despesas para o futuro, então, o futuro pode ser verdadeiramente trágico. Aliás, fiquei um pouco espantada quando o Sr Deputado José Junqueiro, há pouco, de uma forma um tanto ou quanto jocosa, falou nos grandes investimentos públicos que estavam a ser feitos para o futuro, considerando que nós, PSD, não gostávamos muito disso porque, segundo ele, nós não fizemos nada e eles agora estão a fazer tudo.

O Sr. José Junqueiro (PS) — Exactamente!

A Oradora — No papel! Mas eu não vou entrar por esse tipo de discussão

O Sr José Junqueiro (PS) — É melhor! É melhor!

A Oradora — Quero apenas perguntar à Srª Deputada Celeste Cardona se, quando este Governo está a fazer investimentos de pagamentos diferidos, em que, no primeiro ano, os encargos são da ordem das centenas de milhar de contos, mas, quando fazemos as contas no papel, vemos que, por exemplo, no ano 2000, essas centenas de milhar de contos se transformam em centenas de milhões de contos, o seu discurso tem hipótese de sobrevivência, porque aí vão

precisar dos impostos É que, neste momento, este Governo, tranquilamente, anuncia que vai adjudicar vários tipos de despesas que vão ser pagas ao longo dos anos, esquecendo-se que, daqui a alguns anos, os impostos vão aparecer. E, Sr^a Deputada, nessa circunstância, quando este Governo ou qualquer outro defender que vai baixar o IRS, então, para baixar o IRS, terá de aumentar o IVA! Ou quando diz que baixa o IRC, então, baixa o IRC mas aumenta qualquer outro imposto! Não há hipótese!

Portanto, a única forma de, seriamente, debatermos o problema seriíssimo que é o aumento da carga fiscal, peço desculpa, Sr^a Deputada, não é ficando apenas pelo exemplo do que acontece com a alteração da receita mas encarando seriamente o problema da despesa, muito especialmente a despesa que não está orçamentada, porque a despesa que está orçamentada, essa, no imediato, tem o seu encargo na receita — e esse é que é o ponto fundamental, porque é o travão para qualquer governo em termos políticos. Em termos políticos, um governo tem o travão da despesa por via de não poder ou de não querer, em termos políticos, lançar mais impostos. Porque, se está na tranquilidade do seu gabinete a fazer despesa sem que daí decorra, de imediato, o lançamento de impostos, então, afunda o País nos próximos anos, porque não tem o travão do imposto que é lançado no momento, lançando para as gerações futuras esse ónus.

Ora, é a pensar exactamente no futuro e não a pensar no presente que o meu partido e a minha bancada continuaram a lutar tenazmente contra o problema da desorçamentação e de todos estes contratos que estão a ser feitos, das SCUT e mais não sei o quê, que atiram para o futuro despesa à qual deverá corresponder receita que não sabemos se as gerações futuras terão capacidades para realizar.

Nesse sentido, alerto esta Assembleia para este tema absolutamente essencial, sobre cuja matéria não deixaremos de fazer debates sérios. Os encargos que estão a ser feitos para o futuro são, por um lado, o dobro ou o triplo daquilo que seria necessário se a despesa fosse feita hoje, porque ela, evidentemente, tem encargos do ponto de vista de crédito, e, por outro lado, atira para o futuro com uma carga fiscal que ninguém, neste momento, é capaz de avaliar. Penso que este ponto é essencial e que deveria merecer a ponderação de todos os Srs Deputados, nomeadamente dos Srs Deputados do Partido Socialista.

Aplausos do PSD

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr^a Deputada Maria Celeste Cardona

A Sr^a Maria Celeste Cardona (CDS-PP) — Sr Presidente, costumo dizer, nas minhas aulas, que o Estado só tem uma maneira de arranjar dinheiro, quando o gasta ou vende, ou rentabiliza patrimonialmente aquilo de que dispõe, ou aumenta os impostos. Não há outra maneira, não há outra forma de arranjar dinheiro.

Procurei seriamente, nesta Casa, chamar a atenção para um problema que julgo ser muito sério e que agora a bancada do PSD também referiu é que é necessário fazer uma reforma fiscal, é necessário baixar os impostos daqueles que ganham 200, 300, 400 contos, e até exemplifiquei. Naturalmente que isso pressupõe duas condições essenciais que se gaste menos e melhor e que, pela via da baixa dos impostos, se possibilite que todos aqueles que hoje não pagam ou pagam muito pouco passem a pagar mais. Mas, essencialmente, Sr^a Deputada Manuela Ferreira Leite e

caros colegas, é preciso que o Estado perceba que não pode continuar a gastar e que não pode continuar a desorçamentar. Quanto a isso, estou completamente de acordo consigo. Sr^a Deputada

Para terminar, deixem-me dizer, como é meu estilo por vezes desorçamentar significa o mesmo que uma família esconder na despensa as dívidas que tem — elas estão lá, só que estão tapadas e escondidas!

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Muito bem!

A Oradora — Alguém terá de pagá-las! E eu espero, Srs Membros do Governo e caros Colegas, que não sejamos todos nós e os nossos filhos, com o correr do tempo e nesta situação, a pagar algo que é profundamente injusto.

Já agora, eu esperava que, em torno da despesa, a Sr^a Deputada Manuela Ferreira Leite fizesse o comentário que fez, na certeza de que tem as mesmas convicções e de que, no dia em que, no meu país, for possível um governo não despesista, um governo — deixem-me confessar — democrata-cristão,

Vozes do PS — Oh!

A Oradora — as despesas serão menores e serão, com certeza, para aqueles que delas carecem

Aplausos do CDS-PP

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra a Sr^a Deputada Manuela Ferreira Leite

A Sr^a Manuela Ferreira Leite (PSD) — Sr Presidente, quero apenas fazer um comentário relativamente àquilo que disse a Sr^a Deputada Maria Celeste Cardona e uma sugestão a este Governo.

O Sr Ministro das Finanças e da Economia, ontem, no anúncio que fez sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento (que ainda não li concretamente mas que o Sr Ministro apresentou), ele próprio considerou que, no ano de 2004, conseguirá controlar o défice público. E o facto de o ter feito significa que o Sr Ministro tem à sua disposição algumas fórmulas ou alguns meios de controlar a despesa. Por isso, não posso deixar de lamentar que tenha adiado, por um dia sequer, o início desse corte e lamentarei sempre que o não tenha feito no Orçamento do Estado para 2000.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Sr Joel Hasse Ferreira (PS) — A Sr^a Deputada Manuela Ferreira Leite, em vésperas do Congresso do PSD, não tem aquele entusiasmo!

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Ministro da Ciência e da Tecnologia

O Sr Ministro da Ciência e da Tecnologia (Mariano Gago) — Sr Presidente, Sras e Srs Deputados. Em 1995, cria-se, pela primeira vez, na História portuguesa, o Ministério da Ciência e da Tecnologia, cujo orçamento, em cinco anos, com o orçamento proposto para 2000, mais do que tripla. O orçamento de ciência e tecnologia do Estado ultrapassa, hoje, 2% do Orçamento do Estado consolidado.

Em três anos, o número de doutoramentos realizados anualmente, em Portugal, aumentou 25%

O financiamento público plurianual aos centros de investigação científica passa de 1,5 para 6 milhões de contos, entre 1995 e 2000, dispondo, hoje, o País de uma rede de mais de 350 centros de investigação, avaliados regularmente, de forma independente e internacionalizada

Em 1995, estavam em curso apenas 190 projectos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico. Actualmente, são mais de 2000, envolvendo verbas superiores a 38 milhões de contos

A produção científica portuguesa, referenciada internacionalmente, duplicou nos últimos quatro anos

Mais de 3300 bolseiros prosseguem formações científicas e técnicas avançadas, no País e no estrangeiro, dos quais mais de 2300 preparam doutoramentos e 300 ocupam posições pós-doutoriais. Na proposta de lei de Orçamento do Estado para 2000 mantemos e reforçamos esta prioridade máxima à formação de recursos humanos especializados e à sua integração profissional, dedicando ao seu cumprimento cerca de 25% das dotações do Ministério da Ciência e da Tecnologia

Será enfadonho referir muitos números mas as Sras e os Srs Deputados perdoarão, pois, tratando-se de ciência, é obrigatório referir alguns números.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Procedeu-se a uma profunda reforma do sistema científico e tecnológico nacional, institucionalizando práticas sistemáticas de avaliação independente e um modelo estável de financiamento público, criando-se uma nova carreira de investigação e um novo estatuto dos bolseiros e definindo-se o regime jurídico das instituições de investigação.

Portugal entra, finalmente, para grandes organizações e programas científicos internacionais. Sublinharei apenas a adesão à Agência Espacial Europeia, a qual será submetida, no decurso deste ano, a ratificação pelo Parlamento e cuja inscrição está contemplada na proposta de Orçamento do Estado para 2000

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — For instituído um sistema coerente de incentivo fiscal à investigação e desenvolvimento nas empresas, estendendo-o, nesta proposta de Orçamento, até 2003 e criando mecanismos de apoio à inovação e criação de emprego científico na indústria

Só para memória, entre 1995 e 1997, duplicou o número de empresas portuguesas com actividade de I&D declarada e intervém em projectos de investigação e desenvolvimento da Iniciativa Eureka mais de uma centena de empresas nacionais

Mais importante nos últimos quatro anos, são 800 as empresas portuguesas que participam no Programa-Quadro de Investigação da União Europeia — e este Orçamento propõe-se contribuir para reforçar esta participação

A Sociedade da Informação torna-se uma prioridade nacional. A Rede Ciência, Tecnologia e Sociedade estende-se, hoje, a mais de 2000 escolas e a 275 bibliotecas públicas, assim como a muitos centros de formação de professores e associações, que são equipados e ligados à Internet.

Aplausos do PS

em articulação com a totalidade das instituições científicas e de ensino superior

Foi lançado o Programa Cidades Digitais, já em execução em várias cidades do País. Foi aprovado um regime de deduções fiscais à colecta de IRS para aquisição de computadores, aparelhos de terminal e software para uso pelas famílias — medida única, hoje, na Europa —,

A Sr.ª Natalina Moura (PS) — Bem lembrado!

O Orador — que, agora, é reafirmado e actualizado nesta proposta de Orçamento

Foi lançada a Iniciativa Nacional para o Comércio Eletrónico e aprovada a legislação sobre a Assinatura digital e a Factura electrónica, bem como a Iniciativa Nacional para os Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação

Define-se a disponibilização em formato digital de todas as publicações oficiais e uma política de conteúdos digitais

O actual Orçamento, repito, contribui expressamente para reforçar esta política

A cultura científica e tecnológica da população é erigida em objectivo estratégico central da política científica, tendo sido lançado o Programa Ciência Viva, que já hoje abrange 0,5 milhões de jovens e mais de 2000 escolas, em associação com instituições científicas e outras entidades, e procede sistematicamente à geminação entre institutos de investigação e escolas e à criação de centros de divulgação científica e tecnológica em vários pontos do País, de que o Pavilhão do Conhecimento, em Lisboa, é o exemplo mais recente, continuará e é reforçada na proposta de lei de Orçamento do Estado para 2000 que vos apresentamos

O desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento será, nesta Legislatura, um verdadeiro desígnio nacional

A Sr.ª Maria Celeste Correia (PS) — Muito bem!

O Orador — O programa de acção para este ano e as opções inscritas na actual proposta de Orçamento do Estado demonstram este propósito

Nos próximos anos, procuraremos vencer o essencial do atraso científico do País. Nunca negámos esse atraso; antes, o sublinhámos sempre. É inegável que esse atraso histórico está a ser recuperado rapidamente, de forma coerente e sustentada, mas há ainda muito a fazer

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Esperamos que o crescimento persistente dos recursos públicos para I&D, que temos vindo a garantir desde 1995, e a contínua prioridade política ao desenvolvimento científico e tecnológico permitam que Portugal, no período do próximo Quadro Comunitário de Apoio, atinja, finalmente, em 2006, o nível médio europeu dos recursos humanos em investigação científica e desenvolvimento tecnológico

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — A proposta de lei de Orçamento do Estado para 2000, agora em apreciação, não só consagra como reforça este objectivo e, ao contrário do que já ouvi dizer, nesta Câmara, as Grandes Opções do Plano apresentam, detalhadamente, os princípios, as metas e os instru-

mentos da política prosseguida em matéria de desenvolvimento científico e tecnológico e na consolidação de uma Sociedade da Informação e do Conhecimento equilibrada e competitiva, socialmente inclusiva e aberta ao mundo. Neste sentido, as duas propostas de lei são um verdadeiro programa detalhado de ação e não uma colecção oca de palavras, como já as ouvi caracterizar

Aplausos do PS

Resumindo será criada, a partir deste ano, a Rede Nacional de Laboratórios de Investigação Associados, será lançado, ainda em 2000, um Programa Nacional de Reequipamento das Instituições Científicas, será preparado, este ano, o lançamento do Instituto Nacional de Investigação Biomédica, será iniciada a criação da Biblioteca Nacional de Ciência e Tecnologia em Rede e lançada a Rede Universitária de Bibliotecas Científicas, serão desenvolvidos novos programas estruturantes orientados de investigação científica e tecnológica, tais como o Programa Dinamizador das C&T do Mar, o Programa das C&T do Espaço e o Programa de I&D para as Tecnologias de Informação e Comunicação na Sociedade de Informação, será iniciada a criação de Centros de Valorização Económica da Investigação Científica, assim como incubadoras de empresas de jovens investigadores junto de instituições de ensino superior e laboratórios, prosseguirá, determinadamente, a criação de Centros Ciência Viva em todo o País.

O desenvolvimento da Sociedade da Informação, repito, é assumido pelo Governo como um objectivo essencial. Generalizar o uso da Internet é estratégico para a concretização deste objectivo. Não se trata, Sr as e Srs Deputados, de um mero objectivo técnico, trata-se de um objectivo central de desenvolvimento e de inclusão social.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador — No decurso desta Legislatura será estimulada a multiplicação do número de computadores com ligação à Internet nos lares portugueses, criados espaços públicos de acesso à *net*, generalizada a todas as escolas básicas do 1º ciclo a rede RCTS, que, hoje, assegura a cobertura das escolas dos restantes graus de ensino.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Será também iniciado já este ano um processo nacional de formação e certificação de competências básicas para a Sociedade da Informação e lançado experimentalmente, ainda em 2000, o diploma de competências básicas em tecnologias de informação.

A execução destas prioridades começará no presente ano e será devidamente acompanhada por um sistema de observação especialmente criado — o Sr Deputado Carlos Zorrinho referiu-se, ontem, e muito bem, a esta necessidade.

O Programa Cidades Digitais será, nos próximos anos, estendido a todo o País e, ainda em 2000, será iniciado o Programa Portugal Digital.

Será apoiada a integração na Sociedade da Informação dos cidadãos deficientes ou com outras necessidades especiais — os conteúdos portugueses na *net* serão drasticamente multiplicados.

De tudo isto tratam as Grandes Opções do Plano e falam os números que a elas respondem na proposta de lei de Orçamento.

Estes objectivos suportam-se numa estratégia de desenvolvimento coerente que reputamos essencial para o futuro do País.

O Sr Carlos Zorrinho (PS) — Muito bem!

O Orador — Portugal defende, aliás, hoje, na Europa, uma política ambiciosa de desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento e, por isso, propõe o lançamento, durante a presidência portuguesa, de uma iniciativa europeia para a Sociedade da Informação e do Conhecimento, que é intrinsecamente coerente com a que internamente prosseguimos, conscientes da imperiosa e urgente necessidade deste quadro de desenvolvimento comum na Europa para o próprio futuro de cada país europeu, seja ele grande ou pequeno.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — As intervenções operacionais, integrantes do III Quadro Comunitário de Apoio, Ciência, Tecnologia e Inovação, com 190 milhões de contos de investimento público, e Sociedade da Informação, com 160 milhões de contos de investimento público, vêm dar corpo à estratégia nacional aqui esquematizada.

Na Legislatura anterior concretizámos, nesta matéria, muito mais do que os que eram inicialmente os compromissos do Programa do Governo. O presente programa de ação, que se inicia em 2000, assumidamente ambicioso, não é, pois, um conjunto de intenções mas um quadro de referência verificável, ou não estivéssemos a falar de números de ciência e tecnologia e de informação, que entendemos não só cumprir mas superar, convosco.

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos ao Sr Ministro da Ciência e da Tecnologia, os Srs Deputados Narana Coissoró, Luísa Mesquita, José Magalhães, David Justino e Rosado Fernandes. Acontece que o Sr Ministro não dispõe de tempo para responder. Assim, não sei se algum partido pode ceder tempo.

Pausa

Sou informado de que o PSD não cede tempo ao Sr Ministro da Ciência e da Tecnologia e desiste da pretensão.

Mais alguém desiste da pretensão de formular pedidos de esclarecimento ao Sr Ministro?

Pausa.

Temos aqui um problema complicado e de difícil solução.

O Sr José Magalhães (PS) — Dá-me licença, Sr Presidente?

O Sr Presidente — Faça favor, Sr Deputado

O Sr José Magalhães (PS) — Sr Presidente, desisto da pretensão e informo que o PS cede todo o tempo de que dispõe ao Sr Ministro, para que possa responder.

O Sr Presidente — Assim sendo, o Sr Ministro passa a dispor de 3,6 minutos, cedidos pelo Grupo Parlamentar do PS.

Antes de dar a palavra aos Srs Deputados inscritos, peço-lhes que se circunscrevam ao tempo de que dispõem

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Narana Coissoró

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr Ministro da Ciência e da Tecnologia, efectivamente, a obra que V Ex^a tem feito e que merecia ser melhor comentada aqui, em sede de discussão do Orçamento, é-nos colocada de afogadilho, pois V Ex^a já não dispõe de tempo e nós também não temos o suficiente para lhe colocar as questões

O Sr. José Magalhães (PS) — Mas nós estamos disponíveis para arranjar tempo!

O Orador — De qualquer forma, telegraficamente, quero suscitar-lhe as seguintes questões

O Reitor da minha Universidade, que é a sua, a Universidade Técnica de Lisboa, queria-se de que tanto este ano como nos anos passados o orçamento tem sido reduzido, na prática, porque alguns institutos, como o INIC, têm sido integrados na Universidade Técnica sem que o Ministério da Ciência e da Tecnologia tenha tomado a si os custos desta integração

Em segundo lugar, V Ex^a sabe que o IICT é um hóspede não desejado — e muito poderia dizer sobre isso — do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, onde, efectivamente, estabeleceu a sua sede e tem criado problemas de toda a espécie em relação aos estudantes — que já têm processos-crime e processos cíveis —, aos professores, em relação a toda a gente. Não sei o que é que o IICT faz no Palácio Burnay, porque, além do espaço, é também um «peso no pescoço»

Em terceiro lugar, quero perguntar a V Ex^a se vai ser este ano que se resolve o problema das instalações do IICT no Instituto e também o de dar à Universidade Técnica de Lisboa, como esta manhã foi dito pelo Partido Comunista Português, dinheiro das propinas para que possa pagar não só aos assistentes-monitores como outras despesas que não são da sua competência. A verdade é que estamos a pagar estas despesas e não podemos esconder mais este facto

Como tal, quero saber se o Ministério da Ciência e da Tecnologia toma ou não consciência disto e se resolve o problema físico do IICT e orçamental do INIC

O Sr Presidente — Sou informado de que o Sr Ministro da Ciência e da Tecnologia responderá conjuntamente a todos os pedidos de esclarecimentos

Assim, tem a palavra a Sr^a Deputada Luísa Mesquita

A Sr^a Luisa Mesquita (PCP) — Sr Presidente, Sr Ministro da Ciência e da Tecnologia, em primeiro lugar, gostaria de deixar claro que o Partido Comunista Português deseja ardente mente que, durante esta Legislatura, tudo aquilo que o Sr Ministro enunciou da tribuna seja concretizado

De todo o modo, vou falar de coisas muito mais simples, Sr Ministro. Vou falar de coisas tão simples como os laboratórios do Estado, ou seja, daqueles laboratórios que não têm financiamento para pagar os salários, que não fazem investigação, porque têm, fundamentalmente, de fazer prestação de serviços para sobreviverem, e que têm o mesmo orçamento de base há seis anos consecutivos. Vou falar daqueles institutos que não têm dinheiro para garantir o sistema de alarme anti-incêndio para salvaguardar o

seu património. Vou falar daqueles laboratórios do Estado que, em vez de um sistema informático minimamente adequado, têm o chamado «equipamento informático-ficheiro manual», os mesmos laboratórios que foram claros na audição feita pelo Partido Comunista Português a semana passada, ao dizerem que não podem ter quadros por não terem financiamento para seleccionar doutorados e licenciados à saída das facultades e das universidades para poderem rejuvenescer os seus quadros, vivendo de quadros envelhecidos e depauperados

É sobre estas coisas tão simples, como os laboratórios do Estado e as instituições públicas de investigação e ciência deste país, que eu gostaria que o Sr Ministro me dissesse onde estão as grande medidas de fundo e os números, para que, de algum modo, possamos remar contra esta maré de desencanto que reina nos laboratórios do Estado deste país

Vozes do PCP — Muito bem!

A Oradora — Posso dar-lhe alguns exemplos, Sr Ministro, já que há alguns números. Estou a lembrar-me de um em concreto, do Programa de Formação e Mobilidade de Recursos Humanos, para o distrito de Beja 30 contos. Naturalmente, o Sr Ministro dir-me-á que, com estes 30 contos, a mobilidade e os recursos humanos no distrito de Beja estão resolvidos!

Risos do PCP

Ou será isto uma gralha?

A Sr^a Natália Filipe (PCP) — É uma verba para se comprarem uns patins em linha!

A Oradora — Mesmo partindo do princípio de que é uma gralha, pois os 30 contos nem para os patins chegam, como é óbvio, há outros. Sr Ministro, há o Programa de Apoio à Reforma de Instituições Públicas ou de Interesse Público de Investigação. E, Sr Ministro, é uma situação preocupante, depois de 1,5 milhões de contos em 1998 e de 1,5 milhões de contos em 1999, para responder àquilo que era a degradação destes laboratórios, da avaliação feita e depois de apontadas as medidas para que os laboratórios, depois de moribundos, não morressem definitivamente. Como é que se justifica, depois de todas estas situações que aqui referi — e, naturalmente, o Sr Ministro não vai pôr em causa o que aqui, na Assembleia da República, foi dito por responsáveis destes mesmos laboratórios, por aqueles que são os presidentes dos conselhos científicos e que, como é natural, não tiveram qualquer prazer em dizer que era esta a situação dos seus laboratórios —, que este programa esteja reduzido a 750 000 contos, dois quais 200 000 contos ainda são para instituições privadas, restando, para esta degradação, 500 000 contos?

É sobre estas questões tão simples, tão simples, que eu gostaria que o Sr Ministro esclarecesse

Aplausos do PCP

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Rosado Fernandes. No entanto, parece-me que o CDS-PP já não dispõe de tempo

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Não, o CDS-PP ainda dispõe de 2 minutos

O Sr Presidente — Peço desculpa, Sr Deputado. Tem a palavra

O Sr Rosado Fernandes (CDS-PP) — Sr Presidente, começo por agradecer a quem digitalizou os 2 minutos o favor que me fez.

Para além disso, quero dizer ao meu colega e amigo Mariano Gago que tanta digitalização me titilou a curiosidade e me fez pensar no que significam essas centenas de doutoramentos que conseguiu promover, pelo que pergunto, para quê? Já conheci doutorados em Inglaterra que não conseguiram equivalência em Portugal, porque as suas teses correspondiam a pequenos sistemas que interessavam ao catedrático que os orientava. Já conheci doutoramentos de terceiro ciclo que não valiam absolutamente nada e, em contrapartida, vi teses de licenciatura que valiam muito mais.

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — É verdade!

O Orador — Sr Ministro, como é possível digitalizar tanto? Falar da Sociedade da Informação e do Conhecimento foi sempre uma aspiração do Homem desde a hegemonia ateniense, não é novidade alguma. Agora, apenas se consegue fazer a coisa com mais facilidade.

Diga-me uma coisa, Sr Ministro, como é que consegue ter resultados disso sem cumprir tarefas mais comezinhas, como seja, por exemplo, proporcionar-nos uma boa análise de solos, combinando com o Sr Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas o melhoramento do Laboratório Químico Agrícola Rebelo da Silva de forma a ser digno desse nome? Como é que consegue, de facto, fazer isso, sem ter uma análise foliar a tempo? Como é que consegue fazer isso com laboratórios que demoram imenso tempo para fazer análises ao sangue? No fundo, onde está a massa crítica provida pelo ensino médio, pelo ensino politécnico e pelo ensino superior que, de facto, consiga absorver tanta digitalização? Esta imagem já faz algumas «cócegas» à minha curiosidade!

Com esta me fico e peço-lhe uma resposta, Sr Ministro

Aplausos do CDS-PP

O Sr Presidente — Para responder aos três pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr Ministro da Ciência e da Tecnologia

O Sr. Ministro da Ciência e da Tecnologia — Sr Presidente, Sr as e Srs Deputados, concreço a dilatação relativista do tempo, mas não concreço a sua compreensão!

O Sr Deputado Narana Coissoró fala-me de um artigo de imprensa.

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — É uma entrevista do Reitor!

O Orador — de uma entrevista do Sr Reitor da Universidade Técnica de Lisboa. Pensei que o Sr Ministro da Educação, ao lado de quem estive sentado hoje de manhã, já tivesse respondido a esta questão, dizendo expressamente, com os dados que tem, que não era verdade o que aqui foi afirmado, ou seja, que não falta verba para as universidades. De todo o modo, como também li essa entrevista, nomeadamente a parte que diz respeito à ciência e à tecnologia, que é a que está aqui em causa, gostaria de lembrar que o INIC foi extinto em 1991.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — e que, nos dois anos seguintes, os laboratórios do INIC foram integrados nas várias universidades, na Técnica, na Clássica e noutras. Ora, penso que é um pouco bizarro que seja no ano 2000 que, finalmente, se descubra que, pelos vistos, há dívidas desde há 10 anos.

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Vem de trás!

O Orador: — Não me parece muito curial!

O Sr José Magalhães (PS) — Bem lembrado!

O Orador — Diz também o Sr Deputado Narana Coissoró que o Instituto de Investigação Científica Tropical, o IICT, partilha desde há muitos anos o Palácio Burnay, magnífico edifício que, na minha opinião, deveria ser convertido em grande museu da história da expansão portuguesa.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — e que, nos últimos anos, houve alguns movimentos, independentemente da iniciativa do Governo de construir um novo edifício no Alto da Ajuda para o ISCSP. Bom, foi precisamente quando começaram essas obras que começaram, periodicamente, as ocupações de instalações científicas de laboratórios com actos de vandalismo.

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Não é verdade!

O Orador — Sr Deputado, sou sempre pelo diálogo e pela educação — toda! —, mas pelo vandalismo nunca!

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Não apoiado!

O Orador — Penso que é extraordinário permitirmos que a deseável e saudável coexistência entre ensino e investigação possa alguma vez ser explorada demagogicamente, porque a investigação tem sempre um *ratio* de pessoas/m², obviamente, muito inferior ao ensino! Por esse andar, seria necessário ocupar a Torre do Tombo e a Biblioteca Nacional com os alunos da Faculdade de Letras, de Lisboa!

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Quero, contudo, dizer-lhe, Sr Deputado Narana Coissoró, com todo o respeito que tenho por si, que estou, evidentemente, disponível para todo o diálogo e sobretudo para a deseável interpenetração de trabalho entre as instituições científicas e as instituições de ensino superior, em particular, com o Instituto da Junqueira.

Sr.^a Deputada Luisa Mesquita, muito obrigado pelas suas palavras. Os números estão ai. As verbas dos laboratórios do Estado inscritas no Orçamento do Estado para 1999 totalizavam 40 milhões de contos e as inscritas no Orçamento para 2000, para os mesmos laboratórios, totalizam 43,5 milhões de contos. Há, portanto, um aumento de cerca de 8,6%.

A Sr.^a Deputada levanta uma questão real, séria e antiga: os laboratórios do Estado estiveram durante muitos anos abandonados e envelheceram. Estes laboratórios foram criados com uma missão, essa missão mudou por for-

ça da alteração do País e tanto os laboratórios como a sua missão não foram alterados. No entanto, penso que demonstre alguma coragem ao enfrentar este problema, tendo alterado, na sua raiz, a legislação que estava na base desse problema. A Sr^a Deputada far-me-á a justiça de acreditar que a alteração, radical, que foi feita à legislação e que permite, finalmente, que todos os quadros de investigação passem a ser de descongelamento automático para fora da função pública era a única medida indispensável e que foi tomada com coragem no ano passado, precisamente para que nunca mais envelheçam e para que haja a possibilidade de circulação e de renovação das sucessivas camadas de investigadores.

O Sr. José Magalhães (PS) — Muito bem!

O Orador — Há uma questão que a Sr^a Deputada levanta, e agradeço o facto de o ter feito, que gostaria de esclarecer aquando da discussão na Comissão de Economia, Finanças e Plano em sede de especialidade, que é a da aparente diminuição do Programa de Apoio à Reforma de Instituições Públicas ou de Interesse Público de Investigação. Essa aparente diminuição vem, pura e simplesmente, da inscrição das verbas do próximo Quadro Comunitário de Apoio, e tenho todo o gosto em esclarecer detalhadamente esta questão.

Mas a nossa intenção é aumentar as verbas do apoio à reforma dos laboratórios do Estado no próximo ano, utilizando verbas do PIDAAC tradicional e verbas do Quadro Comunitário de Apoio. O que não podemos é deixar sem uso as verbas do Quadro Comunitário de Apoio, designadamente as verbas comunitárias e as nacionais que lhes servem de contrapartida.

O Sr. José Magalhães (PS) — Muito bem!

O Orador — Estou de acordo consigo se disser que a forma de apresentação do Quadro Comunitário de Apoio que nos é imposta pelas regras de apresentação dos Quadros Comunitários de Apoio não torna muito transparente este trabalho. Contudo, procurei, nos quadros anexos que distribui na Comissão de Educação, Ciência e Cultura, esclarecer esta questão, mas fá-lo-ei de novo em sede de especialidade.

Sr. Deputado Rosado Fernandes, meu querido amigo, é extraordinário o que o afastamento faz à mente humana. O meu amigo comenta exemplos de doutoramentos feitos no estrangeiro, dizendo que nada valem. Parece que se esqueceu da quantidade, infinita, de doutoramentos feitos ao longo dos anos, em que a universidade portuguesa era uma caricatura dela própria, que valham mesmo nada.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — O meu amigo coloca — o que é indigno de si, desculpe que lho diga — a questão da digitalização, como se pudesse ser objecto de chocarrice. Francamente! O meu amigo é um especialista respeitado da cultura clássica.

Hoje em dia, os corpos com que os estudantes, nas universidades modernas, trabalham estão todos digitalizados.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Seria impossível fazer investigação séria com massas imensas de arquivo, se não fosse a

digitalização de texto, de imagem e, progressivamente, de conferências, de seminários e de aulas. É um instrumento como outro qualquer.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Mas têm de estar em português bem escrito!

O Orador — Para que haja digitalização, alguém tem de escrever, Sr. Deputado Paulo Portas!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Mas em bom português!

O Orador — É verdade! Mas, se estiver digitalizado, talvez os erros venham mais à tona!

Aplausos do PS

Quando a letra não se entende, os erros disfarçam-se. Depois de digitalizado o texto, não há disfarce possível!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Não brinque!

O Orador — Na minha intervenção, procurei dar, de uma forma obviamente sumária, todos esses elementos, mas terei todo o gosto em voltar a dar-lhos, Sr. Deputado.

No que respeita à investigação aplicada, devo dizer que, hoje, em Portugal, como não podia deixar de ser, porque também tem a ver com a história do desenvolvimento português, esta investigação é mais baixa do que devia ser e maior do que devia ser, já que temos também falta de investigação fundamental em Portugal. De todo o modo, disse-lhe que hoje existem, como nunca existiram na história portuguesa, 800 empresas que participam por concurso nos programas de investigação da União Europeia. Lamento muito, mas este número não tem qualquer espécie de comparação com o que se passava há três ou quatro anos. Há uma evolução rápida neste sentido, a qual tem de ser acompanhada, sendo o principal entrave a este desenvolvimento a falta de pessoas. Por isso, como o reforço de formação de recursos humanos é essencial, conta com um quarto do orçamento e deve continuar a contar com esta fatia nos próximos anos. Nunca deveremos esmorecer! Nunca lhe doam as mãos a votar o Orçamento!

Aplausos do PS

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP) — Peço a palavra, Sr. Presidente

O Sr. Presidente — Para que efeito?

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP) — Sr. Presidente, para exercer o direito regimental da defesa da honra, e desde já explico o porquê. É que o Sr. Ministro da Ciência e da Tecnologia permitiu-se, contra o que é seu costume, chamar vândalos aos meus alunos.

Risos do PS

Ora, eu sou solidário com os meus alunos e não permito que o Sr. Ministro ao falar deturpe os actos, afirmando que eles praticaram actos de vandalismo, quando sabe que não foram praticados quaisquer actos desse tipo, porque o senhor mandou lá a Polícia Judiciária.

O Sr Presidente — Tem, então, a palavra, Sr Deputado, para defender a sua honra ou a honra dos seus alunos, por procuração, é o que me parece!

Risos do PS

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Não é por procuração, porque sou solidário com eles, Sr Presidente!

O Sr Presidente — Faça favor, Sr Deputado

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Sr Presidente, o Sr Ministro da Ciência e da Tecnologia sabe que lhe fiz uma apresentação por escrito, juntamente com os alunos — dai que seja solidário com eles. Portanto, quando o Sr Ministro chama vândalos aos alunos, também chama vândalos aos professores que os acompanharam, e não há ninguém, em qualquer universidade portuguesa, que permita que um professor seja alvo de uma ofensa como esta, na Assembleia da República. Por isso, o Sr Ministro, como professor e académico que é (e sei que usou a expressão sem intenção), deve retirar imediatamente essa palavra da intervenção que fez.

Em segundo lugar, o Sr Ministro sabe que mandou lá de imediato a Polícia Judiciária, tendo esta enviado um relatório a V Ex^a, onde se dizia que não foram forçadas as fechaduras, que as portas estavam abertas e que não se tocou em qualquer computador ou tubos de ensaio, ao contrário do que, falsa e mentirosamente, o tinham informado. Daí que o processo tenha sido arquivado, no que toca a este aspecto.

Ainda, em relação a esta questão, V Ex^a deu o exemplo da Torre do Tombo. Gostaria que V Ex^a fosse à Rua da Junqueira para verificar que os alunos não têm uma única sala, nem sequer com 5m², para usarem como sala de convívio. Ao contrário destes seus amigos, que têm um andar inteiro, que não usam, para, faraonicamente, receber representantes estrangeiros e lhes mostrar que dispõem de gabinetes com sofás de veludo e tectos pintados — gabinetes onde, aliás, vão duas horas por semana —, os alunos «vegetam» pelo no rés-do-chão, sem terem sequer onde se sentar ou onde conversar com os seus colegas. Isto é uma vergonha para uma universidade e para o Ministério da Ciência e da Tecnologia, o qual, não tendo informações completas sobre o que se passa, tem-se recusado a resolver o problema.

V Ex^a prometeu aqui, hoje — e muito bem! —, que teríamos um diálogo, o que agradeço. Vamos, pois, ter esse diálogo para a semana com os estudantes, com os corpos directivos do Instituto e o Reitor da Universidade para ver se pombos termo a esse desmando que se passa na Rua da Junqueira.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Sr Presidente — Para dar explicações, querendo, tem a palavra o Sr Ministro da Ciência e da Tecnologia.

O Sr Ministro da Ciência e da Tecnologia — Sr Presidente, Sr Deputado Narana Coissoró, muito obrigado por me ter permitido dar explicações.

Em primeiro lugar, quero dizer que existe um instituto de investigação científica que ocupa determinadas instalações num determinado local. É ali, como poderia ser do outro lado da rua, junto à Assembleia da República ou do outro lado da cidade. Trata-se de uma instituição pública, onde trabalham funcionários.

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Oito!

O Orador — que representa funções do Estado. Com certeza que o Sr Deputado não acha bem que alunos decidam invadir as instalações.

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — As instalações são deles!

O Orador — colocar e «empreteleirar» toda a rede de computadores e arquivos, impedir os funcionários de trabalhar,

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Não foi assim!

O Orador — colocando correntes nas portas,

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Essa foi a informação que lhe deram!

Vozes do PS — Oiça, Sr Deputado! Oiça!

O Orador — e levar a exaltação, sem que os outros funcionários, designadamente os docentes dessa casa, tenham conseguido travá-la — exaltação essa, aliás, cuja origem não discuto,

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Ah!

O Orador — e terei sempre a maior tolerância relativamente a esse aspecto —, ao ponto de convocar seixenatas, convidar cantores, instalar sessões de comes e bebes à noite.

Protestos do CDS-PP

e enviar faxés a todos os membros do Governo, inclusive à minha pessoa, para lá irem

Protestos do CDS-PP e contraprotestos ao PS

O Sr Presidente — Srs Deputados, agradeço que não entrem em diálogo

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Parece que o Sr Ministro nunca esteve na Universidade!

O Sr Presidente — Sr Deputado Narana Coissoró, o senhor foi ouvido em silêncio, peço-lhe que não interrompa

Faça favor de continuar, Sr Ministro

O Orador — Sr Deputado Narana Coissoró, limite-me, simplesmente, a descrever factos. Contudo, reafirmo que qualquer problema que exista em qualquer instituto superior é um problema que também me diz respeito. Diz-me respeito, acima de tudo e em primeiro lugar, o funcionamento das instituições científicas que o Estado me confiou.

Aplausos do PS

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Assim falou José Hermano Saraiva!

O Sr Rosado Fernandes (CDS-PP) — Peço a palavra, Sr Presidente

O Sr Presidente — Para que efeito?

O Sr. Rosado Fernandes (CDS-PP) — Sr Presidente, não me atrevo a dizer que é para defender a minha honra, porque vamos perdendo a vergonha com os anos. De qualquer maneira, se o Sr. Presidente me desse licença, gostaria de responder.

O Sr Presidente — Mas qual é a figura regimental, Sr Deputado? É para uma intervenção com apenas 16 segundos?

O Sr Rosado Fernandes (CDS-PP) — Pode ser, Sr Presidente

O Sr Presidente — Sem assim, tem a palavra, Sr Deputado

O Sr. Rosado Fernandes (CDS-PP) — Sr Presidente, quero apenas dizer que à medida que mais me afasto, mais os topo. Portanto, eu conheço-vos bem! É a única resposta que posso dar!

O Sr José Magalhães (PS) — Quem? Diga-nos quem?

O Orador — É muito blá, blá, blá e muito pouca ciência, infelizmente!

Aplausos do CDS-PP

Protestos do PS.

O Sr Ministro da Ciéncia e da Tecnologia — Peço a palavra, Sr Presidente

O Sr Presidente — Para que efeito, Sr Ministro?

O Sr Ministro da Ciéncia e da Tecnologia. — Para, se o Sr Presidente me autorizar, usar a mesma figura regimental usada pelo Sr Deputado Rosado Fernandes

O Sr Presidente — Se é assim, tem a palavra para uma intervenção, embora não disponha de tempo. Sr Ministro. Mas, se quiser, o Sr Ministro pode usar a figura regimental da defesa da honra ou consideração, se sente que foi ofendido, ou a figura regimental da interpelação, para as quais não precisa de dispor de tempo, uma vez que o tempo regimental destas figuras não é descontável no tempo disponível, enquanto que para uma intervenção precisa de tempo e não o tem

O Sr Ministro da Ciéncia e da Tecnologia — Sr Presidente, quero apenas lamentar que pessoas eminentemente respeitáveis tenham entendido sublinhar estas questões, no que diz respeito ao desenvolvimento da política científica e tecnológica da sociedade da informação em Portugal

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Srs Membros do Governo e Srs Deputados, não havendo mais inscrições, dou por findo o período de debate propriamente dito

Vamos, agora, entrar no período das intervenções de encerramento do debate, que tem uma grelha de tempos própria e, como sabem, inicia-se pela intervenção do partido mais pequeno, terminando com a intervenção do Go-

verno, de acordo com o Regimento da Assembleia da República

Assim, em representação do Bloco de Esquerda, tem a palavra o Sr Deputado Luís Fazenda

O Sr Luís Fazenda (BE) — Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, Srs Membros do Governo, Sras e Srs Deputados. O Orçamento do Estado para 2000 trouxe uma clarificação política importante

Sustenta o Governo que o voto no Orçamento é praticamente equivalente a uma moção de confiança.

Protestos do PS

O Sr Presidente. — Srs Deputados, o Sr Deputado Luís Fazenda interrompeu a intervenção com toda a razão, uma vez que não há condições de ser ouvido e tem direito a ser ouvido em silêncio, pelo que peço-vos, Srs Deputados, que criem condições para tal

Faça favor de prosseguir, Sr Deputado Luís Fazenda

O Orador — Como eu estava a dizer o Governo sustenta que o voto no Orçamento é praticamente equivalente a uma moção de confiança. Disse mesmo o Primeiro-Ministro que, neste limiar, entre a espada e a parede, escolhia a parede, ou seja, solicitava ao Presidente da República a convocação de eleições antecipadas

Protestos do PS.

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP) — Ah, não leu o *Avante!*

O Orador — Ficou a saber-se que, entre a espada e a parede, o Governo escolheu o punhal. O punhal do CDS-PP.

Protestos do CDS-PP

Tanto assim é que o CDS-PP viabiliza o Governo e não apenas o Orçamento, agitando a ameaça de uma moção de censura se o PS aceitar reabrir a questão do aborto ou alterar os impostos sobre o património

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Leia o *Avante!*

O Orador — Como a moção de censura não é eficaz, logo, conclui-se que a ameaça não passa de uma cláusula de segurança do Orçamento, ou seja, do pré-aviso do Orçamento seguinte

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Já ai está uma greve!

O Orador — É preciso que se retenha que o CDS-PP deixa ao Governo uma factura nada oculta e de cobrança corrente

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP) — Uma «fractura»!

O Orador — Se o «barco» do Governo é do PS, a «bóia» é do CDS-PP

O Sr José Magalhães (PS) — Bela piada!

O Orador — O CDS-PP diz que não negocou nada, vade-retro! Talvez tenha posto anúncio no jornal, dizen-

do: «Partido respeitável, conservador, procura governo para fins convenientes»

Risos do PS

Aliás, quanto a governos, este partido não faz por menos lota a praça, com sol e sombra

Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, Srs Membros do Governo, Srs. Deputados Anteriores Orçamentos tinham o euro no altar Curiosamente, diz-nos o Governo que a «santa padroeira do Orçamento do Estado para 2000» é a social-democracia!

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Nada de ofensas à Igreja!

O Orador. — Estaria em curso uma separação de linhas com o neoliberalismo dominante Ora, em qualquer chancelaria europeia e até na Igreja esta afirmação desperta um sorriso, até mesmo em Paris! Desde logo, porque o Orçamento passa com o apoio de um partido que está à direita dos conservadores europeus e que, em matéria económica, nada deve aos Chicago boys

Mas se olharmos à política orçamental, o saldo de redistribuição de rendimentos é negativo

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Olhe o Estaline!

O Orador — Não sei se o Sr Deputado Narana Coissoró quer fazer duas intervenções

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP) — Quero, quero!

O Sr. Presidente. — Sr Deputado Luís Fazenda, peço desculpa, mas já chamei atenção o Sr Deputado Narana Coissoró em relação às interrupções que tem vindo a fazer durante a sua intervenção Porém, não posso fazê-lo de minuto a minuto, mas espero que ele tenha ouvido tanto o seu reparo como o meu

Faça favor de continuar, Sr Deputado Luis Fazenda

O Orador: — O Bloco de Esquerda comprehende que o CDS-PP se sinta incomodado por servir de «bóia» ao Governo do Partido Socialista, mas isso não os deve impedir de ouvir a nossa opinião.

Mas, dizia eu, o saldo de redistribuição de rendimentos é negativo: tecto salarial a 2,5%, continuidade e agravamento das benesses fiscais aos grupos económico-financieros O Primeiro-Ministro lamenta-se que, na época da globalização, seja quase impossível taxar o capital e, depois, apela ao «comboio europeu» para o taxar, mas esse «comboio» não pára nessa estação, Sr Primeiro-Ministro! Percebemos a dificuldade, mas também percebemos quando se fica de joelhos!

O Sr José Magalhães (PS) — De joelhos?

Vozes do PS — Oh!

O Orador — Não há 100 milhões de contos a mais para iniciar a convergência da pensão mínima do regime geral com o salário mínimo nacional, mas acomodam-se e toleram-se centenas de milhões para a despesa fiscal no off-shore da Madeira, nos rendimentos em bolsa, em novos benefícios em IRC!

O patamar do rendimento mínimo garantido não pode ser aumentado, porque o salário mínimo também não pode ser aumentado E tudo isto a bem da competitividade

A reforma fiscal é adiada, meios eficazes de combate à fuga aos impostos ficam na prateleira, os programas sociais são timidos e a carga dos impostos indirectos continua altíssima

O Sr Joel Hasse Ferreira (PS) — Olhe que não!

O Orador — Equiparar, como aconteceu neste debate, o grau de despesa do Estado na dita função social com uma política antiliberal, sem cuidar da natureza da despesa e da relação entre o rendimento nacional e as classes, é um exercício que faria corar de vergonha até novíssimos autores sociais-democratas Mas, enfim, convenhamos que esta matéria não será uma especialidade do Bloco de Esquerda

Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro O Orçamento não representa mais justiça social Há sombras na taxa de crescimento do Produto, que não mereceram qualquer luz do Governo nem preocupação sobre o seu impacto no emprego

O Orçamento, ao espelho técnico, é uma manta de retalhos Não contém uma palavra sobre o ex-Ministro das Finanças Fica dúvida

O Governo e o PS sentem-se mal, quando se diz que o Orçamento é de classe e transporta toda a iniquidade fiscal O socialista Vital Moreira utiliza esses exactos termos sobre a política fiscal do Governo PS

Não nos digam que só se vê do Choupal até à Lapa

Para sustentar o voto contrário ao Orçamento do Estado para 2000, o Bloco de Esquerda cita um Deputado da oposição, com a vénia mais que devida, um Deputado da oposição, em 1993 «A fraude e a fuga aos impostos tornam ainda moralmente insuportável um sistema fiscal já de si profundamente injusto () Não existe em Portugal um verdadeiro imposto único sobre o rendimento Existe, sim, com o IRS que temos, um imposto único sobre os rendimentos do trabalho () As grandes fortunas transmutam-se sem nada pagar, alguns pequenos patrimónios, sobretudo no imobiliário, e em certas regiões do País, sofrem taxas de verdadeira expropriação »

Dizia, ainda, o mesmo Deputado «() temos prioridades diferentes a propor na política orçamental A primeira tem a ver com a justiça fiscal Connosco, (), seria diferente a estrutura do IRS, da sisal e do imposto sucessório Queremos mais eficácia na cobrança dos impostos e mais equidade na sua repartição É já hoje muito pesada a carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho e as famílias da classe média Ao mesmo tempo, vemos com frequência que os que mais evidenciam sinais exteriores de riqueza são os que mais se gabam de menos impostos declarar e menos pagar »

Propunha ainda este Deputado um Livro Branco sobre a fraude e a evasão fiscais

O Deputado da oposição era António Guterres e votou contra o Orçamento do PSD

O Sr António Capucho (PSD) — Bem lembrado!

O Orador — O Bloco de Esquerda não só não chumbou a priori este Orçamento como utiliza, Sr Primeiro-Ministro, o seu judicioso critério para o rejeitar

Sr Primeiro-Ministro, o Bloco de Esquerda, em estado de tristeza absoluta, agradece as condolências que nos

dirigiu, por estarmos fora de jogo Como se verá, talvez mais cedo que tarde, os eleitores marcarão o resultado do jogo

Vozes do BE. — Muito bem!

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Fernando Pésinho

O Sr Fernando Pésinho (Os Verdes) — Sr Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs Membros do Governo, Sr " e Srs. Deputados Nestes dias de debate sobre o Orçamento do Estado e as Grandes Opções do Plano já muito foi dito sobre o carácter ideológico das propostas apresentadas Para espanto de alguns sobre este carimbo e para espanto de outros pelas alianças que viabilizam as propostas em discussão, apesar do referido carimbo.

O facto é que, num contexto em que muitos continuam a proclamar o fim das ideologias, aparecem duas propostas governamentais que se reclamam de um determinado ideologismo

Convenhamos que não pode nem deve haver uma opção governamental, ou um orçamento do Estado, no mundo, que não tenha a sua filiação ideológica A questão é saber se essa filiação reclamada é, ou não, legítima

Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, Srs Membros do Governo, Sr.as e Srs Deputados Outra questão muito controvertida neste debate foi o eventual carácter despesista deste Orçamento Não vamos prosseguir esse debate, porque não no parece que o mereça Mas não podemos, contudo, deixar de referenciar as críticas, que nos parecem justas, às opções orçamentais que são efectuadas ainda que delas possa parecer resultar o aumento da despesa

No entender de Os Verdes este Orçamento não satisfaz as expectativas existentes na sociedade, em função dos reais problemas que subsistem na educação, na justiça, na fiscalidade, na segurança social e na saúde, entre outros domínios

Para um Orçamento ideológico, esperava-se bastante mais investimento nestes capítulos, por forma a obter-se a deseável satisfação das necessidades sentidas pela população

Trata-se, a nosso ver, de um Orçamento que prossegue opções anteriores, não rompe com o passado e não inova em matéria ecológica. Por isso, de forma coerente, mantemos, relativamente a ele, todas as reservas que temos exposto em anos anteriores

Sr Primeiro-Ministro, ouvimos atentamente as suas palavras e constatámos, uma vez mais, a ausência de referências ao ambiente e à prometida horizontalidade da sua política Logo agora, quando, pela primeira vez, se encontram reunidos num só ministério, como sempre reclamámos, o ambiente e o ordenamento do território Mas não estranhámos essa ausência, pois sabemos bem qual é o papel que os diferentes governos lhes têm reservado

Em matéria de opções e investimentos ambientais, aquilo que nos é apresentado continua a pecar por grande escassez e por falta de visão política sobre o futuro

Continua a permanecer a opção pelo investimento em betão, como corolário de anos e anos de atrasos estruturais na satisfação de necessidades básicas das populações Mas, e apesar de tudo, esta situação de atraso na cobertura dos desejáveis índices de satisfação dessas necessidades permanecerá, paradoxalmente e apesar de todas as promessas feitas em contrário, sem alcançar os tais níveis desejados.

Este Orçamento do Estado e estas GOP não favorecem de todo a necessidade, cada vez mais premente, de uma verdadeira política dos três «R» para o sector dos resíduos, não promovem o necessário reequilíbrio da pressão urbana e demográfica sobre o território, não protegem o nosso litoral, cada vez mais saqueado, não corrigem a política prosseguida em matéria de produção e consumo energéticos, nem contribuem para a necessária diversificação de fontes, apostando em energias alternativas; não contribuem para a melhoria da qualidade do ar nem para a existência de uma produção mais limpa

As opções apresentadas pelo Governo do PS não são suficientes para dignificar o ambiente urbano em que vivem milhões de portugueses

Este Orçamento não serve uma verdadeira política de conservação da natureza, capaz de concretizar os objectivos da Rede Nacional de Áreas Protegidas e da Rede Natura 2000

Por fim, e não menos importante, este Orçamento continua a ter a educação ambiental como o parente pobre da política de ambiente, em lugar de a eleger como uma tarefa prioritária do Estado

Sr. Presidente, Sr Primeiro-Ministro, Srs Membros do Governo Sr as e Srs. Deputados. Não são, no entendimento de Os Verdes, alterações apresentadas em última hora, previamente preparadas e negociadas em espaço fechado ou em conferência de imprensa, que não põem em causa as opções fundamentais presentes nos documentos em apreciação, antes representam alterações pontuais com destinatários bem definidos e segmentados, que nos fazem alterar a posição definida, em devido tempo, independentemente de reconhecermos a justiça social dessas mesmas propostas.

Assim sendo, Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, Srs Membros do Governo, Sr as e Srs Deputados, vamos votar contra estas Opções do Plano e este Orçamento, porque não acautelam a protecção e a gestão dos recursos naturais, nem satisfazem o objectivo de um desenvolvimento sustentável, pelos quais há muito lutamos

Vozes de Os Verdes e do PCP — Muito bem!

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Basílio Horta

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, Srs Membros do Governo, Srs. Deputados Este debate veio reforçar o juízo que, desde o início, o CDS-PP fez deste Orçamento. É um mau Orçamento e, se não fosse o interesse nacional, a actual conjuntura política no campo do centro e da direita e as alterações nele introduzidas pelo CDS-PP, não mereceria ser aprovado

Se não vejamos Este Orçamento é o espelho de um Governo sem coragem e com falta de autoridade para adoptar as medidas indispensáveis ao controlo da despesa pública, *maxime* da despesa corrente

A verdade é que, pela primeira vez, como já foi aqui várias vezes referido, o Estado vai, este ano, consumir mais de metade da riqueza gerada em Portugal, sem que o cidadão comum vislumbre qualquer melhoria significativa nos serviços que o Estado lhe presta Tomemos, como exemplo, as despesas com o Serviço Nacional de Saúde, que, nos últimos quatro anos, cresceram 53% Será que este aumento fez diminuir as listas de espera ou aumentar a qualidade das prestações médicas? Obviamente que não

Entretanto, enquanto o contribuinte espera e desespera por uma reforma fiscal que introduza justiça e equidade no sistema, a máquina administrativa não pára de crescer e os gabinetes ministeriais de gastar cada vez mais (neste Orçamento mais 23%)

As despesas correntes são, pois, o principal sorvedouro do dinheiro proveniente, em larguísima medida, das contribuições dos trabalhadores portugueses por conta de outrem

Enquanto isto, as despesas de investimento, que se reproduziriam positivamente no futuro, crescem a um ritmo muito inferior, o que é típico de um orçamento socialista, mais preocupado em distribuir receitas do que em gerar riqueza

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — E isto, Srs Deputados, no primeiro ano da Legislatura, teoricamente, portanto, a cerca de quatro anos das próximas eleições!

O Sr José Junqueiro (PS) — Muito bem!

O Orador — Quando o caudal de fundos comunitários «secar» e as privatizações se extinguirem, bastará um aumento das taxas de juro no serviço da dívida ou uma paragem ou abrandamento da economia, ou a confirmação do excessivo optimismo na arrecadação das receitas públicas, para este Orçamento ser efectivamente um orçamento de transição, de transição para o desastre. E se vier a ser uma transição para mais défice e mais dívida, fica, desde já, o Governo avisado que qualquer orçamento rectificativo terá o voto contra do CDS-PP

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Este Orçamento não é transparente. Com efeito, inscreve uma verba de 504 milhões de contos como receita das privatizações e o Governo não diz o que vai privatizar, quando e em que condições, nem sequer esclarece a Assembleia sobre os critérios em que se baseou para chegar àquela verba

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — O Orçamento estipula que, destes 504 milhões de contos, 196 milhões de contos serão para amortizar dívida pública. E os restantes 308 milhões de contos vão ser aplicados onde, como e quando? Ou serão mais um «saco azul» deste Governo e desta insaciável Administração?

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — A minha bancada confrontou o Sr Ministro das Finanças com a afirmação de que este Orçamento oculta um défice num valor estimado em 300 milhões de contos. E não houve uma única palavra de contestação ou de esclarecimento do Sr Ministro

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Quem cala, consente!

O Orador — Ora, sendo a discussão do Orçamento um dos momentos mais importantes no processo de fiscalização democrática do Governo pela Assembleia, estes

factos são bem ilustrativos da conta em que o Governo e o Partido Socialista têm o papel das oposições. E isto sem maioria absoluta! Imagine-se se o eleitorado tivesse cometido a imprudência de lha ter dado!

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Perante este quadro, que sumariamente se descreveu, pergunta-se então, por quê a abstenção do CDS-PP e não o voto contra?

Em primeiro lugar, porque o referido Orçamento, a ser recusado, equivaleria, na análise do CDS-PP, à queda do Governo e à abertura de uma crise política, em momento totalmente inoportuno

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Princípio errado!

O Orador — São muito ingénuos, para não dizer politicamente hipócritas, os que, em público ou em privado, defendiam que o Governo apresentaria um novo orçamento. É não conhecer o Sr Engº Guterres e a sua enorme capacidade de se desresponsabilizar e de se fazer de vítima,

Aplausos do CDS-PP

é não conhecer o Partido Socialista e a sua apetência para atingir uma maioria absoluta, que lhe permitiria servir, ainda com maior impunidade, as clientelas e os lobbies, de que alguns seus ex-ministros amargamente se queixam

Aplausos do CDS-PP

Se assim não é, se não são ingénuos os que tal preconizavam, então, ou querem protagonismo fácil ou, o que é mais grave, querem enganar alguém

Em segundo lugar, porque o CDS-PP entende que próximas eleições legislativas, a realizar em Portugal, devem dar a vitória inequívoca aos partidos do centro e da direita

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — É uma obrigação que estes partidos têm para com o País, para remediar o inevitável desastre alegar pela gestão do actual Governo, e para com o seu eleitorado, que não teve culpa do desvario socialista, porque nele não votou

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Ora, o centro e a direita não estão, neste momento, em condições de disputar vitoriosamente umas eleições legislativas

Vozes do PS — Isso é realismo!

O Orador — Com certeza!

É certo que o CDS-PP subiria, mas a subida do nosso partido seria ainda insuficiente. É indispensável que a essa subida corresponda uma maioria não socialista nesta Câmara

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — e, para tanto, e por motivos a que o CDS-PP é alheio, necessita o centro e a direita de tempo

Aplausos do CDS-PP

A Sr^a Maria Celeste Correia (PS) — Não se sabe é quanto!

O Orador — Nós, no CDS-PP, temos aproveitado esse tempo

A Sr^a Natalina Moura (PS) — Não sabem é como!

O Orador — Ainda ontem, o Presidente do meu partido referiu e anunciou aqui um «governo sombra» A Lei de Bases da Segurança Nacional

Risos do PS

O Sr Joel Hasse Ferreira (PS) — Da «Segurança Nacional»?

O Orador — Da Segurança Social

O Sr Joel Hasse Ferreira (PS) — Ah!

O Orador — Ouviu mal, Sr Deputado Joel Hasse Ferreira A segurança nacional é convosco!

O Sr José Magalhães (PS) — Também é!

O Orador — Dizia eu o compromisso para com os espoliados do Ultramar e para com os combatentes da guerra, a fiscalização intensiva ao Governo, com pedidos de inquérito parlamentar e debates de urgência, com tudo isto tem sido aproveitado o tempo para fazer oposição legítima e democrática a este Governo

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Não compreender esta necessidade de tempo, dizia eu, é ser politicamente cego ou irresponsável

Finalmente, em ordem, mas primeiro em importância, porque o CDS-PP conseguiu extraír de um mau Orçamento consequências muito positivas para as famílias, para os contribuintes e para cerca de 500 000 reformados, que vêem a sua pensão passar de 25 000\$ para 32 000\$, conquistando, assim, o maior aumento de sempre Quem não sabe o que é viver com 25 000\$/mês, pode considerar esta conquista do CDS-PP como meros trocos sem importância

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Migalhas!

O Orador — Também aqueles que são desprovidos de qualquer sensibilidade social, embora alguns se afirmem de esquerda E isto é para si, Sr Deputado Luís Fazenda,

Risos do CDS-PP e do PSD

porque o senhor fala na esquerda, mas foi completamente insensível aos aumentos dos reformados, fala nos Chicago boys, erradamente, diz que estamos à direita do Partido Conservador, salvo o devido respeito, não sabe o que diz!

O senhor devia ter mais atenção aos reformados, porque se diz de um partido de esquerda e essa esquerda, pelo menos, tradicionalmente, tinha em conta os pobres É claro que com a terceira via, com os seguidores de Anthony Giddens, com aquilo tudo, as coisas estão muito trocadas e, se calhar, hoje, o senhor Como hei-de de dizer? Já não sabe bem onde está a sua esquerda e a sua direita, é canhoto, eventualmente

Aplausos do CDS-PP

Dizia eu, que também aqueles que se afirmam de esquerda subordinam a satisfação de necessidades básicas de gente pobre e humilde às suas pequenas tácticas partidárias Também esses podem cometer tamanha injustiça

Pela sua parte, o CDS-PP, como partido democrata-cristão que se honra de ser, cumpriu o seu dever e respeitou as suas promessas eleitorais

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, Srs Membros do Governo, Srs Deputados Este Orçamento, pela circunstância de vir a ser viabilizado por esta Câmara, não passa a ser um bom orçamento, é, quanto muito, um orçamento menos mau do que aquele que este Governo queria impor aos portugueses

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — A abstenção do CDS-PP, nas circunstâncias nacionais em que foi decidida, reforça o seu papel, não de maior, mas, sem dúvida, de melhor partido da oposição

Aplausos do CDS-PP

Foi uma opção que o partido assumiu com a exacta consciência das suas responsabilidades para com o seu País e o seu eleitorado Estamos, por isso, unidos e de consciência tranquila Disse um dia, nesta Assembleia, Nuno Abecasis «a missão da política é transformar o poder em serviço Servimos muitas gentes e muita gente daquela que mais necessitava Missão cumprida CDS»

Aplausos do CDS-PP, de pé

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Carlos Carvalhas

O Sr Carlos Carvalhas (PCP) — Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, Srs Membros do Governo, Srs Deputados Este debate, na generalidade, sobre o Orçamento do Estado bem podia chamar-se «A história de uma viabilização anunciada» e ela conta-se em breves palavras

Há uns meses, o Sr Primeiro-Ministro disse a Ferro Rodrigues «No aumento anual das reformas, retira uma parte do que está previsto para os rurais para servir de moeda de troca ao voto favorável do partido que queira deixar passar o Orçamento »

Risos do PCP, do PSD e de Os Verdes

O Ministro Ferro Rodrigues achou a ideia brilhante e terá dito aos colaboradores que, com meia dúzia de milhões de contos, a questão estaria resolvida e até acrescentou: «Como esta é uma reivindicação insistente dos comunistas, o Orçamento certamente será viabilizado por estes»

O Primeiro-Ministro tirou-lhe as ilusões, dizendo-lhe «Os comunistas, apesar de estarem de acordo com o aumento das reformas, não aceitarão que mantenhamos os privilégios à banca, que aumentemos os benefícios fiscais...»

Risos do PCP

« que, no fundamental, vão para as operações financeiras e especulativas, que baixemos os impostos às grandes empresas e que os mantenhamos para os trabalhadores »

Aplausos do PCP

«Além disto, querem aumentar as outras pensões degradadas e não estão de acordo com a nossa proposta de aumentos para a função pública. Eles querem um Orçamento de esquerda e nós não estamos nessa»

Risos do PCP

«Este Orçamento, pelo seu conteúdo, » — disse o Primeiro-Ministro em tom de reflexão — « só pode ser viabilizado pelo PSD ou pelo PP.. »

Risos do PCP

« mas o PSD está imprevisível, com cada candidato à liderança a querer parecer que faz mais oposição do que o outro. Desta vez, resta-nos o PP »

Risos do PCP

« e com dupla vantagem criamos dificuldades ao PSD, pois promovemos o Deputado Portas, e o Portas e o seu populismo, com as pensões aos rurais, fará demagogia suficiente para esconder os privilégios aos grandes senhores do dinheiro.. »

Risos do PCP

« as injustiças fiscais e as privatizações, com as quais ele está de acordo »

Aplausos do PCP

Protestos do CDS-PP

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — É dor de cotovelo!

O Orador: — Depois, ele dirá, em privado, que com alguns poucos milhões para as reformas viabiliza um Orçamento que, só para as empresas, concede mais de 50 milhões e, em público, afirmará peremptório que o mérito do aumento das pensões aos rurais é do PP!

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — E é!

O Orador — Mas » — diz o Sr Primeiro-Ministro — « como quem vai pagar, como quem vai assinar o che-

que é o Governo do Partido Socialista, seremos nós que colheremos os frutos e os louros

Risos do PCP, do PS e de Os Verdes

E o Engenheiro Guterres, se bem o disse, melhor o fez Chamou o PP e com duas conversas acordou o negócio e a encenação. E, desta vez, ao que se sabe, nem foi necessário ir para uma *suite* de um hotel com a companhia do Presidente da CIP! Dizem que umas férias na neve bastou!

Aplausos do PCP

Risos do PS e do PSD

Esta é a história breve de uma viabilização anunciada!

Mas esta história também tem uma moral um orçamento injusto e iníquo não deixa de ser por avançar com uma ou duas medidas mais justas, um orçamento de direita só poderia ser viabilizado por um partido de direita

Vozes do PCP — Exactamente!

O Orador — Mas, neste caso, e pondo de lado certos pormenores entre a realidade e os factos, não há somente pura coincidência!

O Governo PS ganhou um orçamento, mas o País, o País que trabalha, perde e não perde pouco. E, certamente, somos acompanhados por muitos socialistas que não poderão estar de acordo com a injustiça fiscal deste Orçamento, com o facto de praticamente nada se fazer em relação ao combate à evasão fiscal e por se continuar com a privatização de empresas básicas e estratégicas

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador — Na verdade, muitos são os cidadãos e os socialistas que vêem com preocupação a acentuação das desigualdades, a concentração da riqueza, o crescente domínio do poder económico sobre o poder político, que este Orçamento vai dar mais força aos poderosos *lobbies* que, insaciáveis, como são, não deixarão de, mais tarde, quererem mais e sempre mais

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Muito bem!

O Orador — Também são muitos os socialistas que vêem que as palavras do Engenheiro Cravinho tinham toda a razão de ser, pois os *lobbies* estão, de facto, «sentados à mesa» do Orçamento e agora com a bênção do Partido Popular

Risos do PCP e de Os Verdes

E como os *lobbies* estão cada vez mais «sentados à mesa» do Orçamento e têm cada vez mais poder, ouvem-se depois os lamentos e as desculpas não podemos retirar tais benefícios fiscais, porque o capital financeiro exerce uma pressão colossal. Não podemos mexer nos remédios — diria o Deputado Paulo Portas, nos medicamentos —,

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Meu Deus! Mas que grande dor de cotovelo!

O Orador — porque assim.. . etc

Sr Primeiro-Ministro, pela nossa parte, não desistiremos de qualquer das nossas propostas, quer em relação à política fiscal, quer em relação à evasão fiscal e ao sigilo bancário, quer em relação ao aumento das pensões e reformas, que não podem nem devem ficar apenas pelos trabalhadores agrícolas

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador — E ouvimos, aqui, há pouco, a confissão de que o CDS viabiliza este Orçamento, não por causa dos reformados mas porque a direita não está em condições de disputar as eleições

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — É mentira! Não distorça as palavras!

O Orador — Nem desistiremos de lutar contra a vergonhosa proposta de aumentos de 2,5% para os trabalhadores da Administração Pública e de contrapor esta posição do Governo com a manutenção dos privilégios à banca que, como se sabe, em 1998, deveriam ter pago 105 milhões de contos de IRC - 34% sobre 338 milhões de contos de lucros, é fácil fazer a conta -, mas só pagaram 68,2 milhões de contos! Isto é um escândalo!

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Exactamente!

O Orador — Nem deixaremos de confrontar o Governo com uma política que privilegia as actividades financeiras e especulativas em detrimento da actividade produtiva, com significativos reflexos na agricultura, nas pescas e em importantes sectores industriais e no já preocupante défice da balança comercial

O Sr Primeiro-Ministro afirmou, aqui, depois de enunciar a nova tese do oásis, o «paraíso lusitano», dizendo que, no plano ideológico, este era um orçamento que poderia ser aprovado pelo Partido Comunista Português

Na verdade, o relatório orçamental tem muitas «tiradas» de preocupação com os mais desfavorecidos, com a justiça social, com a justiça fiscal, com as pessoas, mas, depois, na prática orçamental, isso não se vê, pelo contrário. E como as pessoas não comem retórica, nem vivem da retórica, nem de frases feitas, o tal conteúdo ideológico é zero

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Muito bem!

O Orador — E também não centre os argumentos no combate ideológico contra a direita, em relação ao despesismo orçamental, pois, como já aqui lembrou o meu camarada Octávio Teixeira, um dos partidos políticos que mais gritou contra o despesismo é precisamente que o vai viabilizar

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Muito bem!

O Orador — Aliás, o Sr Primeiro-Ministro parece sofrer daquilo a que se pode chamar o «síndroma de Cavaco Silva»

Primeiro, em Julho de 1999, Cavaco Silva escreveu um artigo, no *Diário de Notícias*, propondo a baixa da taxa do IRC de 34% para 30%, e ai temos o Primeiro-Ministro a incluir no Orçamento a baixa do IRC para 32%, com a promessa expressa – tomem lá, fiquem lá com este PSD – de

que baixará para 30% no próximo Orçamento, o mais tardar no final da Legislatura.

Ontem, Cavaco Silva escreveu um artigo no mesmo diário, atacando o Orçamento por ser despesista, imediatamente a seguir, o Primeiro-Ministro aparece, aqui, no Plenário, elegendo o alegado despesismo como a questão ideológica central deste Orçamento

Sr Primeiro-Ministro, aqui lhe deixo uma sugestão, se me permite. preocupe-se e penitencie-se do conteúdo do seu Orçamento e enterre os fantasmas e os «monstros» metafóricos do cavaquismo!

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador — Deixe a corrida com o PSD, sobre quem privatiza mais ou sobre quem mais cede aos grandes interesses. Não se esqueça de que a reforma fiscal é essencial à reforma da saúde, do ensino e de todas as políticas sociais

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador — Para se falar com verdade e com efeitos práticos na preocupação com as pessoas é preciso acabar com os adiamentos e com a «conversa fiada», é necessário acabar com a injustiça de um trabalhador por conta de outrem pagar, em média, 195 contos de IRS, de os profissionais liberais pagarem, em média, 68 contos, de os empresários em nome individual pagarem, em média, 33 contos e de a banca continuar num autêntico paraíso fiscal

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador — É preciso menos discursos sobre a distribuição de milhões aos agricultores e mais respostas ao escoamento e valorização dos seus produtos, é preciso menos verbalismo sobre a sociedade de informação, sobre a ligação de cada escola à Internet e resolver, pelo menos, os problemas da segurança, dos laboratórios, das bibliotecas e do aquecimento de tantas e tantas escolas

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador: — É preciso não tomar a atitude da avestruz em relação à substituição crescente da produção nacional pela estrangeira, em relação à absorção da economia portuguesa pela espanhola, ao crescente controlo de alavancas fundamentais da economia pelo capital estrangeiro

O paraíso lusitano, construído com as engenharias estatísticas, com a contabilidade criativa, com o procurar fazer passar a árvore pela floresta, é um paraíso virtual

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador — O País não precisa de paraísos virtuais, nem de más manobras dilatátorias, precisa, sim, com urgência, de uma reforma fiscal, precisa de menos palavras e mais actos, precisa de uma outra política, e, por isso mesmo, em coerência, o PCP vai votar contra este Orçamento.

Aplausos do PCP, de pé

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Durão Barroso

O Sr Durão Barroso (PSD) — Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, Srs Membros do Governo, Sr as e Srs. Deputados. Não podia ser mais esclarecedor o debate do Orçamento do Estado para 2000 As diferenças de fundo aí estão o Governo quer gastar mais, o PSD quer gastar menos, mas melhor

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador — Sobre a despesa, o Sr Primeiro-Ministro pergunta onde queremos cortar

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Queremos cortar naquelas centenas de milhões de contos que, por ano, são desviadas para aplicações inúteis

O Sr José Magalhães (PS) — Quais?

O Orador — Mas queremos dar mais benefícios a quem realmente precisa e diminuir os impostos exigidos aos contribuintes cumpridores

Pode este Orçamento vir a ser viabilizado, mas será sempre um orçamento ferido pela crítica de todos os partidos da oposição; por todos é considerado um mau orçamento

A sociedade portuguesa também comprehende o que dizemos, porque assim pensa e assim se manifestou. Não há um único economista independente que se mostre capaz de defender este Orçamento; não há associação patronal ou confederação sindical que o não critique, não há, na comunicação social, analista especializado que não lhe aponte os vícios, nem os autarcas portugueses, reunidos na Associação Nacional de Municípios Portugueses, foram por ele seduzidos, e, por isso, no seu conselho directivo, votaram unanimemente contra

De facto, esta proposta não é justa, porque não beneficia quem mais precisa não contribui para o aumento da competitividade da nossa economia, porque mantém o Estado a consumir excessivos recursos em prejuízo do sector privado; não é transparente, porque continua a recorrer a práticas de desorcamentação, tornando impossível conhecer com exactidão o défice do Estado, não é de rigor, pois prossegue e acentua a via do despesismo e do desperdício, não é de progresso económico, pois, a ser cumprido o ritmo de crescimento que prevê, o nosso país demorará muito mais tempo do que seria exigível a atingir a média dos seus parceiros europeus

O Orçamento traduz um significativo aumento da despesa pública, a qual crescerá, só este ano, 10,8%, atingindo, assim, os 51% do PIB. Como dissemos, o País tem hoje de trabalhar mais de seis meses por ano para suportar o Estado

É necessário corrigir o, cada vez maior, desequilíbrio existente entre o que gastamos e o que produzimos, pois o mesmo está a levar o País, as empresas e as famílias para níveis de endividamento muito perigosos. Torna-se indispensável, por isso, mudar para uma política orçamental que ponha fim ao aumento do fardo que o Estado constitui para o País,

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador: — que acabe com práticas absurdas de «subsidiaria» do preço de produtos, que reponha a ver-

dade nas contas públicas, acabando com as despesas ocultas e reconhecendo, em consequência, a verdadeira dimensão do défice público, que compreenda que remendos no domínio da fiscalidade não fazem sentido, porque o que urge é levar a cabo uma verdadeira reforma fiscal. Uma política que tenha um objectivo claro atingir, no mais breve prazo, uma situação de equilíbrio orçamental, único modo de evitar uma forte penalização sobre a economia portuguesa nos próximos anos

O Sr Guilherme Silva (PSD) — Muito bem!

O Orador — Sr Presidente, Srs Deputados. Este é o quinto Orçamento do actual Primeiro-Ministro. Não há, por isso, qualquer desculpa, seja ela por falta de tempo ou por falta de experiência, que justifique a ausência de linha de rumo na política orçamental

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador — Não se comprehende, pois, como pode dizer-se que se trata de um Orçamento de transição, a não ser por necessidade de o Ministro das Finanças se demarcar do seu antecessor.

Aplausos do PSD

Aliás, a ser essa a razão, nem isso constitui novidade neste Governo, se pensarmos no que se passa também nas áreas das obras públicas, da saúde ou da justiça. A ser de transição, este é um Orçamento de transição do mau para o péssimo, mas é de continuidade no essencial a ausência de uma orientação estratégica para o futuro do País

O próprio Primeiro-Ministro assumiu ontem, nesta Câmara, o carácter despesista da proposta, nomeadamente quando, em diálogo com a bancada comunista, chamou a atenção para o aspecto ideológico deste documento e manifestou, com alguma candura, reconheça-se, a sua estranheza pelo facto de o PCP, em princípio favorável ao incremento da despesa pública, não apoiar este Orçamento

Aqui estamos, realmente, perante um paradoxo um Orçamento despesista, como é timbre da esquerda, a ser viabilizado pelo partido mais à direita nesta Câmara. Mas esta, quero crer, é uma questão incidental e de superfície. A questão ideológica de fundo permanece, contudo, e, a este respeito, o debate foi realmente útil, porque permitiu uma clara demarcação entre duas perspectivas políticas que correspondem a duas visões distintas de Portugal: a do partido do Governo e a do maior partido da oposição

Entendamo-nos um orçamento como este só poderia ser apresentado pelo PS, um orçamento como este tinha de ser recusado pelo PSD

Aplausos do PSD

Ficaram claras as nossas diferenças. Desde logo, a diferença quanto ao modo como cada um vê o papel do Estado e a relação que se estabelece entre este e a sociedade

Ao contrário dos socialistas, estruturalmente favoráveis ao excesso de intervenção do Estado, que se desenvolveu após o 25 de Abril, a social-democracia portuguesa sempre teve uma forte marca antiestatista e assumiu como prioridade o fortalecimento da sociedade civil

O Sr Luís Marques Guedes (PSD). — Muito bem!

O Orador — Desculpa-se o PS com a despesa social, mas será que para fazer despesa social é preciso fazer crescer o Governo e a Administração Pública a ponto de hoje termos «o maior Governo da Europa»? Será que para fazer despesa social é preciso manter a incapacidade e o desperdício dos sistemas públicos? Ou a despesa social representa, sobretudo, um pretexto e um disfarce para as clientelas ao serviço do partido do poder?

Aplausos do PSD

Apesar de todas as terceiras e outras vias, os socialistas são mesmo assim, não se preocupam com o desperdício, e as provas estão à vista de todos. Atente-se, por exemplo, na criação de mais de 60 institutos públicos com conselhos de gerência pagos muito acima da restante Administração Pública, nos milhões de contos que continuam a ser despejados sobre uma televisão pública, que serve, sobretudo, como instrumento de propaganda política,

Vozes do PSD — Muito bem!

Protestos do PS

O Orador. — . num despesismo insano que leva a que a despesa corrente cresça, logo no primeiro ano de mandato deste Governo, a uma taxa dupla da do produto

A nossa visão do Estado é radicalmente diferente. Queremos um Estado sóbrio, um Estado de rigor, um Estado que compreenda que cada escudo, para ser gasto, tem de corresponder a um benefício real para os contribuintes

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — Mas esta diferença essencial entre os dois maiores partidos portugueses não é, nem pode ser, reconduzida, como às vezes os socialistas pretendem, a qualquer questão de maior ou menor preocupação social

O Sr Guilherme Silva (PSD) — Muito bem!

O Orador — Também aqui os socialistas cometem um erro básico quando confundem política social com aumento da intervenção do Estado. É justamente o inverso!

Como a realidade, não só entre nós mas por todo o mundo, o tem demonstrado, não se defendem os mais fracos e necessitados aumentando o peso de estruturas estatutais, cada vez mais inoperantes. Faz-se melhor política social eliminando os desperdícios e concentrando os recursos públicos naqueles que realmente necessitam

Aplausos do PSD

O Sr José Magalhães (PS) — Foi o que o PSD fez quando estava no Governo?

O Orador — Faz-se melhor política social criando condições para a actuação das instituições da sociedade civil, responsabilizando o Estado pela garantia da efectiva igualdade de oportunidades e pela correção de distorções e de iniquidades

Mas o PS é, hoje, o partido do sistema, o partido que confunde liberalização ou privatização com neocorporativismo e cedência aos grupos de interesses capitalistas.

Protestos do PS

um partido naturalmente acomodado, um partido que já meteu as reformas estruturais na gaveta

O PSD, por seu lado, continua fiel à ideologia reformista que sempre o caracterizou

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — Um partido cujo inconformismo o levou a conduzir a batalha contra os bloqueamentos políticos e económicos que impediam o desenvolvimento da sociedade portuguesa. E esta questão das reformas estruturais assume, hoje, uma urgência crítica

Não é possível, a Portugal, enfrentar e vencer os desafios do futuro sem mudanças profundas na justiça, na saúde, na Administração Pública e no sistema fiscal

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador — Porque sem essas reformas e sem equilíbrio orçamental não haverá sustentabilidade das despesas sociais

O nosso desacordo com o Orçamento não tem a ver, como enganosamente pretendeu dizer o Primeiro-Ministro no seu discurso de abertura, com as despesas do Estado a favor dos mais fracos. Esse, Sr Primeiro-Ministro, é o discurso da demagogia

Seremos sempre a favor do apoio do Estado a quem precisa, mas seremos sempre também contra o adiamento das reformas de fundo, contra as despesas injustificadas, contra a sobrecarga dos contribuintes cumpridores

Aplausos do PSD

Sr Presidente, Srs Deputados. A proposta de Orçamento merece claramente ser reprovada

O Sr Casimiro Ramos (PS) — E qual é a vossa proposta?

O Orador — É que quaisquer benefícios pontuais, por muito justos que sejam, não compensam o prejuízo global que representa para o País

Não nos peçam, por isso, que viabilizemos as propostas do Governo quando estivermos convictos de que são negativas, porque a nossa responsabilidade é de a elas nos opormos sem receios, sem ambiguidades e sem comprometedoras cedências

O dever do principal partido da oposição não é o de completar ou o de pontualmente corrigir as propostas do Governo. Outros poderão, eventualmente, sentir-se realizados nesse papel, mas a nossa obrigação, o melhor modo de servirmos o País, é demarcar-nos daquilo em que não acreditamos, agindo por convicção e não por tacticismo político, clarificando as situações para que os portugueses saibam que, quando assim o entenderem, terão ao seu dispor uma verdadeira alternativa

O Sr Joel Hasse Ferreira (PS) — Só não sabem quando!

O Orador — Sr Primeiro-Ministro, Sr Ministro das Finanças e da Economia, este é realmente um mau Orçamento! Por isso votamos contra. É um voto contra o Governo, mas é um voto a favor do País

Aplausos do PSD, de pé

O Sr Presidente. — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Francisco de Assis

O Sr Francisco de Assis (PS) — Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, Srs Membros do Governo, Sr ^{as} e Srs Deputados Estamos agora em condições de fazer uma avaliação global dos méritos da proposta de Orçamento apresentada pelo Governo à Assembleia da República, bem como da natureza do debate que foi possível aqui levar a cabo, ao longo dos dois últimos dias

Em primeiro lugar, queremos salientar os méritos desta proposta de Orçamento, Orçamento simultaneamente de continuidade e de transição De continuidade, na fidelidade aos princípios inspiradores da actuação do governo anterior, mas também de transição no que isso corresponde à evidenciação de uma capacidade de adaptação ao que é hoje uma nova conjuntura económica nacional e internacional

É curial salientar e lembrar nesta ocasião o que foi, no essencial, a política económica seguida pelo governo anterior Uma política que permitiu desenvolver, com sucesso, um processo de consolidação orçamental que conduziu ao cumprimento dos critérios de convergência nominal e garantiu a adesão de Portugal ao euro, incluído no núcleo dos países fundadores da moeda única, mas uma política que, ao mesmo tempo, foi capaz de assegurar um aumento, sem precedentes, da despesa com as chamadas funções sociais do Estado, promovendo desta forma o reforço da solidariedade e da coesão social

Como ontem aqui referiu o Sr Primeiro-Ministro, e muito bem, nos últimos quatro anos foi possível levar a cabo uma política séria, assente em dois princípios o princípio do rigor no equilíbrio das finanças públicas e, ao mesmo tempo, o princípio assente numa forte consciência social

Estamos, pois, hoje em condições de enfrentar uma nova fase da nossa vida pública, do ponto de vista político e do ponto de vista económico E é por isso que este Orçamento, sendo claramente um Orçamento de continuidade, na fidelidade aos tais princípios inspiradores, é um Orçamento de transição, porque revela capacidade de adaptação às novas circunstâncias históricas com que estamos confrontados e que se caracterizam, desde logo, no plano económico, por uma subida das taxas de juro e por um aumento vertiginoso do preço do petróleo, como ontem aqui foi referido pelo Sr Ministro das Finanças

Nesta perspectiva, o Governo foi capaz de apresentar um Orçamento realista e sério, que aponta em dois ou três sentidos fundamentais que aqui queremos salientar

Em primeiro lugar, na óptica da receita — questão fundamental —, o Governo mantém a intenção de prosseguir uma política séria, firme e determinada de combate à fraude e à evasão fiscais

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Essa é, de facto, uma das mais graves iniquidades que, até do ponto de vista cívico, se continua a colocar na sociedade portuguesa e carece, por isso, de uma resposta pronta O Governo tem de recorrer a todos os instrumentos possíveis no sentido de resolver esse grave problema, por um lado, para combater a iniquidade e, por outro, para garantir, como já aqui foi referido, a sustentabilidade futura de propostas de Orçamento do Estado a apresentar a esta Assembleia.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — O que não podemos ignorar é o que já foi feito neste domínio e que se traduz na simples circunstância de, como ontem também o Sr Primeiro-Ministro aqui referiu, nos últimos quatro anos, 320 000 novos contribuintes terem entrado nos sistemas do IRS e do IRC, o que se traduziu, também, num aumento, ao longo dos anos, da receita fiscal obtida justamente por essa via Não porque tivessem aumentado os impostos incidentes sobre aqueles que trabalham mas pelo facto de ter havido uma política fiscal mais adequada no que concerne a administração fiscal

Houve uma aposta em novas tecnologias, houve uma aposta numa política séria de formação e de reforço de fiscalização que, associados a uma melhoria do normativo fiscal, permitiram, de facto, encontrar as respostas mais adequadas e que já se traduziram na prática Não estamos a fazer meras afirmações retóricas, insusceptíveis de serem verificadas empíricamente, elas já se traduziram na prática, nos últimos anos, numa melhoria do funcionamento da administração fiscal, o que significa um aumento efectivo da equidade fiscal

Temos consciência, porém, de que ainda há um longo caminho a percorrer e temos consciência de que, sendo a reforma fiscal um processo em curso, ele carece de ser intensificado nos próximos anos Mas tem o Grupo Parlamentar do Partido Socialista a expectativa legítima de que este Governo vai apostar, claramente, nessa via e vai intensificar o esforço no sentido de garantir a concretização de uma reforma fiscal ampla e que corresponda às legítimas expectativas dos portugueses

Aplausos do PS

O Sr Ministro das Finanças, na intervenção que ontem aqui teve oportunidade de proferir, apresentou já algumas grandes linhas orientadoras do que será essa reforma fiscal E também aqui queremos saudar os aspectos positivos constantes dessa orientação no que concerne ao reforço de uma tendência para o desagravamento da tributação incidente sobre aqueles que trabalham e, ainda, no que concerne ao reforço de uma outra tendência, que também já se verifica, no sentido de ir, progressivamente, excluindo ou diminuindo os benefícios e as isenções fiscais

Temos consciência de que este é um problema que não se coloca estritamente no âmbito português — e que tem a ver com problemas ao nível da tributação do capital — e somos sensíveis a certas preocupações que foram apresentadas, neste debate, por alguns partidos situados à nossa esquerda Mas também temos consciência de que, hoje, a resposta para esse problema não pode encontrar-se estritamente à escala nacional, tem de encontrar-se a uma escala supranacional, a uma escala europeia E como nós gostaríamos de ver os partidos que se situam à nossa esquerda empenhados em dar contributos positivos para que, também à escala europeia, se encontrem soluções para esses problemas!

O Sr Manuel dos Santos (PS) — Muito bem!

O Orador — Sr Presidente e Srs Deputados, temos, por isso, razões para afirmar, peremptória e convictamente, que a proposta de Orçamento, no que concerne às receitas, está de acordo com aqueles que foram os compromissos eleitorais assumidos pelo PS e com aqueles que foram os compromissos programáticos assumidos por este Governo, no momento da sua investidura perante esta Assembleia

O Sr. José Junqueiro (PS) — Muito bem!

O Orador. — Passemos à questão da despesa O PSD atacou o Governo, basicamente, assentando a sua crítica na ideia de que se atingiu um nível de despesa inaceitável

Srs Deputados, a questão fundamental é a de saber se, neste momento histórico, face às circunstâncias actuais da sociedade portuguesa, se justifica ou não ter este nível de despesa E só poderemos responder a essa questão se fizermos uma análise desagregada da despesa pública

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Não se justificaria, certamente, se essa despesa se destinasse a financiar actividades supérfluas do Estado,

Vozes do PSD: — Exactamente!

O Orador — não se justificaria, de facto, se essa despesa se destinasse a financiar a satisfação de interesses de grupos ou de clientelas partidárias, não se justificaria, seguramente, se essa despesa não tivesse uma finalidade social útil Mas basta olhar, com rigor e com seriedade, para este Orçamento para ver como são imediatamente desmentidas essas vossas críticas e essas vossas contestações

Nos últimos cinco anos, este Governo e o anterior foram capazes de promover uma das mais importantes reformas ocorridas nos últimos tempos na vida nacional Tal reforma consistiu no simples facto de, em 1995, as despesas afectas às chamadas funções sociais do Estado representarem cerca de 45% do total da despesa pública nacional e, hoje, representarem cerca de 56% Significa isto que este Governo está a canalizar a despesa para os sectores para onde deve ser canalizada de facto, está a combater o que são despesas sumptuárias, está a combater o que são despesas inúteis, está a combater o que são despesas socialmente não produtivas e está a desenvolver um grande esforço no sentido de garantir que a componente social seja valorizada

Se fizermos um esforço, verificaremos que, mesmo nesta proposta de lei de Orçamento, o aumento da despesa concentra-se em três ou quatro grandes áreas fundamentais. Desde logo, no capítulo das remunerações certas e permanentes, que têm que ver com um dado introduzido há poucos anos na nossa vida e que é do conhecimento de todos os Srs Deputados, que se prende com o aumento dos salários dos trabalhadores da função pública e, por outro lado, com o processo de requalificação e reestruturação das respectivas carreiras

Ora, não é possível conceber um processo de modernização da Administração Pública se não avançarmos com a opção por estes instrumentos que, justamente, são essenciais para que a Administração Pública se modernize, adquira maior eficiência e possa corresponder melhor às expectativas legítimas do País

Por outro lado, também há um aumento evidente ao nível das chamadas transferências Mas transferências para onde? Transferências para o Serviço Nacional de Saúde, transferências para a segurança social, sobretudo para financiar a Lei de Bases da Segurança Social e o rendimento mínimo garantido, transferências para os municípios e para as freguesias, transferências para as regiões autónomas A acrescer a isto, verifica-se, ainda, um aumento muito significativo do investimento público

Como o Sr Primeiro-Ministro também disse aqui, ontem, houve a preocupação, do ponto de vista da despesa, aquando da elaboração desta proposta de Orçamento, de ter em atenção dois aspectos fundamentais aumentar o investimento para qualificar a sociedade portuguesa e, ao mesmo tempo, apostar em políticas sociais sérias, dirigidas às famílias, para reforçar a coesão social do País

A Sr^a Manuela Ferreira Leite (PSD) — Os investimentos em institutos públicos são despesas sociais?

O Orador — São dois objectivos essenciais que, do nosso ponto de vista, devem andar a par

Por um lado, é preciso qualificar globalmente a sociedade portuguesa Hoje, independentemente da avaliação que cada um de nós faça das circunstâncias em que estamos envolvidos, estamos inseridos numa sociedade mais exigente, num mundo mais globalizado e, por isso mesmo, mais competitivo As sociedades têm de preparar-se para responder a esses desafios e essa preparação passa, desde logo, por um maior investimento na educação e na formação profissional

Não podemos deixar de salientar que o investimento em educação vai representar, agora, 6,5% do PIB, o que traduz, de facto, um esforço só exercido ao nível dos países mais desenvolvidos da Europa e que é algo com que nos congratulamos

A referida preparação significa, também, um aumento de investimento na ciência e na tecnologia e um aumento de investimento em tudo o que tenha que ver com a sociedade de informação Este Orçamento reflecte claramente essa orientação

Ao mesmo tempo, de pouco valeria qualificar uma parte da sociedade portuguesa se a maioria dos portugueses continuasse condenada a viver com o horizonte da marginalização social, com o horizonte da pobreza, com o horizonte de alguma miséria

Era, e é, necessário apostar também em mecanismos que reforcem a coesão da sociedade portuguesa De resto, os dois elementos estão associados A qualificação da sociedade também pressupõe o reforço da sua coesão interna

Nessa perspectiva, também queremos salientar o que são as preocupações deste Governo e que têm clara tradução no que é o documento apresentado a esta Assembleia da República

Aplausos do PS

Sr Presidente, Srs Deputados Também nós, Grupo Parlamentar do PS, lamentamos e exprimimos a nossa preocupação perante o comportamento de alguns grupos parlamentares da oposição Desde logo, o comportamento do Partido Social Democrata

Permita-me que lhe diga, Sr Deputado Durão Barroso, que corre o risco de ficar com um epíteto, que em tempos foi atribuído na política internacional, no tempo da Guerra Fria, a um ex-chefe da diplomacia soviética, o de «Sr Não» da vida política portuguesa

Risos do PS

O Sr Deputado Durão Barroso só sabe dizer «não».

A Sr^a Manuela Ferreira Leite (PSD) — Coisa que os senhores não sabem dizer!

O Orador — nunca sabe dizer «sim» e nunca sabe contribuir para que, nalguns momentos, possa dizer-se «sim» em nome da política do País

Aplausos do PS

A Sr^a Manuela Ferreira Leite (PSD) — É isto?

O Orador — Sr Deputado Durão Barroso, para quem está na oposição, é sempre mais fácil dizer «não». Dizer «não» não é, muitas vezes, uma expressão de força, é uma expressão de fragilidade, quando não mesmo de cobardia política

Aplausos do PS

Um líder da oposição tem de ter a solidez interna, a firmeza, o grau de convicções doutrinárias suficientes para, em certas circunstâncias, dispor-se a dizer «sim». Até este momento, o Sr Deputado não foi capaz de evidenciá-lo. Bem sei que isso tem que ver com a turbulência interna no seu partido. Não vou meter-me por esses caminhos. Sr Deputado,

Vozes do PSD — Pois não!

O Orador — mas o que é verdade e é preocupante para todos nós não é o que o Dr Luís Marques Mendes e o Dr. Pedro Santana Lopes dizem a seu respeito e a respeito da liderança do PSD, o que é grave é o efeito que as declarações proferidas por eles produzem nas declarações que V Ex^a profere. Esse é que é o problema na vida política portuguesa

Aplausos do PS

O problema

A Sr^a Manuela Ferreira Leite (PSD) — É este Orçamento!

O Orador — não é o grau lamentável, do ponto de vista da ética política, a que chegou a discussão no interior do vosso partido, o problema é a repercussão que isso tem na vossa intervenção na vida política nacional

Sr Deputado Durão Barroso, como compreenderá, hoje, não posso fazer-lhe qualquer elogio, pela circunstância de que tal seria aproveitado contra si no próximo congresso do PSD.

Risos do PS

mas, porque nós não somos sectários, porque nós não cultivamos nenhum proselitismo sectário, tenhamos esperança que do próximo congresso de Viseu saia uma liderança — seja ela qual for — mais forte e, por isso mesmo, que saiba por que diz «não» e saiba por que diz «sim», não recorrendo sempre à mesma cassette, seja o que for que esteja a ser discutido na vida política portuguesa

Aplausos do PS

Não quero, também, deixar de me dirigir ao Partido Comunista Português, com respeito idêntico àquele que o PSD nos merece

Também na sequência do que o Sr Primeiro-Ministro ontem aqui disse, lamentamos profundamente que o Partido Comunista Português continue prisioneiro de um arcaísmo doutrinário e ideológico que, infelizmente, o impede de ser o parceiro útil que, neste momento, já tinha condições de ser no sentido de fortalecer a esquerda em Portugal

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Útil para quem?

O Orador — Sr Deputado, entendemos que, hoje, a vocação histórica do Partido Comunista Português é adicionar esquerda à esquerda, não é subtrair esquerda à esquerda. Infelizmente, ainda é isso que acontece!

Aplausos do PS

Os Srs Deputados têm revelado uma linha evolutiva, porém, também não posso fazer-vos elogios, porque eu sei que tudo o que aqui disser será usado contra vós na próxima reunião do Comité Central do Partido Comunista Português

Risos do PS e do Deputado do CDS-PP Paulo Portas

Mas, de qualquer maneira, seguimos com atenção a evolução que se tem verificado no movimento comunista internacional e também, ainda que mais ténue, lenta e contraditória, no Partido Comunista Português

No entanto, enquanto homens de esquerda, causa-nos sempre alguma mágoa verificar que, quando discutimos estas questões orçamentais, o Partido Comunista Português se remete e se «guetiza» numa espécie de discurso hiperkritico em que não é capaz de, verdadeiramente, dar um contributo útil e em que, em nome de princípios abstractos, se demite de dar contributos concretos, de facto, para que sejam cumpríveis alguns objectivos que são comuns às nossas duas organizações partidárias

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Quando ontem ouvi algumas das vossas intervenções não pude deixar de pensar que o Partido Comunista Português, de alguma forma, sempre que se discutem estas matérias, na ressaca daquilo que foi a falência das grandes utopias terminais em que os senhores acreditaram, se remete para uma espécie de nihilismo pós-moderno em versão luso-comunista e, Srs Deputados, do ponto de vista da esquerda, isso é de facto lamentável

O Sr Deputado Carlos Carvalhas fez hoje uma espécie de incursão ficcionista, também num recurso águil que é a velha tradição neo-realista de alguns dirigentes, dos mais históricos dirigentes do Partido Comunista Português, mas, como já não está em condições de falar dos «amanhãs que cantam», fala agora de hipotéticos acordos estabelecidos entre PS e PP

Protestos da Deputada do PCP Odete Santos

Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, Srs Membros do Governo, Sr as e Srs Deputados Para terminar, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, queremos, com todo o rigor e com toda a seriedade, exprimir claramente a nossa adesão e apoio a este documento, documento que concretiza e materializa aquilo que foram os compromissos

eleitorais do PS, que se insere na linha de inspiração ideológica do socialismo democrático e da social democracia europeia, que consegue associar rigor e ambição, que aponta para um País mais moderno e mais desenvolvido, para uma sociedade mais justa e mais solidária

É por isso, Srs Deputados, que vamos, com inteira convicção, aprovar este Orçamento, na certeza de que este é o documento que, nas actuais circunstâncias históricas, melhor serve os interesses nacionais e melhor corresponde ao objectivo de melhorar o nível e a qualidade de vida de todas as portuguesas e de todos os portugueses

Aplausos do PS, de pé

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Ministro das Finanças e da Economia

O Sr Ministro das Finanças e da Economia (Pina Moura) — Sr Presidente, Sras e Srs Deputados Chegámos ao fim do debate, na generalidade, das propostas de lei orçamental e das Grandes Opções do Plano. Cada qual apresentou os seus argumentos. O Governo, pela sua parte, apresentou os seus e ouviu atentamente todos os contributos que aqui foram presentes. Com uns concordamos, de outros discordamos radicalmente, mas isso é natural, nomeadamente na Casa-Mãe da democracia, que é o Parlamento. Mas é a hora de decidir, é a hora de clarificar o que verdadeiramente está em jogo no acto político que se vai seguir com a votação.

Para o Governo, a aprovação do Orçamento do Estado para 2000 é essencial para a concretização do Programa que submeteu à discussão deste Parlamento, no inicio de Novembro. Para o Governo, a aprovação do Orçamento do Estado para 2000, que exprime, com todo o rigor e fidelidade, todos os compromissos eleitorais com os quais o Partido Socialista obteve 44% dos votos dos portugueses e 115 Deputados nesta Assembleia, é, do nosso ponto de vista, e acima de tudo, um acto de respeito por essa vontade livre do eleitorado, manifestada apenas há 4 meses e 8 dias.

Dai que, sem Orçamento e sem este Orçamento, o Governo não poderia começar a concretizar o mandato que lhe foi concedido pelos portugueses. Por isso, ainda bem que o Orçamento do Estado vai ser aprovado porque isso é essencial para a governabilidade do País e para a estabilidade da vida política, económica e social de Portugal. E ainda bem, também, que o Orçamento do Estado vai ser aprovado, porque este é um bom Orçamento do Estado!

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Desde a apresentação pública do diploma, no passado dia 28 de Janeiro, que dissemos que este é um Orçamento com três características identificadoras: rigor ao serviço da estabilidade macroeconómica; justiça fiscal e social, e factor indutor de competitividade para a economia e para as empresas portuguesas. Sempre dissemos que não estava em causa fazer alterações que desvirtuassem estas três características essenciais do Orçamento do Estado. Sempre dissemos, também, que o diálogo para melhorar o Orçamento, nesse quadro, estava aberto a todas as forças políticas representadas neste Parlamento e a todas as propostas que surgissem no debate público, desde que não desvirtuassem o Orçamento.

Foi isso que fizemos, prestando atenção e tomando notas de propostas, de sugestões e, também, de críticas

cas. As 12 propostas de alteração que aceitámos introduzir no Orçamento do Estado são para o melhorar e não para desvirtuar o Orçamento e as suas marcas identificadoras. Este Orçamento — que, dentro de minutos, irá ser aprovado — é o nosso Orçamento do Estado com as suas três marcas identificadoras! Que ninguém se equivoque a este respeito.

Fosse quem fosse que procurasse instrumentalizar a capacidade e a vontade de diálogo do Governo para lhe impor um *diktat*, procurando colocá-lo «entre a espada e a parede», teria como resposta a «espada» e nunca teria a «parede» como a nossa linha de recuo.

Aplausos do PS

E é neste quadro e nesta situação que é importante dizer — dando, aliás, um contributo para um capítulo do «conto» que o Deputado Carlos Carvalhas nos veio aqui narrar — que o aumento das pensões para os rurais era estudado entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade e o Ministério das Finanças, desde que praticamente tomámos posse, depois da constituição do segundo Governo do Engº António Guterres.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — É por isso que há cinco anos está para ser feito!

O Orador — Sr Presidente, Sras e Srs Deputados. A política orçamental do Orçamento do Estado para 2000 dá, uma vez mais, uma resposta positiva e harmoniosa à articulação entre uma política de emprego, uma política de crescimento, uma política de solidariedade e coesão e o aumento da competitividade da economia portuguesa.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Porque a questão, Srs Deputados, não é escolher entre as pessoas — o chamado «social» — e a economia, desde logo porque só há economia na medida em que há pessoas!

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — A questão não é escolher entre o rigor e a despesa pública, mas, sim, afirmar e impor rigor também na despesa pública. É muito importante lembrar-se — para quem se esqueça — que a economia não é uma máquina: a economia é o conjunto das relações sociais que se estabelecem no processo da produção de riqueza, na distribuição e na apropriação desse produto. É nestas relações sociais, e na sua interacção com a política, que reside a chave da harmonização e da solução da equação complexa que é tornar possível aumentar o emprego, fazer uma política activa de combate à exclusão social e de solidariedade e promover o crescimento e a competitividade da economia portuguesa.

O Sr José Magalhães (PS) — Muito bem!

O Orador — E a nossa interacção e a nossa resposta são pelo crescimento, pelo emprego e pela coesão social, ao serviço das quais colocamos o justo e necessário processo de consolidação das finanças públicas! O que a condução da política económica e social em Portugal tem demonstrado, depois que o Engº António Guterres constituiu governo, há quatro anos, é que foi possível transformar, num círculo virtuoso, emprego,

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — crescimento e consolidação das finanças públicas, compatibilizando estes elementos com políticas activas de solidariedade e de combate à exclusão e à pobreza

E esta, Sr Deputado Durão Barroso, é a nossa diferença fundamental com o PSD e com a política do PSD, quando esteve no Governo

Aplausos do PS

Porque a verdade — e eu reconheci-o ontem, aqui, na minha intervenção — é que o PSD foi capaz, nomeadamente nos últimos dois anos do seu governo, de começar a iniciar um processo de consolidação de finanças públicas. O que o PSD não conseguiu foi combinar o processo de consolidação das finanças públicas com o crescimento da economia e do emprego e com políticas activas de combate à exclusão e com uma política de despesa pública a favor da solidariedade

A Sr^a Manuela Ferreira Leite (PSD) — Mas isso foi o Sousa Franco!

O Orador — A diferença, entre a despesa pública e o aumento da despesa pública, feita nos tempos do governo do PSD e nos governos do PS, é muito simples: nós fizemos mais despesa, porque fazemos mais despesa social. os senhores fizeram mais despesa, mas essa despesa que mais fizeram foi menos despesa social!

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — E isso, Sr Deputado Durão Barroso, é que foi «politicamente monstruoso». Ao contrário, as nossas opções de despesa pública, de aumento da despesa social, são politicamente virtuosas e são aquilo que nos separa e que nos desidentifica da vossa governação!

Aplausos do PS

Já agora, Sr Deputado Durão Barroso, e a propósito dos «60 novos institutos públicos criados pelo Governo», se são — como é o caso de um deles, que vi referido — a mudança de nome do Fundo de Turismo para Instituto de Financiamento de Apoio ao Turismo, estamos conversados!

Protestos do PSD

Mas, voltando ao fio da minha «meada», do que se trata é de reter uma experiência que tem, com sucesso, conseguido «casar» rigor nas finanças públicas com consciência social, que tem conseguido compatibilizar o aumento do emprego, do investimento, do crescimento e da competitividade da economia nacional

Também, durante muito tempo, foi tradicional atribuir-se às políticas de consolidação orçamental e de desinflação uma menor preocupação com as condições salariais e sociais de quem trabalha. Ora, o que a experiência política, económica e social dos governos do Engº António Guterres têm demonstrado é que também esses lugares comuns do pensamento económico estão em causa. A verdade é que política de consolidação orçamental tem querido dizer, conforme o Sr Primeiro-Ministro aqui demonstrou, salários reais mais altos para quem trabalha

A verdade é que a política de baixa inflação quer dizer, ano após ano, mais poder de compra, mais capacidade de poupança e tudo isto são mais benefícios para aqueles cuja fonte essencial de rendimentos é o produto do seu trabalho. A verdade é que a criação deste círculo virtuoso entre emprego, competitividade e solidariedade no quadro do processo de consolidação das finanças públicas só tem sido possível em função de uma vontade política inabalável de colocar as pessoas, principalmente aquelas que vivem do seu trabalho, no centro do processo económico. Esta é, para utilizar o instrumental analítico do Deputado Octávio Teixeira, a marca de classe da governação do Engº António Guterres

Aplausos do PS

Risos do PSD, do PCP e do CDS-PP

Sr Presidente, Sr as e Srs Deputados A designação deste Orçamento como sendo de transição dominou, em grande parte, o debate que aqui travámos e as intervenções finais por parte dos Srs Representantes dos diferentes grupos parlamentares. É, conforme foi dito pelo Deputado Francisco de Assis, um Orçamento de continuidade nas características essenciais da consolidação das finanças públicas e um Orçamento de transição para um novo patamar de consolidação dessas mesmas finanças públicas, resultante de uma nova situação de enquadramento da economia nacional com novos instrumentos, como são uma nova metodologia da elaboração da política orçamental e uma nova política de gestão e racionalização do património do Estado

Aproveito também para dizer, Sr Deputado Durão Barroso, que aguardo, com toda a atenção e com toda a expectativa, as sugestões e as propostas que V. Ex.^a terá para nos apresentar, se assim o desejar, depois do próximo dia 28 de Fevereiro, no que respeita à redução do crescimento da despesa pública, verificando eu que, já desde Outubro até agora, foi capaz de fazer evoluir o seu pensamento económico, passando de uma proposta orçamental que aumentava a despesa pública em 700 milhões de contos para uma outra visão, estando agora em condições de propor cortes e consolidação dessa despesa

Aplausos do PS

Aguardo, Sr Deputado Durão Barroso. E peço-lhe o favor de nos fazer chegar essas críticas e essas sugestões.

Finalmente, um outro tema dominou este debate: a natureza ideológica da política orçamental. Quero também, e para terminar, sublinhar o significado ideológico que tem, ao fim de duas legislaturas de um governo do PS e da nova maioria de uma governação de esquerda, concluir-se e consubstancializar-se um processo de consolidação das finanças públicas portuguesas. Durante muitos anos, todos ouvimos associar à consolidação das finanças públicas a defesa de uma monstruosidade política, que foi a existência de uma ditadura em Portugal de atraso económico e de mal-estar para os nossos cidadãos. A consolidação das finanças públicas que hoje fazemos nos governos do Engº António Guterres, do PS e da nova maioria são um fulcro para que Portugal seja uma sociedade de liberdade, de progresso, de abertura, de justiça e coesão social. Este é o nosso projecto. Vamos conseguir, vamos vencer!

Aplausos do PS, de pé

O Sr Presidente — Sr Primeiro-Ministro, Srs Membros do Governo, Srs Deputados, chegou a hora, sobre todas relevantes, da votação

Vamos, pois, votar, em primeiro lugar, porque tem prioridade legal e regimental, na generalidade, a proposta de lei n.º 15/VIII — Grandes Opções do Plano para 2000

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS, votos contra do PSD, do PCP, de Os Verdes e do BE e a abstenção do CDS-PP

Esta proposta de lei baixa à 5.ª Comissão

Srs. Deputados, vamos agora votar, na generalidade, a proposta de lei n.º 16/VIII — Orçamento do Estado para 2000

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS, votos contra do PSD, do PCP, de Os Verdes e do BE e a abstenção do CDS-PP

Aplausos do PS

Esta proposta de lei baixa também à 5.ª Comissão

Srs. Deputados, dado haver consenso nesse sentido, vamos proceder, desde já, à votação final global da proposta de lei n.º 13/VIII — Altera o artigo 69.º, n.º 2, da Lei n.º 16/98, de 8 de Abril, que regula a estrutura e funcionamento do Centro de Estudos Judiciários e introduz um regime excepcional de afectação de magistrados judiciais jubilados

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS e do BE e abstenções do PSD, do PCP, de Os Verdes e do CDS-PP

Srs. Deputados, o Sr. Secretário da Mesa vai dar conta de um relatório e parecer da Comissão de Ética

O Sr. Secretário (Artur Penedos) — Srs. Deputados, de acordo com o solicitado pelo Tribunal da Comarca de Guimarães, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo a prestar depoimento, como testemunha, no âmbito do inquérito n.º 1618/99, em audiência marcada para o próximo dia 25 de Fevereiro de 2000, pelas 15 horas

O Sr Presidente — Srs. Deputados, está em apreciação Não havendo inscrições, vamos votar o parecer.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade

Srs. Deputados, desejo a todos um bom fim-de-semana e declaro encerrada a sessão

Eram 18 horas e 10 minutos

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados

Partido Socialista (PS)

João Macedo Lourenço
Mafalda Cristina Mata de Oliveira Troncho
Manuel Joaquim Barbosa Ribeiro

Partido Social Democrata (PSD):

Eugénio Fernando Sá Cerqueira Marinho
José Frederico de Lemos Salter Cid
Melchior Ribeiro Pereira Moreira
Pedro Augusto Cunha Pinto
Pedro Miguel de Santana Lopes
Sérgio André da Costa Vieira

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)

Álvaro António Magalhães Ferrão de Castello Branco
Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona
Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados

Partido Social Democrata (PSD)

Domingos Duarte Lima

Partido Comunista Português (PCP)

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)

Silvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL



Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, 10\$00 (IVA incluído)

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República

PREÇO DESTE NÚMERO 560\$00 (IVA INCLUIDO 5%)

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do «*Diário da República*» e do «*Diário da Assembleia da República*», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1099-002 Lisboa.